

RELATÓRIO ANUAL 2010



Banco de Cabo Verde

RELATÓRIO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO E CONTAS 2010

Banco de Cabo Verde
2011

BANCO DE CABO VERDE

Avenida Amílcar Cabral, 27
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde
Tel: +238 2607000 / Fax: +238 2607197
<http://www.bcv.cv>

Edição

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas
Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro

Impressão e Distribuição

Departamento de Recursos Humanos e Administração

Tiragem

200 Exemplares

Índice

Órgãos do Banco

Responsáveis pelos Órgãos de Direcção

Parte I. A Economia de Cabo Verde em 2010

Avaliação Global.....	15
Capítulo 1. Enquadramento Internacional.....	18
Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas.....	24
2.1. Política e Desenvolvimentos Monetários.....	24
2.2. Política e Situação Orçamental.....	27
Capítulo 3. Procura, Produção e Preços.....	32
3.1. Procura.....	32
3.2. Produção.....	38
3.3. Preços.....	41
Capítulo 4. Contas Externas.....	44
Capítulo 5. Situação Financeira.....	49
5.1 Balança Financeira.....	49
5.2 Mercado Bancário.....	51
5.3 Mercado de Títulos.....	52

Parte II. Estabilidade e Supervisão do Sistema Financeiro

Capítulo 6. Sistema Bancário.....	57
6.1. Avaliação do Risco e da Estabilidade do Sistema Bancário.....	57
6.2. Sistema Bancário.....	59
Capítulo 7. Sector Segurador.....	66
7.1 Carteira de Prémios.....	66
7.2 Resseguro Cedido.....	67

7.3. Sinistralidade.....	68
7.4. Aspectos Técnico-Financeiros.....	69
Capítulo 8. Mercado de Valores Mobiliários.....	72
8.1. Avaliação Global e Evolução do Mercado de Capitais.....	72
8.2. Modernização do Quadro Legal e Regulamentar.....	73
8.3. Actividade de Supervisão.....	74
8.4. Promoção do Mercado de Capitais.....	74

Parte III. Actividades do Banco Central

Capítulo 9. Operações do Banco Central e Outras Actividades.....	79
9.1. Execução da Política Monetária.....	79
9.2. Sistemas de Pagamentos.....	83
9.3. Sistemas de Compensação e de Liquidação Interbancária.....	88
9.4. Emissão e Tesouraria.....	91
9.5. Estudos Económicos e Estatísticas.....	93
9.6. Comunicação Externa e Relações Internacionais.....	95
9.7. Recursos Humanos.....	98
9.8. Organização e Informática.....	99
9.9. Contabilidade e Controlo Financeiro.....	100
9.10. Auditoria Interna.....	101
9.11. Serviços Jurídicos.....	102
9.12. Micro-Finanças.....	103
9.13. Gabinete de Apoio ao Consumidor.....	103

Parte IV. Relatório e Contas

Índice de Figuras

Figura 1. Evolução do Comércio e PIB Mundial.....	19
Figura 2. Evolução do Preço das Matérias-Primas.....	22
Figura 3. Evolução da Cotação do EUR.....	23
Figura 4. Fontes e Composição da Base Monetária.....	26
Figura 5. Receitas Fiscais e Despesas do Governo Central.....	29
Figura 6. Dívida Pública Interna.....	30
Figura 7. Contributos para o Crescimento do PIB e Indicadores de Confiança.....	33
Figura 8. Contributos para o Crescimento do Rendimento Disponível das Famílias...	33
Figura 9. Importação de Bens de Consumo e Vendas a Retalho em Estabelecimento.	34
Figura 10. Decomposição da FBCF e Investimento por Sector Institucional.....	35
Figura 11. Quota de Mercado de Exportações e Câmbios Efectivos.....	36
Figura 12. Principais Componentes da VAB.....	38
Figura 13. Procura Turística por Origem e Destino.....	39
Figura 14. Evolução do Índice de Preços no Consumidor e da Inflação dos Principais Parceiros.....	41
Figura 15. Evolução do IPC Energético e do Preço do <i>Brent</i> por Barril.....	42
Figura 16. Evolução Homóloga da Inflação Subjacente e Contributos para IPC.....	43
Figura 17. Investimento, Poupança e Necessidade de Financiamento da Economia...	44
Figura 18. Exportação, Importação e Rácio de Cobertura das Importações.....	46
Figura 19. Balança Corrente excluindo Impactos dos Preços de Combustíveis e Bens Alimentares.....	47
Figura 20. Taxas de Juros praticados no Sistema Bancário (Seleccionadas).....	52
Figura 21. Evolução das Principais Rubricas do Activo.....	62
Figura 22. Evolução das Principais Rubricas do Passivo.....	64
Figura 23. Evolução do Resultado Líquido do Sector.....	65

Figura 24. Estrutura Vida e Não Vida.....	67
Figura 25. Taxa de Sinistralidade Global.....	69
Figura 26. Liquidez Bancária por Manutenção das DMC.....	80
Figura 27. Taxas de Variação dos Títulos do Banco Central.....	81
Figura 28. Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez.....	81
Figura 29. Disponibilidades Mínimas de Caixa.....	82
Figura 30. Notas em Circulação por Denominação em Valor.....	86
Figura 31. Evolução Anual de Cartões Produzidos e em Circulação.....	87
Figura 32. Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação.....	89
Figura 33. Transferências Apresentadas à Compensação por Participantes.....	90

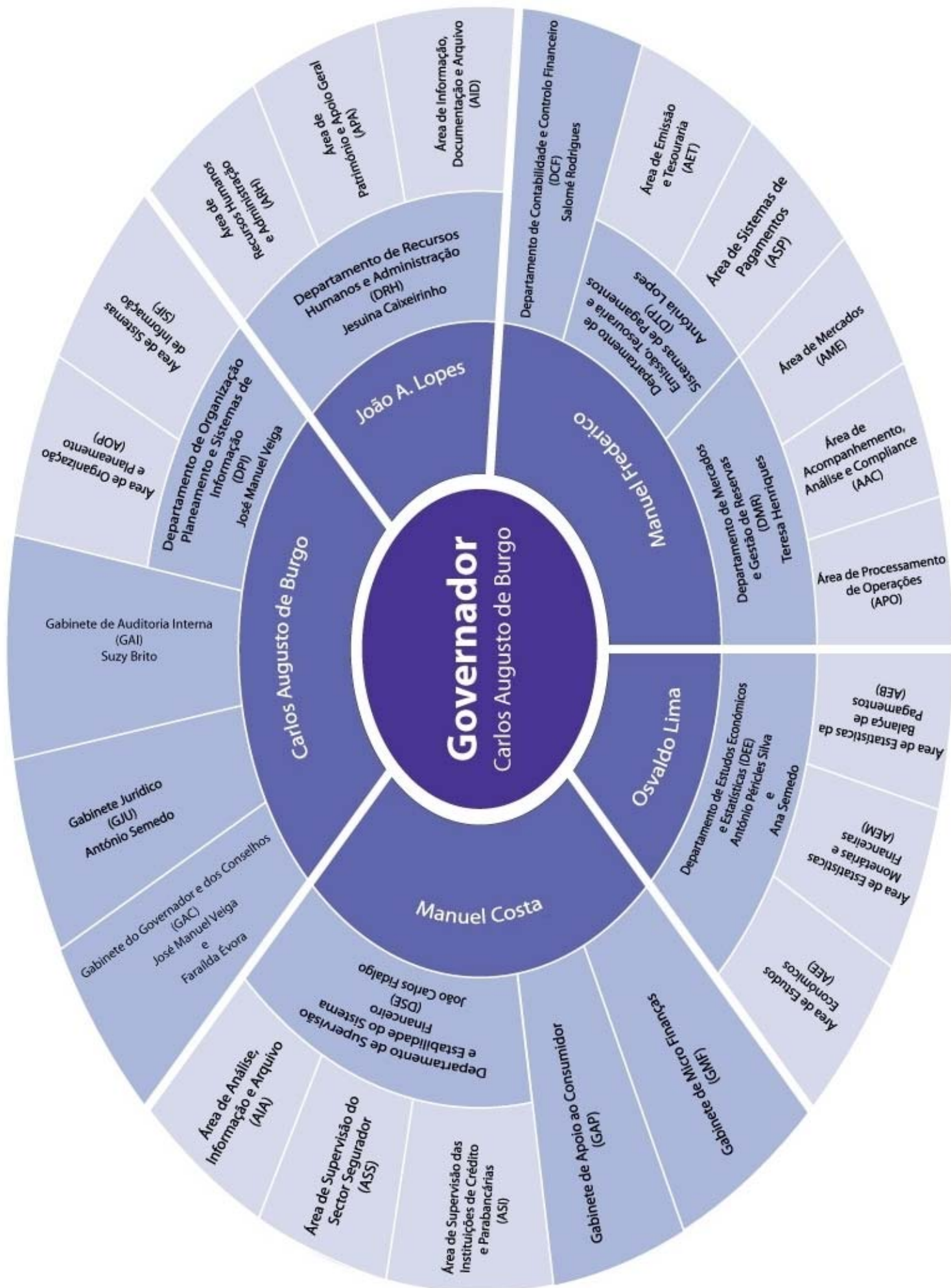
Índice de Quadros

Quadro 1 - Cabo Verde - Principais Indicadores Económicos 2008-2010.....	17
Quadro 2 - Economia Mundial Indicadores Seleccionados.....	19
Quadro 3 - Reservas Internacionais do Banco de Cabo Verde.....	25
Quadro 4 - Principais Indicadores da Situação Monetário.....	26
Quadro 5 - Principais Indicadores Orçamentais.....	28
Quadro 6 - Situação da Dívida Externa por Credores em 2010.....	30
Quadro 7 - Produto Interno Bruto.....	32
Quadro 8 - Exportações de Mercadorias.....	35
Quadro 9 - Distribuição Geográfica das Exportações de Mercadorias.....	36
Quadro 10 - Importações de Mercadorias em Base CIF.....	37
Quadro 11 - Distribuição Geográfica das Importações de Mercadorias.....	37
Quadro 12 - Principais Indicadores do Turismo.....	39
Quadro 13 - IPC e Componentes.....	42
Quadro 14 - Balança Corrente e de Capital.....	45

Quadro 15 - Balança de Serviços.....	45
Quadro 16 - Remessas de Emigrantes.....	46
Quadro 17 - Balança de Rendimentos.....	47
Quadro 18 - Balança Financeira.....	49
Quadro 19 - Indicadores de Vulnerabilidade Financeira.....	50
Quadro 20 - Capitalização Bolsista.....	52
Quadro 21. Transacções dos Cartões de Pagamentos e Terminais de Pagamentos.....	61
Quadro 22. Principais Rubricas do Balanço Agregado do Sistema.....	61
Quadro 23. Evolução dos Créditos e Provisões.....	63
Quadro 24. Composição dos Depósitos por Grupo de Clientes.....	63
Quadro 25. Taxa de Penetração e Densidade do Seguro.....	66
Quadro 26. Evolução e Estrutura da Carteira.....	66
Quadro 27. Evolução da Taxa de Cedência por Ramos de Seguro.....	68
Quadro 28. Evolução dos Custos com Sinistros.....	68
Quadro 29. Resultado Líquido Agregado.....	69
Quadro 30. Evolução das Provisões Técnicas Brutas.....	70
Quadro 31. Cobertura das Provisões Técnicas por Activos.....	70
Quadro 32. Composição dos Investimentos.....	70
Quadro 33. Evolução da Margem de Solvência.....	71
Quadro 34. Volume Global de Procura e Oferta no Mercado Primário.....	72
Quadro 35. Volume Total de Transacções no Mercado Secundário.....	73
Quadro 36. Cartões e Terminais da Rede Vinti4.....	85
Quadro 37. Evolução da Emissão de Notas.....	91
Quadro 38. Circulação de Notas.....	92
Quadro 39. Depósitos /Levantamentos.....	93

Quadro 40. Contrafacção de Notas (Circuladas).....	93
Quadro 41. Nível Académico.....	98
Quadro 42. Participação em Acções de Formação.....	98

Órgãos do Banco



Governador

Carlos Augusto de Burgo

Conselho de Administração

Carlos Augusto de Burgo

João Andrade Lopes

Manuel Costa

Manuel Frederico

Osvaldo Évora Lima

Conselho Fiscal

Aristides Alcântara

Eurico Pinto Monteiro

Carlos Lopes

Conselho Consultivo

Carlos Augusto de Burgo

Olavo Avelino Garcia Correia

Oswaldo Miguel Sequeira

Amaro Alexandre da Luz

Corentino Virgílio Santos

Paulo Santos Monteiro, Jr.

António Hilário Cruz

Orlando Mascarenhas

Aristides Alcântara

Representante das Instituições Financeiras

Responsáveis pelos Órgãos de Direcção

Departamento de Mercados e Gestão de Reservas

Teresa Henriques

Departamento de Emissão, Tesouraria e Sistemas de Pagamentos

Antónia Lopes

Departamento de Supervisão e Estabilidade do Sistema Financeiro

João Carlos Fidalgo

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas

António Pércles Silva/Ana Cristina Semedo

Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro

Maria Salomé Tavares

Departamento de Recursos Humanos e Administração

Jesuína Caixeirinho

Departamento de Organização, Planeamento e Sistema de Informação

José Manuel Veiga

Gabinete do Governador e dos Conselhos

José Manuel Veiga/Farailda Évora

Gabinete Jurídico (GJU)

António Semedo

Gabinete de Auditoria Interna (GAI)

Suzy Brito

Gabinete de Apoio ao Consumidor (GAP)

Silvino Fernandes

Gabinete de Micro finanças (GMF)

Parte I

A Economia De Cabo Verde em 2010

Avaliação Global

O ano de 2010 ficou marcado pela recuperação da actividade económica mundial, da severa crise económica e financeira que se iniciou em 2008. As estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um crescimento global de 5% em termos reais, que compara à contracção de 0,6% registada em 2009.

A tendência de recuperação da actividade económica mundial foi, no entanto, bastante diferenciada em termos regionais. O dinamismo das economias emergentes e em desenvolvimento, nomeadamente da China, contrastou com os resultados mais modestos dos países avançados, em especial das economias europeias. Com efeito, o crescimento estimado para a Zona Euro, o maior parceiro económico do país, foi o mais baixo do grupo dos países avançados (1,7%). Refira-se que o desempenho da região monetária esteve muito condicionado aos desenvolvimentos no mercado da dívida soberana. Em particular, problemas relacionados com a liquidez do sistema bancário e com a sustentabilidade da dívida soberana levaram a Grécia e a Irlanda a acederem ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira no segundo semestre do ano.

Não obstante considerável, a recuperação da economia mundial não foi suficiente para gerar ganhos substanciais no mercado de trabalho, especialmente nas economias avançadas. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de desempregados a nível global permaneceu nos 205 milhões, uma diferença de mais 27,6 milhões relativamente a 2007.

O ano de 2010 também foi marcado por uma nova vaga de pressões inflacionistas nos mercados das matérias-primas energéticas e não energéticas. A aceleração dos preços das matérias-primas ficou a dever-se à retoma da procura, principalmente de países emergentes e em desenvolvimento, num contexto de limitação da oferta, relacionada grandemente com fenómenos não antecipados (adversidades meteorológicas, desastres naturais e acidentes,...). O *food price index* compilado pela Food and Agriculture Organization (FAO) cresceu 28%, em 2010, em termos médios (-39,4% em 2009 e +36,4% em 2008), enquanto o preço do petróleo aumentou 27,8%.

A retirada dos estímulos orçamentais, as pressões inflacionistas e a instabilidade financeira, decorrente da crise da dívida soberana na Europa, constituem riscos à actual dinâmica da normalização da actividade económica global.

A nível nacional, em linha com a melhoria do enquadramento internacional, a economia cabo-verdiana evoluiu favoravelmente em 2010. As estimativas do Banco de Cabo Verde apontam para um crescimento real de 5,6%, que compara aos 4% estimados para 2009. O contributo da procura interna, devido principalmente à evolução do consumo privado e do investimento público, foi determinante para a recuperação da actividade económica. O con-

tributo da procura externa líquida foi ligeiramente negativo, por seu turno, não obstante o forte crescimento das exportações de bens e serviços.

A recuperação da economia de Cabo Verde reflecte, em larga medida, a implementação de um conjunto de medidas de política macroeconómica, visando minimizar os efeitos da transmissão da crise mundial à economia de Cabo Verde. Nomeadamente medidas de política monetária visando a estabilidade dos influxos dos capitais externos, e medidas de política orçamental orientadas para dinamização da procura interna (redução das taxas de impostos em 2009) e promoção da competitividade da economia a médio prazo (através da execução de um ambicioso programa pluri-anual de investimentos públicos).

Do lado da oferta, para o aumento da produção nacional contribuíram, sobretudo, os sectores da construção e dos serviços. No sector dos serviços, destaca-se a *performance* do turismo e dos transportes aéreos. De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas, a procura turística aumentou 17%. Em consequência, as receitas brutas de turismo aumentaram, embora a um ritmo menos acelerado (6,3%), reflectindo os ajustamentos de preços na oferta hoteleira. Acompanhando o aumento da procura turística, as exportações de serviços de transportes aéreos aumentaram cerca de 33%. Por seu turno, o desempenho do sector da construção está intrinsecamente ligado à execução dos projectos públicos, no âmbito do programa plurianual de investimentos públicos.

A nível dos preços, a inflação atingiu os 2,1%, aumentando 0,9 pontos percentuais relativamente a 2009, mantendo-se, contudo, em linha com as expectativas de evolução dos preços na Zona Euro. A evolução do índice de preços no consumidor em 2010 reflecte, essencialmente, a inflação importada.

De acordo com os resultados do Censo 2010, o mercado de trabalho registou uma melhoria, tendo a taxa de desemprego do país reduzido 2,4 pontos percentuais para 10,7% da população activa.

As contas externas registaram, igualmente, melhorias em 2010. As necessidades de financiamento da economia reduziram 3,6 pontos percentuais, para 9,8% do PIB. De notar que os excedentes das balanças de transferências correntes e de serviços mitigaram a aceleração do défice comercial e a redução das transferências de capital. Registe-se que o comportamento do défice comercial resultou, sobretudo, do aumento das importações de bens intermédios (materiais de construção) e de bens de equipamentos relacionado com a execução do programa de investimento público. O défice corrente atingiu 12,5% do PIB, tendo sido inteiramente financiado pelos influxos do investimento directo estrangeiro (7,5% do PIB) e pelos desembolsos líquidos da dívida pública externa (cerca de 12% do PIB). O excedente de financiamento externo sobre as necessidades do país possibilitou a acumulação das reservas internacionais líquidas, que atingiram no final de 2010 os 294 milhões de euros, correspondentes a 4,2 meses de importação.

No sector financeiro, a manutenção de uma situação sólida em termos de rentabilidade, solvabilidade, provisionamento de riscos e gestão da liquidez tem permitido aos bancos sustentar a expansão da sua actividade. O crédito total concedido pelo sistema bancário atingiu cerca 87,1 mil milhões de escudos em 2010, tendo o crédito à economia apresentado um crescimento de cerca de 9%. Refira-se que a estratégia do Governo Central de aproveitar o financiamento externo concepcional ao qual o país é ainda elegível favoreceu a evolução do crédito à economia. O crédito ao sector privado, que representa 99,8% do total do crédito à economia, cresceu 9,3%. Os empréstimos bancários têm contribuído crescentemente para o financiamento das necessidades de consumo e de investimento do sector privado. Em 2010, representaram cerca de 45% do rendimento disponível das famílias.

A situação orçamental de 2010 espelhou a política orçamental adoptada. O défice orçamental incluindo donativos registou uma esperada deterioração, fixando-se nos 12% do PIB (6,8% do PIB em 2009), sobretudo, em resultado da aceleração das despesas de investimento. O défice global ajustado de flutuações cíclicas fixou-se nos 11,6% do PIB, sugerindo que parte da variação observada no saldo orçamental (-0,4% do PIB) ficou a dever-se à conjuntura económica menos favorável que nos anos pré-crise económica - financeira mundial. O financiamento do défice orçamental foi realizado, preferencialmente, com recursos externos (financiamento de projectos em condições concessionais e ajuda orçamental).

Quadro 1. Cabo Verde - Principais Indicadores Económicos 2008-2010

	Unidades	2008	2009	2010
I. Sector Real				
Produto Interno Bruto (PIB) ¹	variação real em %	6,1	4,0	5,6
Produto <i>per Capita</i> ²	em USD	1.996,0	2.111,0	2.098,0
Inflação média dos 12 meses	taxa variação em %	6,8	1,0	2,1
Taxa de desemprego ³	taxa variação em %	13,0	13,1	10,7
II. Sector Monetário e Cambial				
Activo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	-6,3	-1,7	5,9
Reservas Internacionais Líquidas do BCV	taxa variação em %	8,0	-1,4	7,2
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	18,8	10,8	5,7
Massa Monetária	taxa variação em %	7,9	3,3	5,9
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal	2001=100; valores médios	105,4	105,1	104,5
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	2001=100; valores médios	114,1	114,7	114,5
IV. Sector Externo				
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	14,0	13,4	9,8
Balança corrente	em % do PIB	16,0	16,6	12,5
Reservas/Importações	meses	4,0	4,2	4,2
Dívida Externa Efectiva	em % do PIB	46,4	51,7	60,0
Dívida Externa Efectiva/Exportações de Bens e Serviços	em %	100,1	130,5	136,9
V. Finanças públicas				
Saldo Global	em % do PIB	-1,8	-6,8	-12,0
Saldo Primário	em % do PIB	-5,2	-11,7	-17,3
Stock da Dívida Pública (Líquida)	em % do PIB	63,9	69,9	77,6

Fonte: Banco de Cabo Verde; Instituto Nacional de Estatísticas; Ministério das Finanças.

Notas: 1/ Estimativas do Banco de Cabo Verde.

2/ Conforme o Censo de 2010.

3/ De acordo com a nova metodologia em uso pelo Instituto Nacional de Estatísticas.

Capítulo 1. Enquadramento Internacional

A economia global reforçou a sua trajectória de recuperação ao longo do ano 2010. As estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um crescimento global de 5% em termos reais, que compara à contracção de 0,6% registada em 2009.

A tendência de recuperação da actividade económica mundial foi, no entanto, bastante diferenciada em termos regionais. O dinamismo das economias emergentes e em desenvolvimento, nomeadamente da China, contrastou com os resultados mais modestos dos países avançados, em especial das economias europeias.

Os países avançados cresceram 3% em termos reais, recuperando de uma contracção de 3,4% de 2009. O crescimento estimado para a Zona Euro, o maior parceiro comercial do país, foi o mais baixo do grupo dos países avançados (1,7%), de acordo com o FMI. O produto interno bruto dos EUA cresceu, em 2010, 2,8%, não obstante a desaceleração do 2º trimestre. O Japão cresceu 4,3%, recuperando de uma contracção de 6,3%.

O crescimento real do produto interno bruto dos mercados emergentes e países em desenvolvimento foi de 7,3% (2,9% em 2009). A aceleração da actividade económica na China (10,3%), na Índia (9,7%) e no Brasil (7,5%) determinou a *performance* do grupo dos países emergentes e em desenvolvimento. A África Subsariana, embora muito afectada pela expressiva queda do comércio externo em 2009, cresceu 5% em termos reais. A estabilidade política da região e o recurso a *buffers*, constituídos graças à considerável melhoria da gestão macroeconómica nos anos pré-crise, mitigaram substancialmente os efeitos da crise económica mundial na África Subsariana e possibilitaram uma recuperação rápida da actividade económica em termos agregados, para os níveis pré-crise.

Não obstante considerável, a recuperação da economia mundial não foi suficiente para gerar ganhos substanciais no mercado de trabalho, especialmente nas economias avançadas. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de desempregados a nível global permaneceu nos 205 milhões, uma diferença de mais 27,6 milhões relativamente a 2007.

Em termos gerais, a implementação de políticas orçamentais e monetárias excepcionalmente expansionistas impulsionou a recuperação da actividade económica global, que iniciou no 2º semestre de 2009. As taxas de juros mundiais permaneceram em níveis historicamente baixos, e, em paralelo, as autoridades monetárias recorreram a outros instrumentos visando, de certa maneira, a acomodação da política orçamental em vigor. Destaca-se o caso dos EUA, onde o Federal Reserve lançou um novo programa de *Quantitative Easing* (QE2) em Novembro. Em linhas gerais, o QE2 prevê o alargamento da carteira de títulos do tesouro da autoridade monetária em 600 mil milhões de dólares.

Na Zona Euro, o Banco Central Europeu prosseguiu com um *securities buying program*, com o intuito de reduzir a instabilidade que persistiu nos mercados da dívida soberana desde o 2º trimestre do ano, e que afectou sobremaneira os países mais endividados da região monetária.

Quadro 2. Economia Mundial Indicadores Seleccionados (em percentagem)

	PIB ¹ real		Preços no Consumidor ²		Desemprego	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Economias Avançadas	-3,4	3,0	0,1	1,6	8,0	8,3
EUA	-2,6	2,8	-0,3	1,6	9,3	9,6
Zona Euro	-4,1	1,7	0,3	1,6	9,5	10,0
Japão	-6,3	3,9	-1,4	-0,7	5,1	5,1
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	2,7	7,3	5,2	6,2		
Brasil	-0,6	7,5	4,9	5,0	8,1	6,7
Russia	-7,8	4,0	11,7	6,9	8,4	7,5
Índia	6,8	10,4	-0,7	3,3		
China	9,2	10,3	10,9	13,2	4,3	4,1
África Subsariana	2,8	5,0	10,5	7,5		

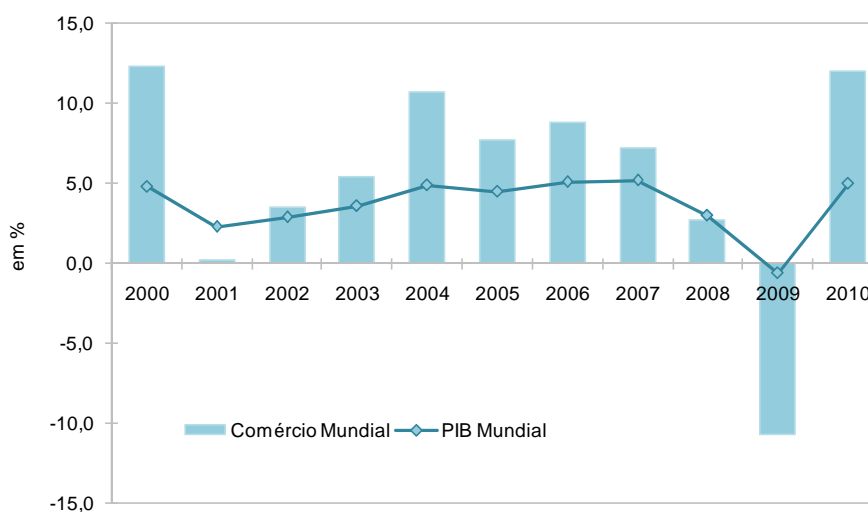
Fonte: Fundo Monetário Internacional (2011), World Economic Outlook.

Notas: 1/ Estimativas medidas em termos do índice de paridade de poder compra.

2/ Variações médias anuais.

A retoma do comércio global, em resultado principalmente do aumento da procura por parte das economias emergentes, foi determinante para o crescimento da actividade económica mundial. De acordo com o FMI, o comércio global de bens e serviços cresceu 12%, recuperando de uma queda de 10,7% registada em 2009.

Figura 1. Evolução do Comércio e PIB Mundial



Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Em particular, a procura turística cresceu 6,7% relativamente a 2009, de acordo com a World Tourism Organization. A procura dirigida a economias emergentes e em desenvolvimento foi determinante para o aumento das viagens internacionais em 2010. Em África, a procura turística cresceu 6% (para 49 milhões), em larga medida devido à realização da copa mundial de futebol na África do Sul.

Contrastando com a evolução do comércio externo, os influxos de investimento directo estrangeiro (IDE) a nível global permaneceram 25% abaixo dos níveis de 2007. Os influxos do IDE aumentaram marginalmente (1%) em 2010, de acordo com a UNCTAD's Investment Policy Monitor.

Zona Euro

A economia da Área do Euro tem evoluído a duas velocidades, liderada pela Alemanha. Com um percurso diverso, estão os países mais endividados da união monetária (Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália), obrigados a implementar um rigoroso programa de consolidação orçamental.

Problemas relacionados com a liquidez do sistema bancário e com a sustentabilidade da dívida soberana levaram a Grécia e a Irlanda a acederem ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF). O FEEF foi inicialmente concebido como um fundo de 750 mil milhões de euros destinados a resgatar países em situação financeira difícil, em condições mais favoráveis que as oferecidas pelos mercados. O resgate é oferecido mediante a implementação de medidas de consolidação orçamental negociadas com a Comissão Europeia, com o Banco Central Europeu e com o Fundo Monetário Internacional. Limitar o risco de *default* e o consequente contágio aos demais países da região monetária, dado o seu elevado grau de integração financeira, constituiu o objectivo principal da operacionalização do FEEF.

Adicionalmente, as autoridades europeias, designadamente o Banco Central Europeu, têm centrado a sua política na salvaguarda do Euro. O BCE manteve inalteradas as taxas de referência de refinanciamento, das facilidades de créditos e de depósitos em 1%, 1,75% e 0,25%, respectivamente, ao longo de todo o ano. Ainda, face ao agudizar dos problemas da dívida soberana, entre outras medidas adoptadas visando afrouxar as condições monetárias no Eurosistema, o BCE passou a intervir directamente nos mercados comprando dívida pública e privada.

Impulsionados por estímulos de natureza monetária, a Área do Euro cresceu 1,7% em 2010 (-4,1% em 2009), com os contributos positivos tanto da procura interna (consumo privado e gastos públicos) como da procura externa. A Alemanha, França, Portugal e Itália cresceram em termos reais a 3,5%, 1,5%, 1,4% e 1,1%, respectivamente. Espanha e Grécia pelo contrário, contraíram 0,2% e 5,3%, embora com trajectórias de evolução diferentes ao

longo do ano. A contracção da Espanha ficou a dever-se a uma recuperação mais tardia e lenta. Enquanto, no caso da Grécia, a tendência de recuperação inverteu-se no 2º trimestre do ano com o agudizar dos problemas financeiros e com a implementação de medidas de consolidação orçamental.

O desemprego na Zona Euro manteve-se em níveis historicamente elevados, em torno dos 10% e, de acordo com o Eurostat, o índice harmonizado de preços no consumidor cresceu 1,6% em termos médios anuais, 0,4 pontos percentuais abaixo do *target* estabelecido pela autoridade monetária. Num contexto da recuperação modesta da actividade económica, a evolução dos preços na Zona Euro reflectiu, essencialmente, a aceleração dos preços de *commodities*.

Estados Unidos da América

O produto interno bruto dos Estados Unidos cresceu 2,8% em termos reais, em 2010. A recuperação da economia dos EUA, após uma contracção de 2,6%, traduziu, em larga medida, o aumento das despesas das famílias (1,8%), dos gastos do governo (1%) e a dinâmica dos investimentos empresariais (3,8%). O crescimento económico foi, no entanto, atenuado pelos contributos negativos da procura externa líquida (-0,48%) e dos investimentos residenciais (-0,07%). Apesar destes desenvolvimentos, as condições no mercado de trabalho deterioraram para o conjunto do ano. A taxa de desemprego atingiu os 9,6% da população activa, um aumento de 0,3 pontos percentuais relativamente a 2009.

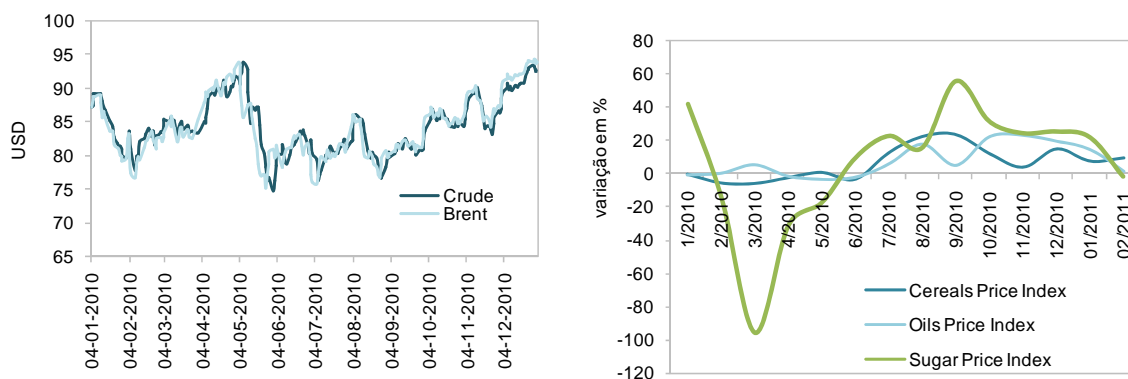
As expectativas menos optimistas em torno da recuperação do mercado de trabalho continuaram a condicionar as políticas públicas dos EUA. Além do novo programa monetário lançado em Novembro, o Governo anunciou um reforço dos estímulos fiscais em Dezembro, a vigorar em 2011. Este novo pacote prevê o adiamento da normalização das taxas de cobrança dos impostos, o alargamento da duração dos subsídios de desemprego e um corte temporário nas contribuições dos trabalhadores para a segurança social. Apesar deste programa prever um crescimento adicional de 0,5 pontos percentuais, acarreta riscos relacionados com o agravamento do défice orçamental dos EUA, que poderá atingir os 10,75% do PIB.

Mercado de Matérias-Primas

Ao longo de 2010, o aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas resultou em pressões inflacionistas crescentes, quer nas economias avançadas quer nos mercados emergentes. No entanto, as taxas de inflação seguiram trajectórias distintas entre países e regiões. Nas economias avançadas, onde a capacidade produtiva disponível permaneceu elevada, as taxas de inflação aumentaram gradualmente durante a segunda metade de 2010, situando-se em 1,5% no final do ano (0,1% em 2009). A inflação nas economias emergentes e em desenvolvimento atingiu 6,3%, por seu turno.

Em termos agregados, o preço do petróleo aumentou 27,8% em 2010, em resultado do aumento da procura por parte dos mercados emergentes e em desenvolvimento e de alguma instabilidade na oferta, relacionada, nomeadamente, com o acidente na plataforma da British Petroleum no Golfo do México.

Figura 2. Evolução do Preço das Matérias-Primas



Fonte: Reuters; FAO.

O preço das matérias-primas não energéticas, particularmente dos produtos alimentares igualmente aumentou consideravelmente ao longo de 2010 (23%). O *food price index* calculado pela Food and Agriculture Organization (FAO) cresceu 28%, em 2010, em termos médios (-39,4% em 2009 e +36,4% em 2008), reflectindo principalmente as limitações da oferta, relacionadas com secas e cheias ocorridas nos principais países produtores.

Os metais preciosos também valorizaram em 2010, a cotação do ouro, em particular, aumentou 29%. A relativa tendência de enfraquecimento do dólar-moeda típica de investimento, aliada à persistência da aversão ao risco nos mercados bolsistas, influenciou a decisão de muitos investidores a favor dos metais preciosos.

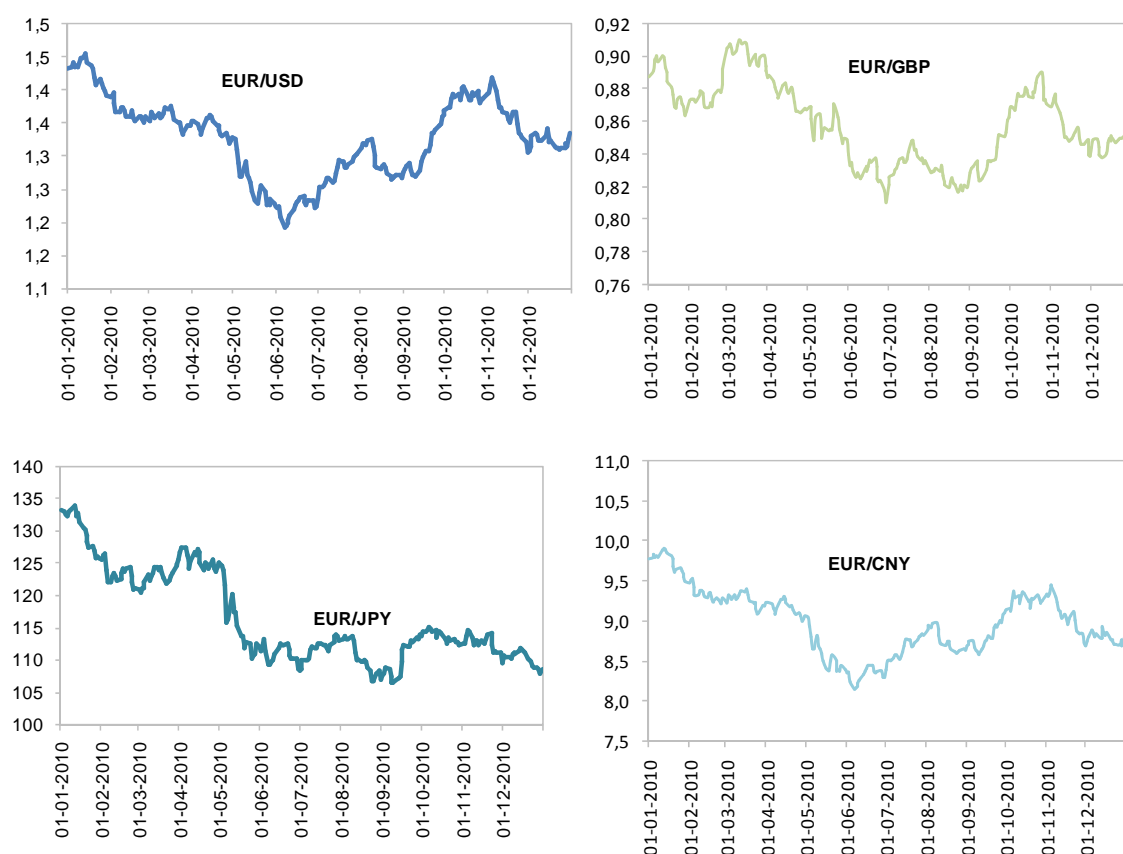
Mercado Cambial

O mercado cambial foi caracterizado por uma forte instabilidade, instigada por um lado pelas tensões nos mercados da dívida soberana na Europa e, por outro lado pela política de desvalorização competitiva, seguida por alguns países. Refira-se o caso da China que, resistindo à apreciação da sua moeda, interveio fortemente no mercado cambial. Ainda, visando a diversificação dos seus activos, a China passou a investir em ienes japoneses e wons sul-coreanos, penalizando a competitividade dos dois países. Em consequência da política cambial chinesa, outras economias emergentes, receando a perda de competitividade, reagiram, intervindo de forma agressiva no mercado cambial.

A “guerra” cambial que se agudizou no 2º semestre do ano, pressionou em sentido altista o euro. De notar que, o euro, moeda à qual o escudo cabo-verdiano está indexado, registou fortes oscilações em termos efectivos nominais ao longo de 2010. Apreciou entre

meados de 2010 e início de Novembro, recuperando grande parte das perdas registadas nos primeiros meses do ano. Com uma nova depreciação em Dezembro, o câmbio efectivo nominal do euro registou uma depreciação de 8% face à média de 2009. De acordo com o BCE, as oscilações do euro ao longo do ano estão, em grande medida, associadas à forma como o mercado interpretava as perspectivas orçamentais e económicas dos países mais vulneráveis.

Figura 3. Evolução da Cotação do EUR



Fonte: Reuters.

Notas: GBP- Libra Esterlina; JPY,- Yen Japonês; CNY- Yuan Chinês..

Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas

2.1. Política e Desenvolvimento Monetários

Orientada para o objectivo da sustentabilidade do regime cambial de *peg* ao Euro, a política monetária do Banco de Cabo Verde, em 2010, continuou focalizada na estabilização das reservas externas do país, em linha com o cumprimento das metas do programa *Policy Support Instrument*, firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Neste quadro, a gestão monetária permaneceu orientada para o ajustamento do excesso de liquidez, que prevalece no sistema bancário, com recurso a operações do tipo *open market*. As intervenções do BCV, através da emissão de Títulos de Intervenção Monetária (TIM) e Títulos de Regularização Monetária (TRM) tiveram um impacto considerável na redução da liquidez excedentária no mercado bancário. Paralelamente a estas operações, o BCV interveio disponibilizando facilidades permanentes de liquidez, através de operações de cedência e absorção, a taxas de 7,25% e 1,75%, respectivamente.

De notar que ao longo do ano, a taxa directora do BCV, bem como as taxas de facilidades permanentes, as quais estão indexadas à primeira, permaneceram fixas. Registe-se que em finais de 2009, com efeito a partir de Janeiro de 2010, o banco central, acompanhando a redução expressiva das taxas de juros internacionais, reduziu em um ponto percentual a sua taxa de referência, fixando-a em 4,25%.

Evolução dos Agregados Monetários

Os desenvolvimentos externos, em 2010, permitiram a acumulação em 5,9% das disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX), apoiando positivamente a expansão dos agregados monetários.

A evolução dos activos externos líquidos reflectiu a acumulação de reservas externas pelo Banco de Cabo Verde (em 7,2% em 2010, que compara à redução de 1,4% registada em 2009), num contexto em que os activos externos líquidos dos Bancos Comerciais continuaram com uma tendência decrescente.

Em termos absolutos, o *stock* de reservas internacionais líquidas do banco central aumentou 19,8 milhões de euros relativamente a 2009, totalizando 294 milhões de euros no final do ano. A aceleração dos desembolsos da ajuda orçamental e dos empréstimos externos públicos, aliada à alguma recuperação das receitas do turismo e das remessas dos emigrantes, esteve na origem desta evolução.

Quadro 3. Reservas Internacionais do Banco de Cabo Verde

	2008	2009	2010
		em %	
Reservas/Base Monetária Restrita	114,6	108,1	119,8
Reservas/Base Monetária Alargada ¹	81,7	83,2	91,2
		em meses de importação	
Reservas/Importações	4,0	4,2	4,2
Reservas/Importações prospectivas	4,3	3,9	4,1

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: 1/ Inclui os títulos do BCV na posse das Outras Instituições Monetárias e depósitos do Governo Central.

A expansão do crédito à economia constituiu o principal determinante da criação monetária em 2010. Com efeito, no período em análise, a oferta da moeda em sentido lato, representada pelo agregado monetário M2, cresceu 5,9%, com o contributo do crédito à economia a ascender 6,5%. O contributo dos activos externos líquidos do sistema para a criação monetária foi de 1,5%.

O crédito ao sector privado, que representa 99,8% do total do crédito à economia, cresceu 9,3%, compensando a diminuição do crédito líquido ao sector público administrativo em 8,2%, impulsionou a expansão do crédito interno total na ordem dos 5,7%.

A evolução do crédito líquido ao sector público administrativo ficou a dever-se, sobretudo, ao aumento de 30,3% dos depósitos do Governo Central no sistema bancário, cujo *stock* ascendeu a 10.557,9 milhões de escudos.

Principais Componentes da Monetária (M2)

A criação monetária, em 2010, foi determinada em 3% pelo comportamento dos meios de pagamentos em sentido estrito (M1) e em 2,9% pela evolução dos passivos quase monetários.

Em linha com a dinâmica da actividade económica, os passivos monetários (M1) cresceram 7,9% em termos anuais, recuperando de uma redução de 4%. Para esta evolução concorreram os crescimentos em 2,8% das notas e moedas em poder do público e em 9,2% dos depósitos à vista. Em termos da representatividade das sub-componentes do agregado M1, refira-se a manutenção do peso da circulação monetária no total dos meios de pagamentos (7,7%) e o ligeiro aumento da proporção dos activos mais líquidos, os depósitos à ordem, de 29,9% para 30,8%.

O ritmo do crescimento dos passivos quase monetários abrandou em 2010, de 10,4% para 4,6%, reflectindo, em parte, a desaceleração do ritmo de constituição dos depósitos à prazo em moeda nacional (de 12,9% para 3,5%). De realçar que a trajectória ascendente dos depósitos dos emigrantes continuou em 2010. Estes depósitos cresceram 6,3%, depois de aumentos na ordem dos 7,5% e 3,8% respectivamente em 2009 e 2008.

Quadro 4. Principais Indicadores da Situação Monetária

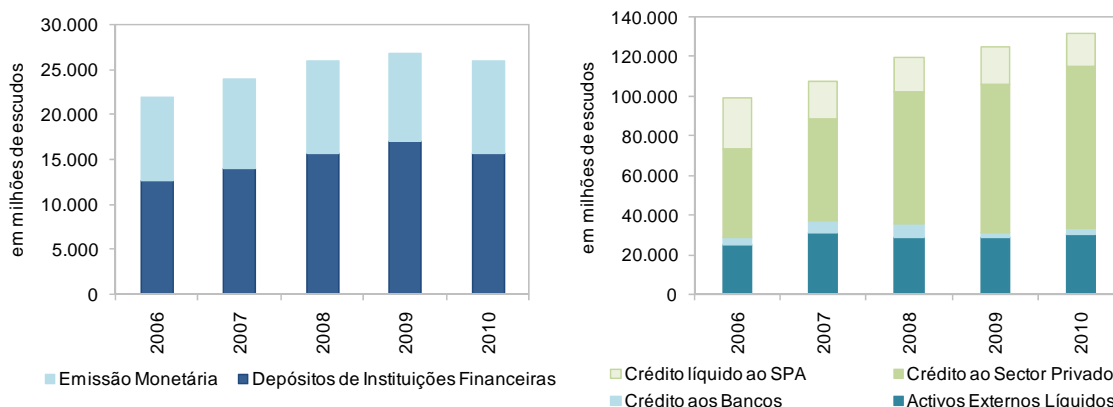
	2008	2009	2010
Activo Externo Líquido	28.923,8	28.441,9	30.061,6
Activo Externo Líq. do BCV	29.750,3	29.014,5	31.056,0
Activo Externo Líq. dos Bancos Comerciais	-826,5	-572,6	-994,4
Crédito Interno Líquido	84.224,2	93.324,3	99.077,7
Crédito Líquido ao SPA	17.551,2	18.784,0	17.654,3
Crédito à Economia	66.672,7	74.540,4	81.423,5
Crédito às Instituições Financeiras n/Monetárias	0,3	0,0	0,0
Outros activos líquidos	-11.059,1	-16.314,5	-17.507,9
Massa Monetária	102.088,9	105.451,7	111.631,4
(a) Passivos Monetários (M1)	42.170,4	39.866,6	43.378,6
Moeda em circulação	8.712,7	8.361,7	8.599,4
Depósitos à Ordem em M/N	33.457,7	31.504,9	34.779,2
(b) Passivos Quase Monetários	59.918,5	65.585,2	68.252,7
Depósitos de Poupança	2.835,9	2.975,9	3.249,6
Depósitos a prazo em M/N	21.071,1	23.783,5	24.625,1
Depósitos em divisas de residentes	3.558,8	3.224,5	2.676,1
Depósitos de emigrantes	29.384,3	31.575,9	33.573,8
Outros	3.068,5	4.025,3	4.128,1

Fonte: Banco de Cabo Verde.
Notas: M/N– Moeda Nacional

Base Monetária

A base monetária contraiu 3,4% em 2010, contrariando a evolução observada em 2009, devido principalmente à diminuição do *stock* de depósitos dos bancos comerciais no BCV em 7,4%. Refira-se que a emissão monetária aumentou 3,4%, acompanhando a recuperação da actividade económica.

Figura 4. Fontes e Composição da Base Monetária



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Alterações contabilísticas, relacionadas com o cálculo da base de incidência para a constituição das disponibilidades mínimas de caixa, explicam, em grande medida, a redução das reservas obrigatórias das instituições de crédito no banco central. As operações de políti-

ca monetária e a diminuição do crédito líquido ao Governo Central e de outros passivos líquidos, igualmente, contribuíram para a redução das responsabilidades do BCV em 2010. O contributo destas duas últimas variáveis para a evolução da base monetária foi negativo em 16% e 8%, respectivamente.

O valor do multiplicador monetário estabilizou-se em torno dos 4,1%. A manutenção do coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa, elemento mais volátil do multiplicador, nos 16%, explica, em grande medida, este comportamento.

A velocidade de circulação monetária da economia cabo-verdiana, medida pela relação entre o PIB nominal e o *stock* nominal do M2, foi de 1,10 em 2010 (1,12 abaixo do valor revisto para 2009). A relativa estabilidade da velocidade de circulação monetária justifica-se pelo facto de no ano não ter ocorrido mudanças substanciais nos hábitos de pagamentos do público e nas tecnologias associadas aos meios de pagamentos.

2.2. Política e Situação Orçamental

A política orçamental, suportada principalmente pela execução do Programa Pluri - Anual de Investimentos Públicos (PPIP), reforçou, em 2010, a orientação anti-cíclica e marcadamente expansionista em vigor desde 2009. O PPIP, orçado em mais de 100 mil milhões de escudos, é financiado maioritariamente por empréstimos externos concessionais e donativos concedidos pelos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde. Visa o aumento da competitividade da economia a médio e longo prazo (comporta projectos de construção e remodelação de portos, estradas, centrais fotovoltaicas, entre outros), bem como objectivos de cariz social, nomeadamente a redução do défice habitacional do país.

Ainda, a finalidade redistributiva norteou a adopção de medidas, em 2010, relacionadas com o reforço da segurança social, principalmente relacionado com o alargamento da taxa de cobertura das pensões sociais (regime não contributivo) e aumento do seu valor pecuniário.

A situação orçamental de 2010 espelhou a política orçamental adoptada. O défice orçamental incluindo donativos registou uma deterioração, fixando-se nos 12% do PIB (6,8% do PIB em 2009), sobretudo, em resultado da aceleração das despesas de investimento. O excedente corrente, igualmente, reduziu, reflectindo os aumentos das despesas correntes (2,2%), num quadro de estabilização das receitas correntes (0,1%). Por sua vez, o défice global ajustado de flutuações cíclicas fixou-se nos 11,6% do PIB, sugerindo que parte da variação observada no saldo orçamental (-0,4% do PIB) ficou a dever-se à conjuntura económica menos favorável que nos anos pré-crise económica - financeira mundial. Excluindo os juros da dívida, o défice orçamental (défice primário) cresceu 5,1 pontos percentuais para 10,3% do PIB, fixando-se em 1,7 pontos percentuais abaixo do défice orçamental global.

Quadro 5 Principais Indicadores Orçamentais

	em percentagem do PIB		
	2008	2009	2010
Receitas Totais	34,4	32,5	31,2
Despesas Totais	36,3	39,3	43,3
Saldo Global incluindo Donativos	-1,8	-6,8	-12,0
Saldo Global excluindo Donativos	-6,8	-13,3	-19,0
Saldo Global Ajustado das Flutuações Cíclicas	-1,3	-6,3	-11,6
Saldo Primário incluindo donativos	-0,2	-5,2	-10,3
Saldo Primário excluindo donativos	-5,2	-11,7	-17,3
Dívida Pública	63,9	69,9	77,6

Fonte: Ministério das Finanças; Cálculos Banco de Cabo Verde.

Receitas Públicas

Em 2010, as receitas totais do Governo Central cresceram 3,1% para 38.694 milhões. A recuperação das receitas, após a queda de 5,4% registada no ano anterior, resultou sobretudo do aumento significativo dos donativos ao Governo (14,9%), na medida em que as receitas correntes estabilizaram-se em torno dos 30 mil milhões de escudos.

As receitas fiscais, por seu turno, cresceram 2,8% (-13,2% em 2009), reflectindo por um lado o maior dinamismo da actividade económica, e por outro lado o reforço da eficiência na cobrança. O valor colectado do imposto sobre o valor acrescentado não deduzido dos reembolsos aumentou 7,5% e os impostos sobre as transacções internacionais e sobre o consumo de bens e serviços cresceram 3,2% e 12%, respectivamente. O montante colectado do imposto único sobre rendimentos, contudo, diminuiu 2,4% (-5,5% em 2009), parcialmente em resultado da implementação de um novo sistema de normalização contabilística.

As receitas não fiscais registaram uma queda de 15,6% relativamente ao ano anterior, devido, essencialmente, ao significativo decréscimo das receitas provenientes da cobrança de taxas, multas e outras penalidades (-13,9%) e dos rendimentos de propriedade (-56,4%).

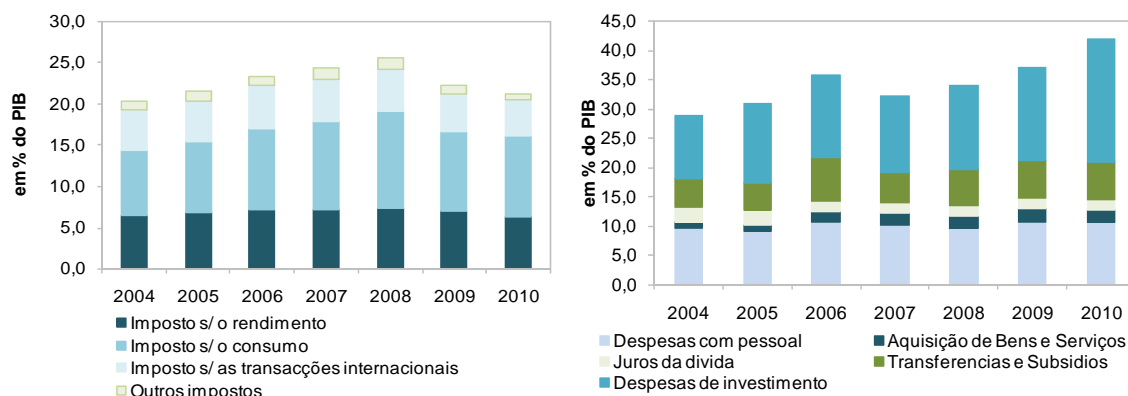
Despesas Públicas

As despesas totais do Governo Central atingiram os 53.596 milhões de escudos em finais de 2010, representando um aumento absoluto de 8.170 milhões. Para o crescimento das despesas públicas, em cerca de 18%, concorreram o expressivo aumento das despesas de investimento (41,2%) e o moderado crescimento das despesas correntes (em 2,2%, que compara aos 7,6 % de 2009).

A evolução das despesas correntes traduziu, em larga medida, o aumento das despesas com pessoal (5,5%) e com transferências correntes (9,2%). Embora em desaceleração, o crescimento das despesas com pessoal resultou de novos recrutamentos efectuados, bem como das actualizações e progressões salariais. Por outro lado, a actualização das pensões de aposenta-

doria e das pensões do regime não contributivo explicam, em grande medida, o comportamento das transferências correntes em 2010.

Figura 5. Receitas Fiscais e Despesas do Governo Central



Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde.

O crescimento significativo (16,8%) dos encargos com os juros da dívida interna e externa, também, contribuiu para o aumento das despesas correntes. De destacar, no entanto, que as despesas com os subsídios e “outras despesas correntes” reduziram 11% e 54,8%, respectivamente, traduzindo o esgotamento dos efeitos de regularização dos atrasados devidos às empresas gasolineiras, entre outras, bem como do défice tarifário da Electra.

Dívida Pública

Em resultado do aumento das suas necessidades de financiamento, o *stock* da dívida do Governo Central (excluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira) aumentou 8,4 pontos percentuais, situando nos 77,6% do PIB, em 2010. Esta evolução reflecte o aumento do endividamento externo, na medida em que em termos do PIB, a dívida interna decresceu 0,6 pontos percentuais.

Em linha com a estratégia do Governo de aproveitamento dos recursos externos concessionais aos quais o país é ainda elegível, no final de 2010 a dívida externa efectiva acumulada ascendeu aos 74.401 milhões de CVE, passando a representar cerca de 60% do PIB.

Os influxos de capital oficial geradores da dívida externa praticamente duplicaram em 2010 (passando dos 8.248 milhões para 16.488 milhões). Por seu turno, apesar do aumento dos encargos com os juros devidos aos credores externos em 22%, o serviço da dívida estabilizou.

Estes desenvolvimentos ilustram a natureza fundamentalmente concessional da dívida externa contratada pelo Estado cabo-verdiano. Do total da dívida externa efectiva, 54,4% foi contratada junto a credores multilaterais e 26% junto a credores bilaterais. Em termos médios, o Governo de Cabo Verde continua a financiar-se externamente a taxas inferiores a

2%. Os contratos prevêem, em média, um período de carência de 8 anos e uma maturidade de 33 anos.

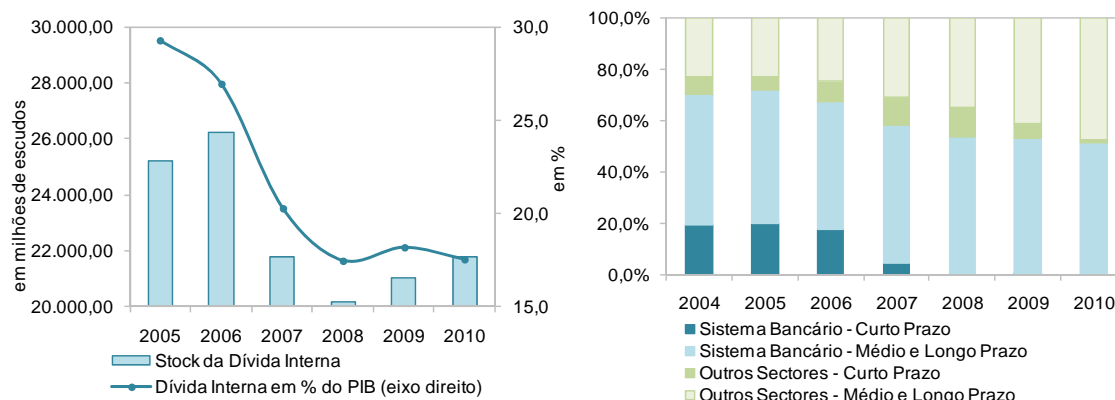
Quadro 6. Situação da Dívida Externa por Credores em 2010 (em milhões de escudos)

	Fluxos em 2010		Stock
	Desembolsos	Amortizações	Dívida Efectiva
Credores Multilaterais	6.913,7	996,4	40.464,9
Credores Bilaterais	9.574,8	836,5	19.308,9
Governo	2.040,1	453,3	10.899,1
Instituições Financeiras	7.534,7	383,2	8.409,8
Empresas Privadas	240,8
Outros	14.386,7
Total	16.488,5	1.832,9	74.401,3

Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde.

Note-se, no entanto, uma alteração na estrutura dos contratos mais recentes. Do montante total dos contratos de 2010 (317,5 milhões de dólares americanos), 83% foi firmado com parceiros comerciais, essencialmente, com instituições financeiras portuguesas. Entretanto, os contratos firmados com bancos portugueses, na sua larga maioria beneficiam de uma bonificação correspondente a 50% dos encargos com os juros, concedido pelo Governo português.

Figura 6. Dívida Pública Interna



Fonte: Ministério das Finanças; Bancos Comerciais; Banco de Cabo Verde.

O *stock* da dívida interna deduzido dos depósitos do Governo Central atingiu os 21.780,4 milhões de escudos (17,6% do PIB), concentrando-se, fundamentalmente, em títulos de médio e longo prazos.

O sistema bancário nacional e o Instituto Nacional de Previdência Social detêm, respectivamente, 50,2% e 49,5% do total do *stock* das obrigações de tesouro, e 6,5% e 93,5% do *stock* dos bilhetes de tesouro.

Ao longo do ano, assistiu-se a uma certa estabilização das taxas de juros tanto dos bilhetes como das obrigações do tesouro. As taxas dos bilhetes de tesouro fixaram-se em

4,00, 3,939 e 3,63 %, respectivamente para as colocações a 91, 182 e 364 dias. As taxas das obrigações do tesouro oscilaram entre 5,5 e 6%, tendo-se registado excepcionalmente uma colocação a 7%, em Janeiro de 2010.

Capítulo 3. Procura, Produção e Preços

3.1. Procura

A actividade económica nacional evoluiu favoravelmente em 2010, em linha com a melhoria do enquadramento internacional da economia cabo-verdiana. As estimativas do Banco de Cabo Verde apontam para um crescimento real de 5,6%, que compara aos 4% estimados para 2009. Este desempenho favorável do produto interno bruto foi determinado pela forte recuperação da procura interna. Com efeito, o contributo da procura interna para o crescimento do PIB acelerou de -3,5 para 5,8 pontos percentuais do PIB em 2010, em resultado, principalmente, do aumento do consumo privado e do investimento público.

Quadro 7. Produto Interno Bruto

	preços correntes, em milhões de escudos		
	2008	2009	2010
Produto Interno Bruto	115.190,9	115.614,1	123.916,7
Consumo	113.435,7	117.284,2	124.125,4
Público	22.524,1	25.057,0	26.151,8
Privado	90.911,6	92.227,2	97.973,6
Investimento	54.355,3	49.641,9	52.218,6
Formação Bruta de Capital Fixo	53.782,5	49.069,1	51.645,8
Variação de existências	572,8	572,8	572,8
Procura Interna	167.791,0	166.926,1	176.344,0
Exportações de bens e serviços	25.863,9	22.170,6	26.066,5
Procura Global	193.654,9	189.096,7	202.410,5
Importações de bens e serviços	78.464,0	73.482,6	78.493,8
Pro memória:			
PIBpm nominal (milhões de EUR)	1.044,6	1.048,5	1.123,8
PIBpm nominal (milhões de USD)	1.528,9	1.456,5	1.483,5
PIB real (variação anual em %)	6,1	4,0	5,6

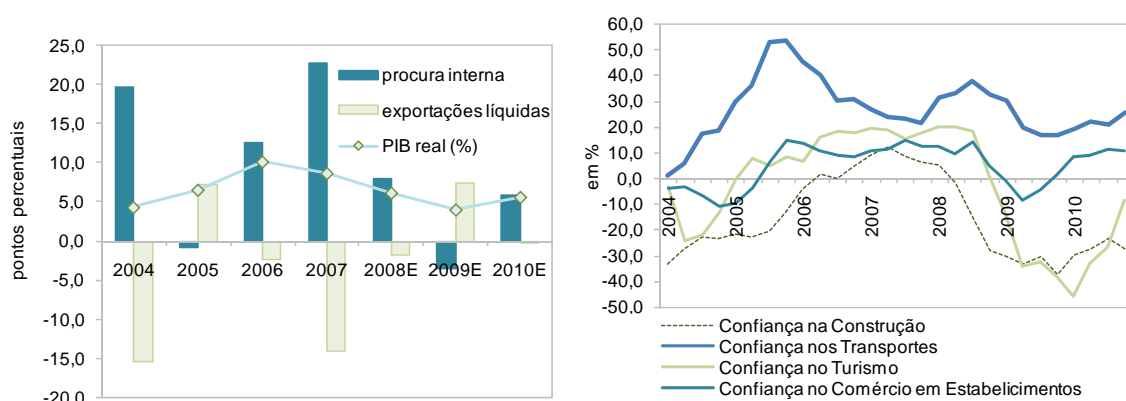
Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Banco de Cabo Verde.

Notas: Estimativas rápidas do PIB, considerando dados definitivos das contas nacionais até 2007.

O contributo da procura externa líquida para o crescimento económico foi, por seu turno, negativo, situando-se nos -0,2 pontos percentuais do PIB (contra os 7,5 pontos percentuais de 2009). O significativo aumento das exportações não foi suficiente para compensar o crescimento das importações.

A evolução do indicador de clima económico calculado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) ilustra a tendência de recuperação da actividade económica nacional. Este indicador, que resulta da síntese das apreciações de empresários dos principais sectores, apresentou ao longo do ano uma trajectória geralmente ascendente. Entre outros sectores, o turismo, os transportes, a construção e o comércio em estabelecimento foram os que apresentaram tendências positivas mais expressivas.

Figura 7. Contributos para o Crescimento do PIB e Indicadores de Confiança

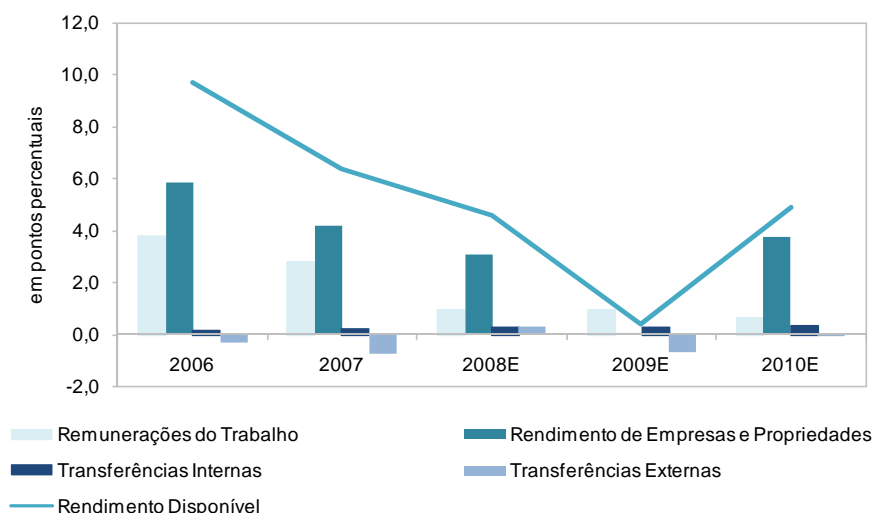


Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Banco de Cabo Verde.

Consumo

O crescimento real estimado do consumo privado foi de 4%, que compara aos 0,4% registados no ano anterior. Para a aceleração do consumo terão contribuído factores como o aumento do rendimento real disponível das famílias (RDF), estimado em 2,8%. Este aumento do RDF, em 2010, resultou, sobretudo, dos aumentos dos rendimentos de empresa e propriedade, das transferências internas (em particular das pensões) e externas (nomeadamente, das remessas de emigrantes), bem como do crescimento moderado dos preços.

Figura 8. Contributos para o Crescimento do Rendimento Disponível Nominal das Famílias



Fonte: Banco de Cabo Verde.

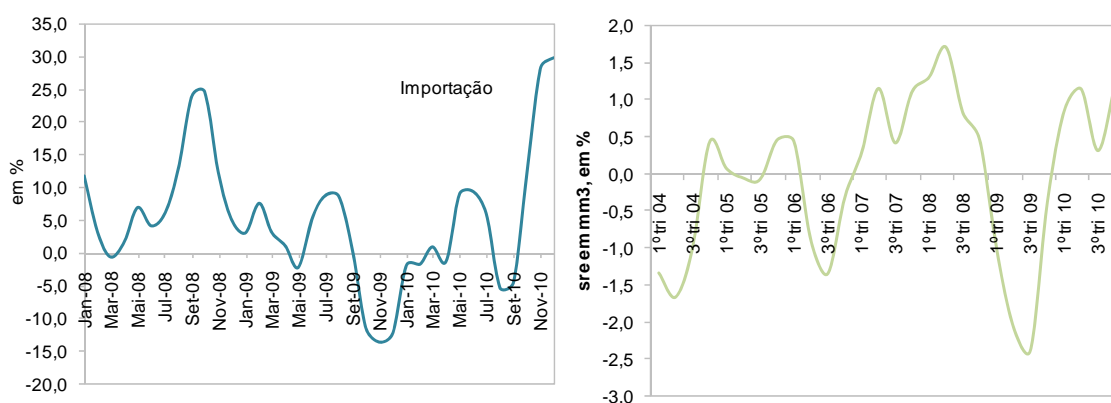
Notas: Os valores referem-se à média móvel dos últimos três meses dos saldos de respostas extremas.

O aumento do consumo das famílias foi superior ao seu rendimento disponível contu- do, resultando numa nova redução da taxa de poupança (em 1,2 pontos percentuais). A ten- dência decrescente da poupança das famílias prevalece desde 2006. Neste quadro, para sus-

tentar as suas necessidades, as famílias têm recorrido crescentemente ao financiamento bancário. Em consequência, o endividamento dos particulares passou a representar 45,1% do seu rendimento disponível em 2010, quando em 2007 representava cerca de 33%.

Os indicadores quantitativos do consumo privado, calculados pelo Banco de Cabo Verde, bem como o índice de volume de vendas no comércio a retalho, estimado pelo Instituto Nacional de Estatísticas, sugerem um fortalecimento da tendência ascendente do consumo privado no 2º semestre do ano. Por outro lado, a evolução das importações e do crédito bancário a particulares para outros fins indiciam uma trajectória tendencialmente mais elevada do consumo de bens duradouros.

Figura 9. Importação de Bens de Consumo e Vendas a Retalho em Estabelecimento



Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; Instituto Nacional de Estatísticas.

Notas: mm3- média móvel dos últimos três meses.

sre – saldo das respostas extremas.

De acordo com os dados do Ministério das Finanças, o consumo público registou um abrandamento de perto de 6 pontos percentuais em termos reais, para 2,6%. Este comportamento reflectiu a evolução moderada das despesas correntes, nomeadamente das despesas públicas com pessoal e com aquisição de bens e serviços.

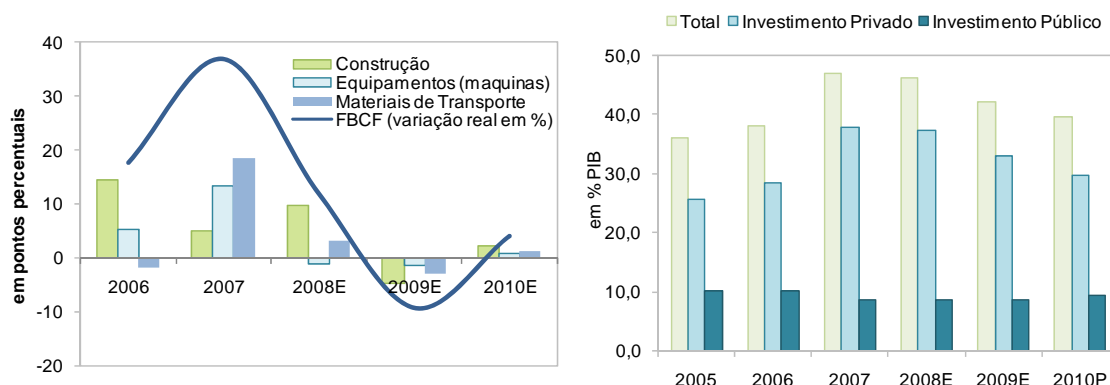
Investimento

As estimativas do BCV apontam para um crescimento real do investimento na ordem dos 4,1%, em 2010. A recuperação do investimento de uma contracção de 9,2%, reflectiu o comportamento globalmente favorável da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), em especial da FBCF da construção.

Por sector institucional, o aumento da FBCF foi determinado pelo dinamismo do sector público. Registe-se que os investimentos públicos aceleraram de 7,3% para 37% em termos reais, enquanto o investimento privado, continua com um perfil descendente. Em termos reais, o investimento privado registou uma redução de 3,6%, no entanto, consideravelmente menos pronunciada que a de 2009 (-12,4%). Para a evolução estimada dos investimentos pri-

vados contribuiu alguma recuperação dos investimentos externos, nomeadamente no sector imobiliário - turístico e no sector financeiro, bem como dos investimentos residencial e empresarial internos.

Figura 10. Decomposição da FBCF e Investimento por Sector Institucional



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde.

Comércio Externo de Bens e Serviços

Num contexto de recuperação do comércio internacional e da acentuada redução registada em 2009, a exportação de bens e serviços cresceram 14% em termos reais, em 2010, após uma queda de 11,8%.

A análise detalhada das exportações aponta para uma evolução globalmente favorável dos diferentes mercados, verificando-se uma forte aceleração quer de bens, quer dos serviços de turismo e de transportes aéreos.

No que respeita à exportação de bens, observou-se uma significativa aceleração em termos nominais das reexportações de combustíveis e víveres, nos portos e aeroportos internacionais do país, e de pescado em 68,8% e 52,7%, respectivamente (-29,4% e 30,5% em 2009).

Quadro 8. Exportações de Mercadorias (milhões de escudos)

	2008	2009	2010
Reexportações	6.021,1	4.250,1	7.178,3
Produtos Transformados	881,8	825,9	779,5
Produtos Tradicionais	1.421,2	1.854,5	2.830,9
Outros Produtos	106,2	79,7	86,8
Total	8.430,3	7.010,2	10.875,4

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

Por mercados geográficos, as exportações de mercadorias, excluindo as reexportações de combustíveis e víveres, continuaram direccionadas essencialmente para os mercados da Zona Euro, concentrando-se particularmente em Espanha e Portugal (95%). Note-se que a Espanha aumentou a sua quota de mercado em 2010, passando a absorver 72,6% do total de

exportações (61,8% em 2009), enquanto Portugal diminuiu o seu peso no total das exportações (22,7%, que compara aos 33,5% de 2009).

Quadro 9. Distribuição Geográfica das Exportações de Mercadorias

	2008		2009		2010	
	milhões de escudos	estrutura em %	milhões de escudos	estrutura em %	milhões de escudos	estrutura em %
Portugal	979,8	40,6	928,3	33,5	839,8	22,7
EUA	8,6	0,4	32,0	1,2	59,6	1,6
Espanha	895,7	37,1	1.710,1	61,8	2.685,4	72,6
Países Baixos	12,5	0,5	13,5	0,5	10,4	0,3
Outros	515,8	21,4	84,6	3,1	104,8	2,8
Total	2.412,4	100,0	2.768,5	100,0	3.700,1	100,0

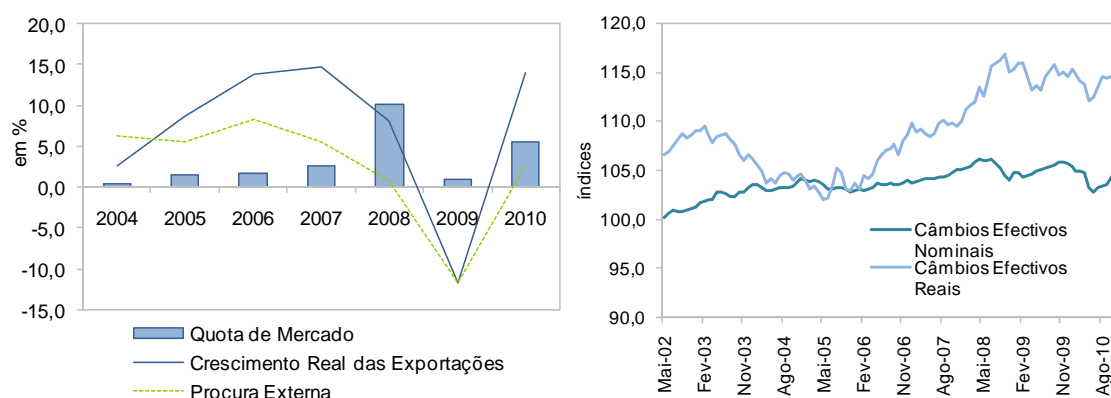
Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

As exportações de serviços cresceram 12,7% em termos nominais (-14,2% em 2009). As receitas brutas de turismo que representam mais de 50% do total das exportações de serviços cresceram 6,3%, recuperando de uma queda de 16,2%.

Em linha com a recuperação do turismo, as exportações de serviços ligados aos transportes aéreos cresceram 33,2% (-15,7% em 2009).

A evolução das exportações cabo-verdianas beneficiou do dinamismo da procura externa, comparativamente a 2009. Note-se no entanto que, o crescimento real das exportações superou em 11 pontos percentuais a evolução da procura dirigida a Cabo Verde pelo seu maior parceiro comercial, a Zona Euro, indiciando um ganho na quota de mercado. A redução dos custos com as exportações, em função do crescimento moderado dos preços internos contribuiu, em alguma medida, para o referido aumento da quota de mercado de exportação.

Figura 11. Quota de Mercado de Exportações e Câmbios Efectivos



Fonte: Eurostat; Banco de Cabo Verde.

Com efeito, a nível cambial a moeda cabo-verdiana depreciou-se 1,9% em termos efectivos nominais em 2010, reflectindo sobretudo a depreciação nominal do euro relativamente às

principais divisas internacionais. Devido ao comportamento da inflação, o índice da taxa de câmbio efectiva real, indicador da competitividade-preço da economia cabo-verdiana, registou uma depreciação de 0,7%.

As importações de bens e serviços registaram um crescimento real de 4,1% em termos reais, em 2010 (-12,6% em 2009). Esta evolução reflecte o comportamento das componentes da procura global com forte conteúdo importado, em especial os investimentos. Refira-se que em termos agregados, as importações de bens intermédios, de capital e combustíveis, contribuíram em 68,8% para o crescimento das importações, enquanto as importações de bens de consumo em 24,1%.

Quadro 10. Importações de Mercadorias em base CIF

	em milhões de escudos		
	2008	2009	2010
Bens de Consumo	22.365,5	21.253,6	22.606,9
Bens Intermédios	17.649,6	13.759,0	15.626,7
Bens de Capitais	9.729,2	9.478,1	10.664,8
Combustíveis	7.046,6	6.401,3	7.208,3
Outros	5.519,6	5.332,8	5.732,4
Total	62.310,5	56.224,8	61.839,0

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

Notas: CIF-Cost, Insurance and Freight..

A evolução das importações deveu-se, na sua maior parte, ao aumento das importações de bens (11%), reflectindo em larga medida a execução do programa de investimento público, numa conjuntura em que os investimentos privados continuam com perfil descendente. Da análise das importações de mercadorias por mercados de origem verifica-se que Portugal, Países Baixos e Espanha continuaram a ser os principais parceiros de Cabo Verde. No seu conjunto, as importações destes países continuam a representar mais de 50% do valor total importado, sendo de destacar Portugal, com um peso de cerca de 51%.

Quadro 11. Distribuição Geográfica das Importações de Mercadorias

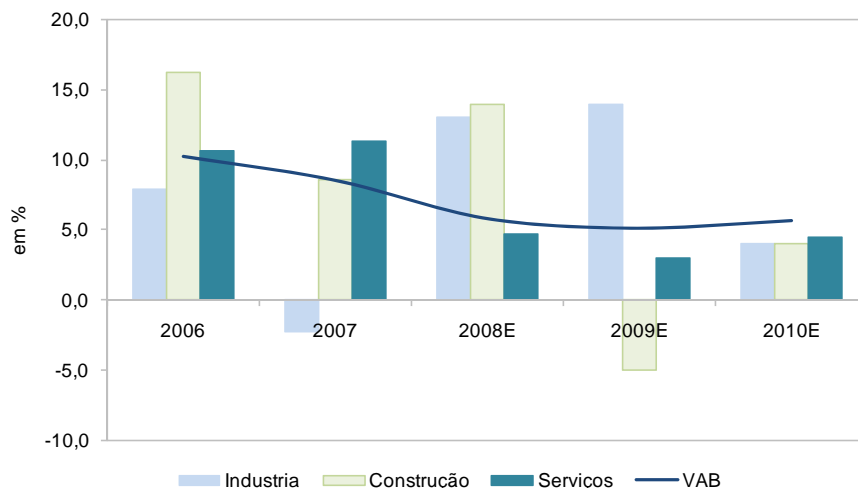
	2008		2009		2010	
	milhões de escudos	estrutura em %	milhões de escudos	estrutura em %	milhões de escudos	estrutura em %
Portugal	31.369,7	50,3	27.170,6	48,3	31.795,5	51,4
Países Baixos	10.576,2	17,0	9.412,2	16,7	10.373,9	16,8
Brasil	3.528,7	5,7	2.508,1	4,5	2.300,0	3,7
Itália	1.695,5	2,7	1.737,8	3,1	1.074,9	1,7
Alemanha	975,2	1,6	1.280,7	2,3	276,1	0,4
Espanha	4.533,3	7,3	5.531,3	9,8	6.577,5	10,6
E.U.A	539,1	0,9	583,1	1,0	980,7	1,6
França	1.256,1	2,0	1.088,4	1,9	2.265,2	3,7
Reino Unido	559,7	0,9	270,4	0,5	271,9	0,4
Senegal	411,7	0,7	690,8	1,2	689,6	1,1
Outros	6.865,3	11,0	5.951,4	10,6	5.233,9	8,5
Total	62.310,5	100,0	56.224,8	100,0	61.839,0	100,0

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

3.2. Produção

A recuperação da actividade económica, em 2010, beneficiou, em larga medida do aumento do valor acrescentado bruto (VAB) da construção, que de uma queda de 5% passou a crescer 4%, de acordo com as estimativas do BCV. O VAB estimado para o sector de serviços cresceu 4,5%, 1,4 pontos percentuais acima da evolução estimada para 2009, enquanto o VAB da indústria desacelerou fortemente (10 pontos percentuais).

Figura 12. Principais Componentes do VAB



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Banco de Cabo Verde.

Notas: Estimativas rápidas do PIB a partir de dados definitivos das contas nacionais até 2007.

A evolução dos indicadores de confiança na construção e nos serviços, dos indicadores de expectativas da actividade em geral e da carteira de encomendas no sector da construção, bem como a evolução dos indicadores quantitativos suportam as estimativas do BCV. Os indicadores de confiança nos sectores da construção e dos serviços apresentaram uma trajetória ascendente ao longo do ano, ao contrário do indicador de confiança no sector da indústria. Em termos de indicadores quantitativos, de referir que a baixa dos preços continuou a contribuir para sustentar o aumento da procura turística.

Caixa 1. O Turismo em 2010

A actividade turística em Cabo Verde apresentou um desempenho positivo em 2010, em linha com a evolução do turismo mundial e da procura externa. As receitas brutas do turismo cresceram 6,3% , após uma variação negativa de 16,2%, enquanto a procura turística, medida pelo número total de dormidas de turistas não residentes cresceu cerca de 17% para 2,2 milhões. A procura turística acelerou principalmente no segundo semestre do ano. As entradas de turistas nos estabelecimentos hoteleiros cresceram 3,9% e 27,3%, em termos homólogos no primeiro e segundo semestres, respectivamente. O número de dormidas, por seu turno, aceleraram de 5,4% para 26,1%, do primeiro para o segundo semestre.

Quadro 12. Principais Indicadores de Turismo

	milhões de escudos		
	2008	2009	2010
Hóspedes	285.141	287.183	336.086
Dormidas	1.711.875	1.897.552	2.217.563
Receitas de Turismo ¹ (milhões de escudos)	25.361,3	21.253,6	22.023,0
Receitas do Turismo (em % PIB)	22,0	18,4	17,8
Participação nos Serviços ² (em %)	56,7	55,3	51,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Banco de Cabo Verde.

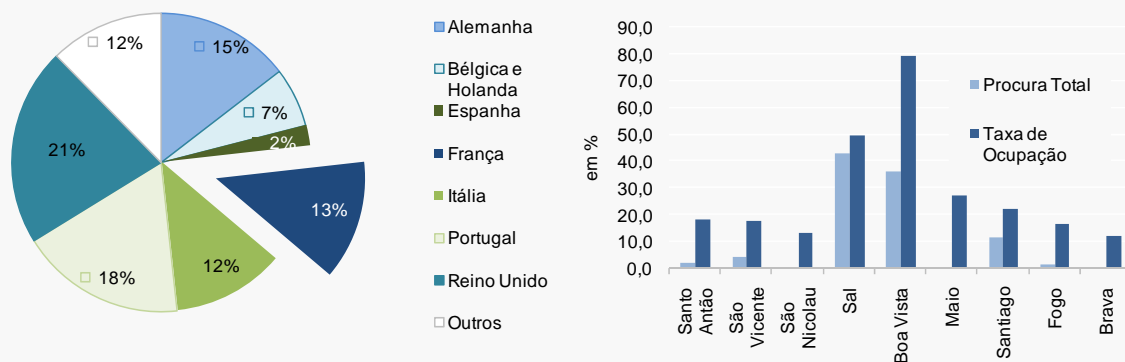
Notas: 1/ Corresponde ao total das exportações dos serviços de turismo.

2/ Exportação de serviços de turismo/Total da exportação de serviços.

O Reino Unido manteve-se como o principal mercado emissor do turismo, representando cerca de 21% do total de entradas e 28% do total de dormidas. Os países da Área do Euro seguem-no, representando no global cerca de 67% do total de entradas de turistas (64% em 2009). Entre estes países, de destacar o forte crescimento verificado pelos mercados francês e espanhol, com aumentos no número de entradas de turistas de, respectivamente, 91,8 e 33,1%, relativamente a 2009.

A ilha do Sal continua a ser o principal destino dos turistas, tendo recebido cerca de 43% do total dos visitantes em férias em 2010. A ilha da Boavista manteve-se em segundo lugar (36% do total de turistas), não obstante se ter verificado um aumento expressivo (52,5%) no número de entradas de turistas em relação a 2009. A ilha recebeu mais 41 mil turistas em 2010 e registou a maior taxa de ocupação média (79%).

Figura 13. Procura Turística por Origem e Destino



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

O forte crescimento observado no movimento de turistas, em 2010, reflectiu-se no aumento do volume de tráfego aéreo, com um acréscimo de 81 mil passageiros desembarcados em voos internacionais (mais 12,2% do que em 2009).

Com uma evolução contrária à da procura, registou-se uma ligeira diminuição da capacidade de alojamento, em 2010. A redução em 1,7% do número de camas resultou, essencialmente do fecho de alguns estabelecimentos hoteleiros na ilha do Sal. Em consequência, o total do pessoal ao serviço no sector hoteleiro diminuiu 1,5%.

Cabo Verde, enquanto destino turístico, classificou-se em octogésimo nono lugar no *ranking* global do *Travel and Tourism Competitiveness Index* (TTCI). Este índice avalia factores e políticas identificados como alavancas para melhorar a competitividade de viagens e turismo nos diferentes países. O cálculo do índice baseia-se em três grandes categorias de variáveis: quadro regulamentar; ambiente de negócios e infra-estruturas; e recursos humanos, culturais e naturais.

Na primeira categoria, Cabo Verde ficou classificado em octogésimo quinto lugar, o que reflecte algum esforço na priorização do sector turístico, enquanto motor da economia. Na segunda categoria, o país classificou-se em 73º lugar, mais próximo da média mundial (70ª posição), reflectindo a melhoria do ambiente de negócios e o aumento das infra-estruturas de suporte à actividade turística no país. Na terceira categoria a classificação do país foi mais baixa, entre os 25 piores do *ranking*, na 114ª posição. Este resultado indicia que o capital humano, a oferta cultural e as fragilidades ambientais constituem os principais constrangimentos ao desenvolvimento do sector.

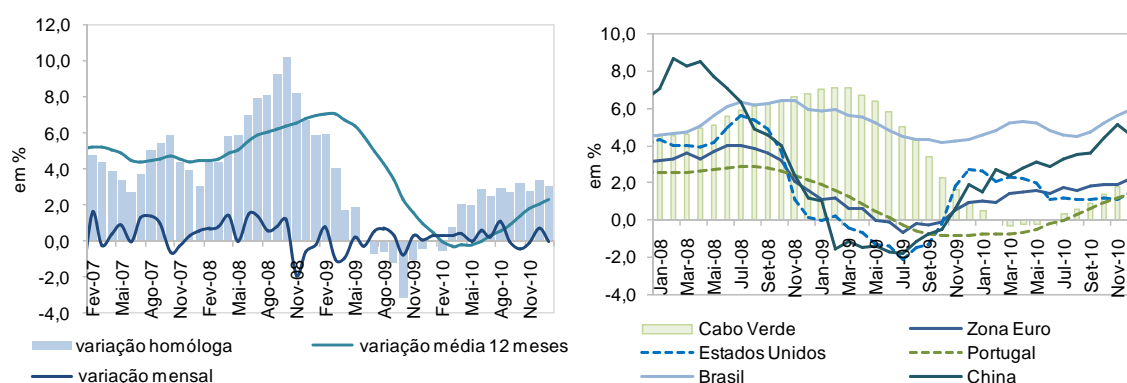
No contexto da África Subsariana, o país ocupou a quarta posição, no *ranking* de 30 países, atrás das Ilhas Maurícias, África do Sul e Namíbia. Relativamente ao primeiro lugar do grupo, as Ilhas Maurícias, Cabo Verde tem uma desvantagem de 36 posições em termos do índice global.

3.3. Preços

A inflação, medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC) situou-se nos 2,1% em 2010, 1,1 pontos percentuais acima do valor registado em 2009. Em termos homólogos, o IPC atingiu 3,4% em Dezembro, que compara à deflação de 0,4% observada em igual período do ano anterior.

Sendo uma pequena economia aberta, com um regime cambial de paridade fixa com o euro e uma capacidade produtiva limitada, a evolução dos preços internacionais determina, em grande medida, o comportamento da inflação do país. Neste quadro e face a importância das trocas comerciais com a Zona Euro, a variação dos preços internos tem seguido, ainda que com algum desfasamento, a trajetória de preços dos principais parceiros. Registe-se que em 2010, verificou-se uma diminuição do diferencial dos preços internos relativamente aos da Zona Euro, com um impacto positivo ao nível da evolução da taxa de câmbio efectiva real e, em consequência da competitividade - preço do país.

Figura 14. Evolução do Índice de Preços no Consumidor e da Inflação dos Principais Parceiros



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Bloomberg.

O perfil ascendente da taxa de inflação em 2010, esteve fortemente associado à evolução dos preços dos bens industriais, dos produtos energéticos, bem como dos bens alimentares transformados e serviços.

Enquanto importador líquido de produtos alimentares e energéticos, o comportamento dos preços em Cabo Verde reflectiu, em alguma medida, a inflação internacional destes produtos. Com efeito, a taxa de inflação média interrompeu o seu perfil descendente ao longo do segundo semestre do ano, acompanhando evolução dos preços das matérias – primas no mercado externo, principalmente no último trimestre do ano.

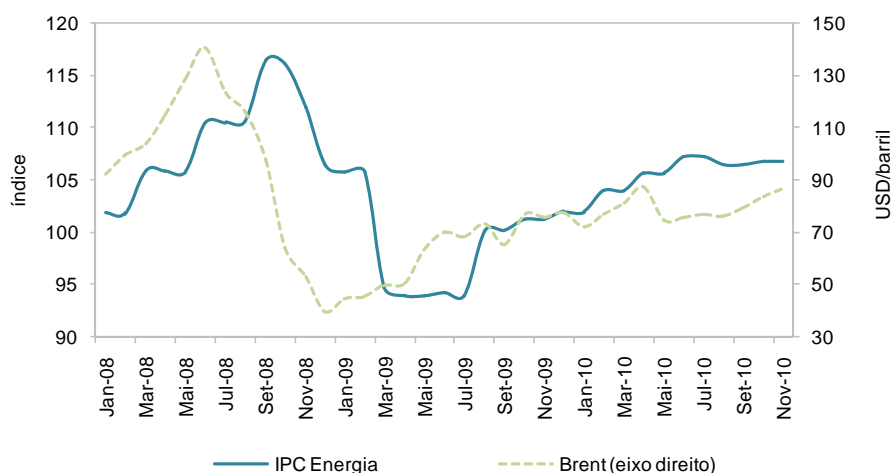
Quadro 13. IPC e Componentes

	taxa de variação homóloga, em %					
	2008	2009	2010			
			1º tri	2º tri	3º tri	4º tri
Taxa de Variação Homóloga do Índice Global	6,7	-0,4	0,8	2,9	2,7	3,4
Bens	5,6	0,8	0,3	2,6	2,9	3,3
Bens industriais	4,8	-0,9	2,9	4,6	2,7	3,1
Bens industriais não energéticos	2,8	0,2	1,5	3,1	2,7	2,3
Alimentares e Bebidas incluindo Alcool e Tabaco	6,7	0,6	0,4	2,4	4,0	4,5
Alimentares não transformados	1,3	0,4	-3,0	2,9	5,3	3,4
Alimentares e Bebidas transformados incluindo Alcool e Tabaco	9,1	0,8	2,3	1,8	3,4	5,0
Energia	6,5	-4,2	9,9	13,8	6,3	8,8
Serviços	6,3	-1,1	-0,7	3,3	0,4	2,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Note-se, no entanto, algum desfasamento na repercussão dos preços internacionais de produtos energéticos na inflação nacional, na medida em que os preços, de grande parte dos derivados de petróleo são administrados.

Figura15. Evolução do IPC Energético e do Preço do Brent por barril



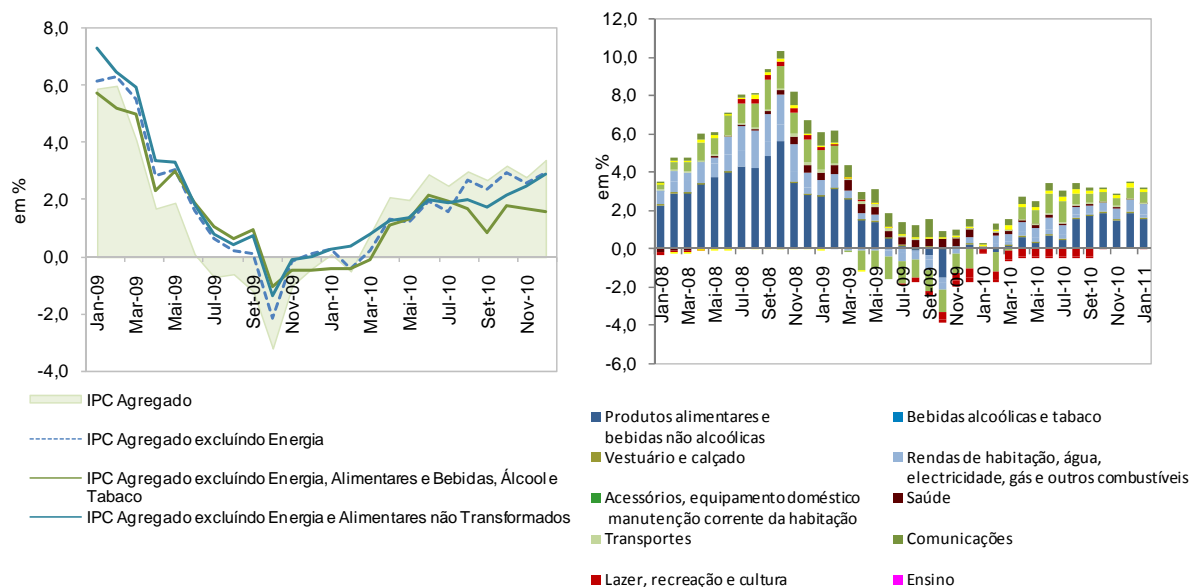
Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Bloomberg.

Por outro lado, existe em média um desfasamento de seis meses a um ano na transmissão das variações dos preços da energia aos restantes sectores da economia, de acordo com estimativas do Banco de Cabo Verde.

As tarifas de fornecimento de água e electricidade, bem como o preço dos transportes públicos terrestres e marítimos são igualmente administrados e tendencialmente mais rígidos que os preços de combustíveis. Com efeito, nos últimos anos a Agência de Regulação Económica aumentou a frequência da actualização dos preços máximos de combustível, para uma frequência média de três meses, no entanto, as tarifas de água, de electricidade e dos transportes públicos mantiveram-se fixas desde 2008.

O perfil inflacionista dos produtos energéticos e alimentares em 2010 pode ser ilustrado pelo comportamento da inflação subjacente. Com efeito, a variação homóloga do IPC excluindo energia, alimentares e bebidas alcoólicas foi de 1,6% em Dezembro, 1,8 pontos percentuais abaixo da variação homóloga do IPC geral.

Figura 16. Evolução Homóloga da Inflação Subjacente e Contributos para a o IPC Geral



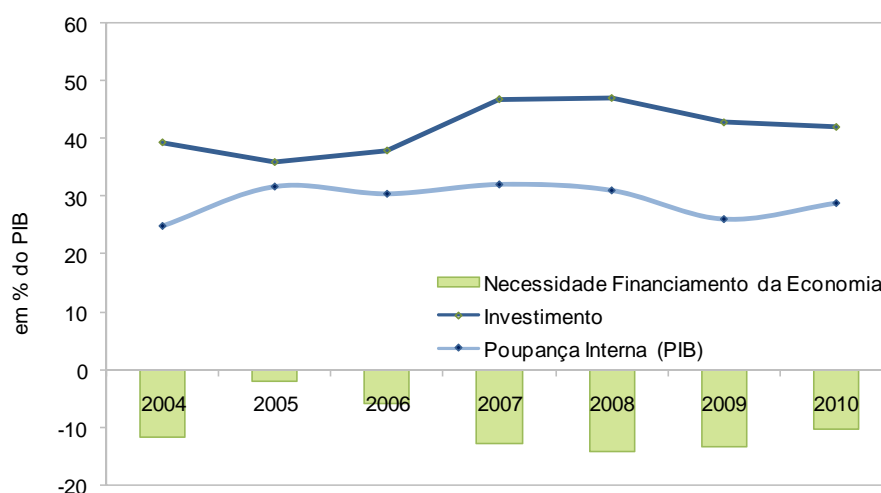
Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Realce-se que os maiores contributos para a variação homóloga da inflação em 2010 provieram das classes dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (1,83 pontos percentuais); dos transportes (0,55 pontos percentuais), das rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis (0,55 pontos percentuais).

Capítulo 4. Contas Externas

As necessidades de financiamento da economia, medidas pelo défice conjunto das balanças correntes e de capital decresceram, atingindo, em finais de 2010, 9,8% do PIB (13,4% em 2009). A estabilização dos investimentos internos em torno dos 42% do PIB e o aumento em três pontos percentuais do PIB da poupança interna explicam a evolução mais recente das necessidades de financiamento externo.

Figura 17. Investimento, Poupança e Necessidade de Financiamento da Economia



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Tanto o comportamento da poupança interna como do investimento interno reflectiram o dinamismo do sector público, nomeadamente a execução da política orçamental expansionista em curso. Com efeito, até o final do ano, o desfasamento temporal entre os influxos externos a favor do Governo e a execução do orçamento de investimento resultou numa capacidade líquida de financiamento externo do Governo Central na ordem dos 11% do PIB. A capacidade financeira líquida do Governo mais que compensou o aumento das necessidades de financiamento externo do sector privado.

Decompondo a evolução das necessidades de financiamento da economia, pelas suas componentes principais, de registar que a redução do défice da balança corrente, de 16,6% do PIB para 12,5% do PIB, mais que compensou a redução do excedente da balança de capitais (de 3,2 para 2,7% do PIB). Para a melhoria da balança corrente contribuíram principalmente a aceleração dos excedentes das balanças de serviços e das transferências correntes, respectivamente em 39,4% e 14,6% (-28,5% e 3,3% em 2009).

Quadro 14. Balança Corrente e de Capital

	milhões de escudos			em percentagem do PIB		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Balança Corrente e de Capital	-16.296,4	-15.531,8	-12.178,2	-14,1	-13,4	-9,8
Balança Corrente	-18.380,3	-19.201,8	-15.489,0	-16,0	-16,6	-12,5
Bens e Serviços	-38.737,1	-40.444,6	-38.024,6	-33,6	-35,0	-30,7
Bens	-57.232,7	-53.732,0	-56.550,8	-49,7	-46,5	-45,6
Exportações	8.640,2	7.368,4	11.249,0	7,5	6,4	9,1
Importações	-65.872,9	-61.100,4	-67.799,8	-57,2	-52,8	-54,7
Serviços	18.495,6	13.287,4	18.526,3	16,1	11,5	15,0
Exportações	44.751,4	38.466,7	43.107,7	38,8	33,3	34,8
Transporte aéreo	12.869,0	10.842,4	14.444,0	11,2	9,4	11,7
Viagens de turismo	25.361,3	21.321,3	22.677,8	22,0	18,4	18,3
Importações	-26.255,7	-25.179,3	-24.581,5	-22,8	-21,8	-19,8
Rendimentos	-3.545,0	-3.442,1	-5.762,9	-3,1	-3,0	-4,7
Transferências Correntes	23.901,8	24.684,9	28.298,5	20,7	21,4	22,8
Transferências oficiais	7.839,0	6.983,1	8.789,2	6,8	6,0	7,1
Remessas de emigrantes	11.029,2	10.222,1	10.336,3	9,6	8,8	8,3
Balança Capital	2.083,9	3.670,0	3.310,8	1,8	3,2	2,7
<i>Por memória:</i>						
Balança de transferências correntes + balança de capita	25.985,7	28.354,9	31.609,2	22,6	24,5	25,5

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A evolução favorável da balança de serviços foi, em grande medida, determinada pela aceleração dos saldos de serviços de turismo e transportes aéreos. As receitas brutas de turismo cresceram 6,3%, recuperando de uma queda de 16,2% registada em 2009. A contínua redução dos gastos realizados pelos residentes cabo-verdianos em viagens para férias (-7,6% em 2010 e -13,3% em 2009), também contribuiu para o aumento do excedente das viagens de turismo em 10,9% (-17,1% em 2009). Acompanhando a recuperação das viagens internacionais, as exportações dos serviços ligados aos transportes cresceram 33,2%, depois de uma queda de 15,6%.

Quadro 15. Balança de Serviços

	milhões de escudos		
	2008	2009	2010
Balança de Serviços	18.495,6	13.287,4	18.526,3
Transportes	1.567,9	1.072,7	6.405,2
Marítimos	-5.735,4	-4.785,1	-4.293,0
Aéreos	7.303,3	5.857,8	10.698,2
Viagens	16.409,6	12.496,7	13.445,3
Turismo	19.320,3	14.779,1	16.744,8
Outros Serviços	518,1	-281,9	-1.295,8

Fonte: Banco de Cabo Verde.

As transferências correntes cresceram 1,5 pontos percentuais do PIB para 22,8%. A evolução da balança de transferências foi marcada pela aceleração dos donativos concedidos ao Governo Geral (20,9%), principalmente sob a forma de ajuda orçamental (48,6% do total em 2010 e 31,2% do total em 2009) e pela recuperação das remessas de emigrantes.

As remessas de emigrantes interromperam o ciclo de queda que vinham observando desde 2008, crescendo 1,1% em 2010. A evolução das remessas foi determinada pelo crescimento de 9,5% dos fluxos provenientes dos EUA e pela estabilização dos fluxos procedentes da Área do Euro. Entre os países da Zona Euro, de notar que as remessas provenientes de Portugal e França mantiveram um perfil ascendente ao longo do ano, crescendo em termos médios 3,4% e 5,5%, respectivamente. Refira-se ainda, que a forte aceleração das remessas dos EUA foi parcialmente determinada pela apreciação do dólar americano em 4,9%, em termos médios.

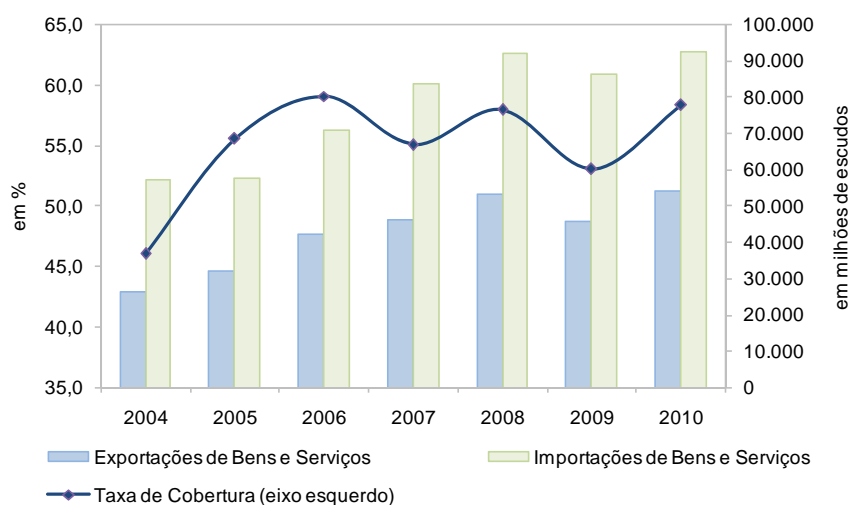
Quadro 16. Remessas de Emigrantes

	2008	2009	2010
milhões de escudos			
EUA	1.474,9	1.537,3	1.683,3
P. Baixos	1.206,9	924,7	840,0
França	2.276,6	2.232,1	2.354,9
Portugal	3.138,9	3.089,2	3.195,1
Outros	2.327,0	2.411,5	2.260,2
Total	10.424,3	10.194,8	10.333,4
taxas de crescimento, em %			
EUA	1,3	4,2	9,5
P. Baixos	1,0	-23,4	-9,2
França	2,0	-2,0	5,5
Portugal	2,7	-1,6	3,4
Outros	2,0	3,6	-6,3
Total	9,0	-2,2	1,4

Fonte: Bancos comerciais; Agências de câmbios; Cálculos Banco de Cabo Verde.

Ao contrário das balanças de serviços e de transferências correntes, as balanças de bens e de rendimentos deterioraram em 2010.

Figura 18. Exportação, Importação e Rácio de Cobertura das Importações



Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; Banco de Cabo Verde.

Não obstante o expressivo aumento das exportações de bens (52,7%), o crescimento das importações (em 11%), em linha com a retoma da procura global determinou o aumento do défice da balança de bens em 5,3%.

O défice de rendimentos cresceu 67% em 2010, atingindo no final do ano 4,7% do PIB (3% do PIB em 2009). O aumento do défice de rendimentos está muito associado ao processo de internacionalização da economia de Cabo Verde e aos desenvolvimentos monetários - financeiros nacionais e internacionais.

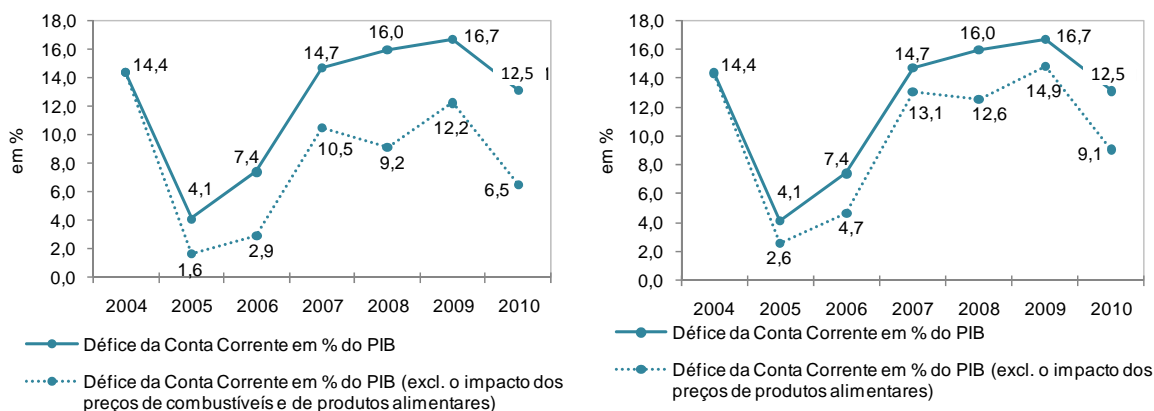
Quadro 17. Balança de Rendimentos

	milhões de escudos		
	2008	2009	2010
Rendimentos	-3.545,0	-3.442,1	-5.762,9
Remuneração de Empregados	-113,0	-346,5	-82,2
Rendimentos de Investimentos	-3.432,0	-3.095,6	-5.680,8
Investimento Directo	-2.769,1	-2.053,8	-4.228,3
Investimento de Carteira	377,6	-62,2	508,4
Outros Investimentos (Juros DE)	-1.040,4	-979,6	-1.960,9

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os rendimentos distribuídos aos investidores externos mais que duplicaram, reflectindo também a distribuição aos investidores externos das reservas excedentárias por parte de algumas empresas. A manutenção de um diferencial positivo face aos juros internacionais, com efeitos ao nível da remuneração dos depósitos de não residentes (especialmente de emigrantes), por um lado, e a contínua queda da remuneração das reservas externas do país em função das condições de financiamento internacionais por outro lado, contribuíram, grandemente, para o comportamento da balança de rendimentos em 2010. Os encargos com a dívida externa do Governo Central contribuíram em 5,1% para o crescimento do défice da balança de rendimentos.

Figura 19. Balança Corrente excluindo Impactos dos Preços de Combustível e Bens Alimentares



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A balança corrente foi afectada, em grande medida, pelo comportamento dos preços internacionais, por via das importações. Em termos agregados, o efeito preço no crescimento total das importações de mercadorias foi de cerca de 12%, em 2010. A aceleração dos preços internacionais de combustíveis e de produtos alimentares teve um impacto de agravamento do défice corrente em cerca de 6 pontos percentuais do PIB. Dado o seu peso no total das importações de mercadorias, o efeito da subida dos preços alimentares no défice corrente foi superior ao impacto da subida dos combustíveis em 1,4 pontos percentuais do PIB em 2010.

O excedente da balança de capital reduziu 9,8% em 2010. O término da execução dos projectos financiados pelo primeiro compacto dos fundos do *Millenium Challenge Account* (MCA) explica o comportamento das transferências de capitais, num quadro em que as remessas de emigrantes de capital crescem 21%.

Capítulo 5. Situação Financeira

5.1. Balança Financeira

A balança financeira, que representa os canais através dos quais se processa o financiamento externo da economia registou uma entrada líquida de fundos na ordem dos 14% do PIB, em 2010. A redução em 1 ponto percentual do PIB dos influxos financeiros líquidos comparativamente a 2009, acompanha a redução do défice conjunto das balanças correntes e de capital.

Os investimentos externos permaneceram com um perfil descendente, embora menos pronunciado que o apresentado em 2009. Com efeito, os fluxos do investimento directo estrangeiro diminuíram 2,1%, o que compara à queda de 20% verificada em 2009. A evolução favorável dos investimentos de emigrantes, que cresceram 21%, não foi suficiente para compensar a expressiva redução do investimento em acções e outras participações de capital e do investimento imobiliário em 80% e 4%, respectivamente.

Quadro 18. Balança Financeira

	milhões de CVE			em percentagem do PIB		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Balança Financeira	20.378,5	17.719,3	17.840,1	17,7	15,4	15,5
Investimento Directo	15.741,1	9.492,4	9.292,1	13,7	8,2	8,1
Outros Investimentos	6.889,4	7.332,3	10.732,6	6,0	6,4	9,3
Créditos Comerciais	1.049,3	1.281,2	405,3	0,9	1,1	0,4
Empréstimos	2.211,8	4.677,1	10.877,3	1,9	4,1	9,4
Moeda e Depósitos	440,4	-727,6	-900,3	0,4	-0,6	-0,8
Outros Activos e Passivos	3.187,9	2.101,7	350,3	2,8	1,8	0,3
Activos de Reserva	-2.262,0	444,1	-2.185,1	-2,0	0,4	-1,9

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: O sinal negativo corresponde à acumulação líquida de activos externos.

Os activos externos líquidos dos bancos comerciais mantiveram o ciclo de decréscimo que vem registando desde 2008. Os passivos externos dos bancos aumentaram 12,9%, compensando o aumento de 3,6% dos seus activos.

A dívida externa do Governo Central foi a componente mais dinâmica da balança financeira. Os desembolsos líquidos da dívida pública mais que duplicaram, fixando-se em finais de 2010 nos 11,8% do PIB (5,5% do PIB em 2009), não obstante as perdas cambiais. Note-se que a apreciação do dólar americano, moeda de denominação de grande parte da dívida pública externa, originou perdas em cerca 61 milhões de escudos, das quais 88,5% relacionadas com as amortizações.

A dívida privada (de outros sectores), ao contrário da pública, registou um substancial decréscimo em 2010 (77%).

O excesso de financiamento externo sobre as necessidades do país determinou a acumulação das reservas internacionais líquidas na ordem dos 2.629,17 milhões de escudos (23,8 milhões de euros). O *stock* de reservas internacionais líquidas do BCV atingiu os 294 milhões em finais de 2010, correspondente a 4,2 meses de importação.

Os desenvolvimentos na balança financeira, e em especial a expressiva acumulação da dívida do Governo Central, contribuindo para o aumento dos passivos externos, levaram à deterioração da posição do investimento internacional da economia cabo-verdiana. A manutenção desta dinâmica poderá traduzir-se a prazo na degradação tanto dos indicadores de solvência externa do país como dos indicadores de liquidez.

Quadro 19. Indicadores de Vulnerabilidade Financeira

	2008	2009	2010
Balança Financeira (Itens Seleccionados)			
Empréstimos Financeiros ¹ (fluxos em milhões de escudos)	3.036,8	5.307,9	11.901,4
dos quais: Dívida Externa Pública ²	3.216,1	6.302,4	14.655,6
Stock Dívida Externa Pública, em milhões de CVE	53.443,3	59.745,7	74.401,3
Stock IDE em Cabo Verde, em milhões de CVE	76.199,2	85.677,9	94.958,6
Indicadores de Solvência Externa³			
Stock Dívida Pública Externa / Exportação de BS (em %)	100,1	130,5	138,1
Stock Dívida Pública Externa / PIB (em %)	46,4	51,7	60,0
Indicadores de Liquidez³			
Reservas / Dívida de CP+ Défice em Conta Corrente	1,7	1,6	2,0
Reservas em Meses de Importação de Bens e Serviços	4,0	4,2	4,2
Reservas / Serviço da Dívida Externa Pública	12,5	12,4	13,0
Serviço da Dívida Pública / Exportação de Bens e Serviços (%)	4,6	5,4	4,6
Serviço da Dívida Pública / PIB (%)	2,1	2,2	2,0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: 1/ Inclui os empréstimos financeiros externos concedidos a bancos, empresas públicas e privadas e Governo Central.

2/ Empréstimos Financeiros do Governo Central.

3/ Indicadores calculados com base em estimativas do PIB nominal e das exportações de bens e serviços.

De acordo com as estimativas e projecções do BCV, os indicadores de solvência externa deterioraram em 2010, acentuando a tendência registada em 2009.

Os indicadores calculados indiciam que a dívida externa pública mantém-se, entretanto, em níveis sustentáveis. O valor actual da dívida pelas exportações de bens e serviços e o valor actual da dívida sobre o PIB permanecem abaixo dos limiares de risco moderado, dado o carácter fundamentalmente concessional da dívida pública. Os contratos firmados pelo Governo Central, principalmente com os parceiros multilaterais e bilaterais, garantem correntemente uma dinâmica da amortização dos juros, inferior à dinâmica do crescimento do produto a preços do mercado.

5.2 Mercado Bancário

O sistema bancário representa mais de 80% dos activos do sistema financeiro. A manutenção de uma situação sólida em termos de rendibilidade, solvabilidade, provisionamento de riscos e gestão da liquidez tem permitido ao sector bancário sustentar a expansão da sua actividade.

Em 2010, a actividade dos bancos *onshore*, avaliado em termos do activo total, cresceu 8,9%, reflectindo, principalmente, o comportamento do crédito a clientes. Em termos consolidados, o crédito ao sector privado e particulares, rubrica de maior peso no total do activo, cresceu 9,3%.¹ Verificou-se, no entanto, uma desaceleração em cerca de 4 pontos percentuais no crédito concedido a particulares, em resultado da estabilização do segmento habitação e de forte abrandamento do segmento outros fins. O crédito concedido a sociedades privadas não financeiras cresceu 8,6%, menos 1,2 pontos percentuais que 2009.

O aumento da carteira de títulos dos bancos (em 5,3%) também contribuiu para a expansão do activo dos bancos. O alargamento do *portfolio* de títulos dos bancos beneficiou, em grande medida, das emissões das obrigações dos municípios, que remuneram a taxas tendencialmente superiores às dos mercados da dívida pública e monetários domésticos, bem como às dos mercados financeiros internacionais.

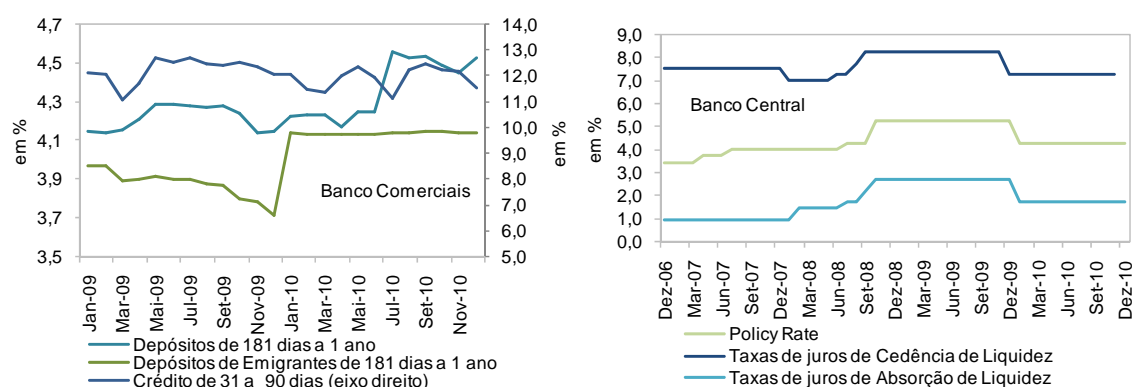
Os recursos de clientes (depósitos), principal fonte de financiamento dos bancos, cresceram 7,6% (3% em 2009).

Em termos agregados, as alterações nas condições de financiamento e de investimento no sector bancário não foram determinantes para o aumento do crédito e dos recursos de clientes. Ao longo de 2010, tanto as taxas de juro praticadas nas operações de crédito como as praticadas nas operações passivas (de depósitos de residentes, de não residentes e de emigrantes) apresentaram, na generalidade das maturidades, uma tendência de estabilização.

O comportamento das taxas de juro, face à redução das taxas directoras do banco central, é consistente com as conclusões de um exercício estatístico levado a cabo por consultores do Fundo Monetário Internacional. De acordo com os autores, as alterações na taxa directora não têm qualquer impacto contemporâneo nas taxas de juro praticadas pelas instituições bancárias. No longo prazo, contudo, a transmissão da política monetária é completa particularmente às taxas de juro de depósitos.

¹ A taxa de variação anual dos empréstimos por sector institucional tem por base os dados das Estatísticas Monetárias e Financeiras. Para o cálculo são considerados os empréstimos concedidos por instituições financeiras residentes ajustados de operações de titularização de créditos.

Figura 20. Taxas de Juros praticadas no Sistema Bancário (Selecionadas)



Fonte: Bancos Comerciais e Banco de Cabo Verde.

5.3. Mercado de Títulos

O ano de 2010 ficou marcado por alguma estabilidade nos mercados de capitais globais, que encontram-se em recuperação da severa crise financeira iniciada em 2007. Depois da queda acentuada em 2008, que se prolongou no ano de 2009, os preços das acções registaram, em geral, um aumento significativo e uma redução da volatilidade.

Dado o incipiente grau de integração financeira do país, o mercado de capitais de Cabo Verde não tem sido afectado pelos desenvolvimentos dos mercados de capitais internacionais, permanecendo estável.

Em 2010, tanto o segmento accionista como o segmento obrigacionista registaram melhorias. O volume de transacções, no mercado accionista, atingiu os 458,29 milhões de escudos (172,80 milhões no ano anterior), enquanto as emissões de títulos de dívida continuaram a acelerar, atingindo os 0,5% do PIB no final do ano.

Do volume global dos títulos de dívida emitidos em 2010, 30% corresponderam à oferta pública das sociedades privadas não financeiras e 42% à oferta das sociedades financeiras. Os restantes 28% foram colocados pelo sector público administrativo (institutos públicos e câmaras municipais). A expansão do segmento obrigacionista, em especial, favoreceu um acentuado aumento da capitalização bolsista (20,5%), em 2010.

Quadro 20. Capitalização Bolsista

Segmento	2009		2010	
	milhões de escudos	Estrutura	milhões de escudos	Estrutura
Accionista	9.363	45%	10.163	41%
Obrigações <i>Corporate</i>	10.211	49%	13.655	55%
Dívida Pública	1.130	6%	1.130	5%
Total	20.704	100%	24.948	100%

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde e Auditoria Geral dos Mercados de Valores Mobiliários.

A aceleração da capitalização traduziu, essencialmente, a dinâmica dos mercados primários e secundários de títulos, uma vez que o valor do mercado dos títulos registou pouca apreciação. De registar que a remuneração dos títulos de dívida aumentou na ordem dos 51% em 2010, reflectindo, principalmente, o aumento do volume dos títulos cotados.

Parte II

Estabilidade e Supervisão do Sistema Financeiro

Capítulo 6. Sistema Bancário

6.1. Avaliação do Risco e da Estabilidade do Sistema Bancário

A evolução do sistema bancário nacional beneficiou da retoma económica e deu sinais de vitalidade, conforme evidencia o crescimento dos activos e da rentabilidade. Os indicadores prudenciais e os testes de esforço atestam um bom nível de segurança e boa capacidade de resiliência do sector, não obstante a existência de elevados riscos de perdas no crédito à construção e ao consumo.

Adequação de Fundos Próprios

Os fundos próprios dos bancos situaram-se em 12,2 mil milhões de escudos em 2010, tendo registado um aumento de 40,3% relativamente a 2009. Esta evolução ficou a dever-se por um lado ao reforço de capital de alguns bancos, com vista à manutenção de um nível adequado de capital, e por outro à entrada no sector de novas instituições bancárias.

Cerca de 93% do capital correspondeu ao TIER I, o que confere maior solidez aos fundos próprios.¹

O activo ponderado pelos riscos cresceu 5%, a um ritmo inferior ao do crescimento do activo, em 3,9 pontos percentuais. Consequentemente, o rácio de solvabilidade situou-se em 15,2% e o rácio TIER I/activo ponderado em 14,2%, aumentando face a 2009, em 3,8 pontos percentuais e 2,9 pontos percentuais, respectivamente.²

Risco de Crédito

O crédito em incumprimento somou 3,7 mil milhões de escudos. O indicador de qualidade da carteira acusou um ligeiro agravamento ao passar de 4,2% para 4,4% em 2010.³

O nível de provisões constituídas para risco de crédito aumentou em 17,1 pontos percentuais, o que representa um índice de cobertura do crédito vencido pelas provisões de 143,9 %. Refira-se que em 2010, a constituição de provisões específicas para créditos manteve-se acima dos mínimos regulamentares estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde (BCV).

Em termos estruturais, salienta-se a concentração relativamente elevada da carteira de empréstimos nas actividades relacionadas com a construção. O crédito à construção repre-

¹ TIER I é considerado capital de primeira categoria. É constituído por capital social, reservas e resultados transitados. TIER II, enquanto capital de segunda categoria, compõe-se normalmente por determinados instrumentos híbridos de capital, tais como: dívida, acções preferenciais e instrumentos de dívidas subordinadas.

² Nos cálculos não foi considerado nem os activos ponderados pelo risco, nem os fundos próprios do Banco Africano de Investimentos.

³ O crédito em incumprimento (*non performing loans*) foi calculado de acordo com o Circular n.º 150 de 28/12/2009. Engloba os créditos e juros vencidos há mais de 90 dias e os créditos de cobrança duvidosa, reclassificados como vencidos.

sentou 40,2% do total da carteira de empréstimos ao sector privado, representando os empréstimos bancários a particulares para aquisição de habitação 34,9% e os empréstimos concedidos a empresas do sector da construção (sector privado não financeiro) 5,3% do total.

O risco de crédito constitui o principal risco do sistema bancário nacional. Os resultados dos *stress tests*, ainda que evidenciem um potencial elevado de perdas nos créditos destinados à construção e ao consumo, atestam uma elevada capacidade de resiliência do sistema financeiro face ao risco de crédito.

Risco de Mercado

i. Risco de Taxa de Juro

As taxas de juro das operações bancárias mantiveram-se relativamente estáveis em 2010, não obstante a diminuição da *policy rate* do BCV no início do ano. Com efeito, a volatilidade dos juros de crédito e depósitos, medida pelo desvio padrão, manteve-se inferior a 0,1% para todas as maturidades.

Os resultados dos *stress tests* realizados, com informações de Dezembro de 2010, mostram que o sector bancário beneficiaria de uma descida generalizada das taxas de activos e passivos de maturidade até um ano, e evidenciam uma boa capacidade de resiliência do sector face aos eventuais efeitos de subidas nas taxas de juro, dada a natureza do *gap* existente entre activos e passivos sensíveis à taxa de juro.

ii. Risco de Taxa de Câmbio

O grau de exposição cambial do balanço dos bancos é relativamente baixo, por um lado e por outro, dado o regime cambial de *peg* ao euro, o risco de perdas associadas a oscilações na taxa de câmbio fica fortemente dependente da estabilidade das outras moedas estrangeiras relativamente à moeda única europeia.

De acordo com dados reportados para os *stress tests*, o sistema bancário detinha, a 31 de Dezembro de 2010, uma posição líquida externa positiva em moeda estrangeira, representando em média 4,8% dos fundos próprios, sugerindo uma exposição moderada ao risco. Os resultados dos *stress tests* evidenciam um aumento do rácio de capital em caso de desvalorização da moeda nacional em 30% face a todas as moedas estrangeiras, incluindo o euro. O sistema mostrar-se-ia muito resiliente a um eventual choque cambial, em consequência da posição externa líquida, globalmente positiva. A maioria dos bancos assinalaria ganhos de capital e veria o seu rácio de capital elevar-se.

Risco de Liquidez

O rácio activos líquidos/total do activo fixou-se em 12,5%, reduzindo 4 pontos percentuais relativamente a 2009.⁴ O rácio activos líquidos/exigível a curto prazo apresentou, igualmente, uma redução, passando de 49,3% para 37,4% em 2010.⁵

Os recursos captados junto de clientes, principal fonte de financiamento dos bancos em Cabo Verde, registaram um crescimento de 7,6%. A estabilidade dos depósitos têm possibilitado uma posição confortável aos bancos, contribuindo para a mitigação do risco de liquidez.

Os testes de esforço à liquidez confirmam a boa capacidade de resiliência dos bancos, relativamente a uma eventual corrida aos depósitos de pelo menos durante 3 dias consecutivos, mesmo em condições de liquidez bastante restritiva.

6.2. Sistema Bancário

Regulação e Supervisão

O exercício de supervisão bancária, em 2010, ficou sobretudo marcado pela consolidação da aplicação da Norma Internacional de Relato Financeiro (NIRF) e pelo restabelecimento do critério de comparabilidade do indicador de qualidade de activo, designadamente da carteira de crédito.

Nessa perspectiva, apoiados pelas consultorias externas e sob a orientação do normativo anexo ao Circular série A, n.º150, de Janeiro de 2010 do Banco de Cabo Verde, todos os bancos iniciaram os trabalhos da reconstituição da série de dados de crédito e juros vencidos, que fora interrompida em meados de 2007, com a introdução do Aviso n.º 4/2006.

Ainda, no quadro da avaliação do sistema financeiro nacional e das recomendações da Financial Sector Assessment Program do Fundo Monetário Internacional (FSAP), foram preparados e discutidos internamente alguns normativos relativos à implementação de instrumentos de avaliação, controlo e acompanhamento de riscos de liquidez e de taxa de juros, bem como uma proposta de reforma do Aviso sobre o risco cambial. Esses instrumentos estão em fase de socialização junto aos bancos, para subsequente implementação.

A reforma da lei-quadro das instituições de crédito, propondo o estabelecimento de um novo regime geral das instituições de crédito no país, encontra-se em fase de conclusão, para a aprovação e implementação.

⁴ Os activos líquidos incluem caixa, disponibilidades, títulos e outros valores mobiliários de elevada liquidez.

⁵ O exigível de curto prazo inclui os depósitos a ordem.

Estrutura do Sistema Bancário e Parabancário

A cobertura bancária no país continua em expansão, tendo surgido em meados de 2010 e iniciado actividades mais três instituições de crédito de natureza *onshore*. Foram abertas novas agências, afectas não só aos novos bancos e, relativamente às instituições parabancárias, também houve um acréscimo, enquanto as instituições *offshore* diminuíram.

Assim, em finais de Dezembro de 2010, o universo das instituições autorizadas no sistema bancário nacional era o seguinte:

- No mercado *onshore*, o sector comportava oito instituições de crédito, mais três que no ano de 2009: o Banco Comercial do Atlântico – BCA; a Caixa Económica de Cabo Verde – CECV; o Banco Interatlântico – BI; o Banco Cabo-Verdiano de Negócios – BCN; o Banco Africano de Investimentos – BAI, o Novo Banco de Cabo Verde, o Ecobank – Cabo Verde e o Banco Espírito Santo Cabo Verde – BESCv;
- No mercado *offshore*, somavam nove, as instituições licenciadas para operar em actividades bancárias, enquanto instituições financeiras internacionais – IFI, encontrando oito em efectividade de funções e uma em processo de registo.

Acompanhando a evolução socioeconómica do país e reforçando a rede interna de distribuição foram criadas, no segmento bancário *onshore*, ao longo de 2010, mais nove agências. Nesta dinâmica de expansão da rede, o destaque vai para o Banco Africano de Investimento, que terminou o seu exercício com quatro novas agências, sendo mais duas na capital do país, uma nos Espargos, ilha do Sal e uma em S. Vicente. O Banco Comercial Atlântico e a Caixa Económica de Cabo Verde mantiveram-se com os mesmos números de agências, enquanto o Banco Cabo-Verdiano de Negócios e o Banco Interatlântico alargaram as suas actividades com a instalação de mais uma agência cada. O Ecobank – Cabo Verde, o Novo Banco de Cabo Verde e o Banco Espírito Santo – Cabo Verde arrancaram as suas actividades em 2010, com a abertura de uma agência cada, na cidade da Praia.

Na vertente parabancária, encontravam-se autorizadas a operar nove instituições, sendo oito do segmento *onshore* e uma *offshore*, respectivamente: uma sociedade gestora de capital de risco – A Promotora; três agências de câmbio – Cotacâmbios de Cabo Verde, Arisconta – Câmbios, Lda. e Girassol – Câmbios, Lda., estando as duas últimas ainda em processo de registo; uma sociedade emissora de cartões e de intermediação bancária do sistema de pagamentos – SISP; uma sociedade de leasing – Promoleasing-Sociedade de Locação Financeira, S.A.; duas sociedades gestoras de fundos mobiliários – CA Finance – Gestão de Activos e Innovation Box-Sociedade de Gestão Financeira; uma agência de transferência de dinheiro – Global Money Transfer – Cabo Verde, S.A., que se encontra em processo de registo.

Paralelamente à expansão das infra-estruturas físicas e da actividade de intermediação

financeira dos bancos, há que salientar a continuidade de acções de capacitação técnica e institucional. Com efeito, a implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), bem como as novas exigências regulamentares têm trazido novos desafios ao sistema financeiro nacional, exigindo não só novas competências e capacidades técnicas como um aperfeiçoamento constante dos métodos e dos procedimentos, quer da parte do regulador e supervisor, quer da parte dos regulados.

A política dos bancos na disponibilização de mais e melhores meios electrónicos de distribuição de produtos e serviços financeiros vem-se intensificando, como comprova o importante aumento verificado no número e no volume de transacções nas caixas automáticas (ATM) e nos terminais de pagamento (POS).

Quadro 21. Transacções dos Cartões de Pagamentos e Terminais de Pagamentos

	2009	2010	variação em %
Cartões produzidos	65.119	108.840	67,1
Cartões Vint4	60.048	108.840	81,3
Cartões Visa	5.071	7.781	53,4
ATM			
Nº de Caixas Automáticas - ATM (valores acumulados)	122	141	15,6
Nº de transacções - Levantamento	3.325.078	4.022.174	21,0
Volume das transacções (milhares de escudos)	21.036.612	23.773.285	13,0
POS			
Nº de Terminais de Pagamento - TPA (valores acumulados)	1.396	1.985	42,2
Nº de transacções	1.198.828	1.788.203	49,2
Volume das transacções (milhares de escudos)	6.131.243	8.956.716	46,1

Fonte: Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos e Banco de Cabo Verde.

Estrutura do Balanço Agregado do Sistema Bancário

O sector bancário nacional, apresentou resultados positivos em 2010, evidenciado por um lado no aumento do número de operadores e, por outro, na variação positiva dos resultados.

Quadro 22. Principais Rubricas do Balanço Agregado do Sistema

	milhares de escudos		
	Dez-09	Dez-10	variação em %
Disponibilidades	21.045.392	17.044.186	-19,0
Crédito Total	78.076.339	87.075.687	11,5
Crédito Vencido	3.164.822	3.678.402	16,2
Títulos	23.307.043	24.543.194	5,3
Obrigações e Bilhetes do Tesouro	10.580.186	9.940.525	-6,0
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	6.726.762	6.726.762	0,0
Imparidade	6.876.459	7.327.738	6,6
Activos Líquidos	129.634.312	141.143.110	8,9
Depósitos	102.261.229	109.983.459	7,6
Recursos de Instituições de Crédito	4.175.628	5.854.476	40,2
Recursos próprios	9.259.125,8	11.424.663,8	23,4

Fonte: Bancos Comerciais.

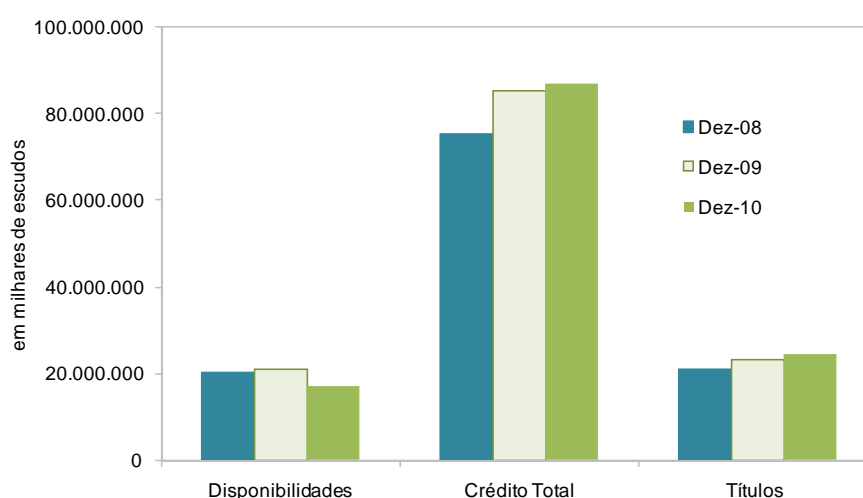
Notas: Os dados podem apresentar diferenças relativamente aos apresentados na síntese monetária, devido a diferenças metodológicas.

i. Evolução do Activo

Os dados do balanço de Dezembro de 2010, mostram um crescimento do activo líquido do sector bancário em 9%, que compara aos 7% registados em 2009.

O crédito total apresentou um saldo acumulado de 87,1 mil milhões de escudos, traduzindo um crescimento de 12%, relativamente a 2009. Os títulos, que representam o segundo maior produto de aplicação dos bancos, aumentaram em 5,3%. A carteira de títulos de obrigações e bilhetes de tesouro reduziu 6%, no entanto, enquanto a carteira de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) dos bancos permaneceu estável.

Figura 21. Evolução das Principais Rubricas do Activo



Fonte: Bancos Comerciais.

As disponibilidades apresentaram uma redução em 19%, não obstante não se registarem situações de *stress* de liquidez, pelo que considera-se satisfatório o nível de liquidez do sistema registado em 2010.

Análise da Evolução da Carteira de Crédito e da Imparidade

A qualidade do activo, a avaliar pela evolução do crédito vencido evidenciou uma estabilização, tendo o peso dessa componente na estrutura do crédito total apresentado uma subida ligeira de 0,1 pontos percentuais. Do ponto de vista da imparidade, os créditos e juros vencidos baixou de 8,8 para 8,4%, o que evidencia ter havido uma melhoria, ainda que ligeira, do indicador da qualidade de crédito.

Quadro 23. Evolução dos Créditos e Provisões

	milhares de escudos		
	Dez-09	Dez-10	variação em %
Crédito Total	78.076.339	87.075.687	11,5
Crédito Normal	74.911.517	83.397.286	11,3
Crédito e Juros Vencidos	3.164.822	3.678.402	16,2
Provisões para Crédito	4.541.746	5.340.552	17,6
Imparidade	6.876.459	7.327.738	6,6
Crédito vencido/Crédito total (%)	4,2	4,4	0,2

Fonte: Bancos Comerciais.

Relativamente ao nível e evolução de provisões para crédito e juros vencidos, registou-se, porém, um aumento de 17,6%, o que perante a relativa estabilização observada na carteira de crédito e juros vencidos, parece contrariar a existência de uma situação de negócio melhor qualificada que a do ano transacto. No entanto, atendendo à incerteza da evolução económica e financeira mundial nos últimos anos e os reflexos que está poderá ter no ambiente de negócios a nível nacional, o aumento das provisões poderá ser entendido como um aumento do grau de precaução.

ii. Evolução do Passivo

Os depósitos de clientes, que representam 78,1% do total do activo do sistema, aumentaram cerca de 8%, enquanto os recursos de instituições de créditos e os recursos próprios registaram aumentos de 40 e 23%, respectivamente. Ambos os segmentos, a ordem e a prazo, evoluíram positivamente, a taxas de 8,6 e 6,8%, respectivamente.

Quadro 24. Composição dos Depósitos por Grupo de Clientes

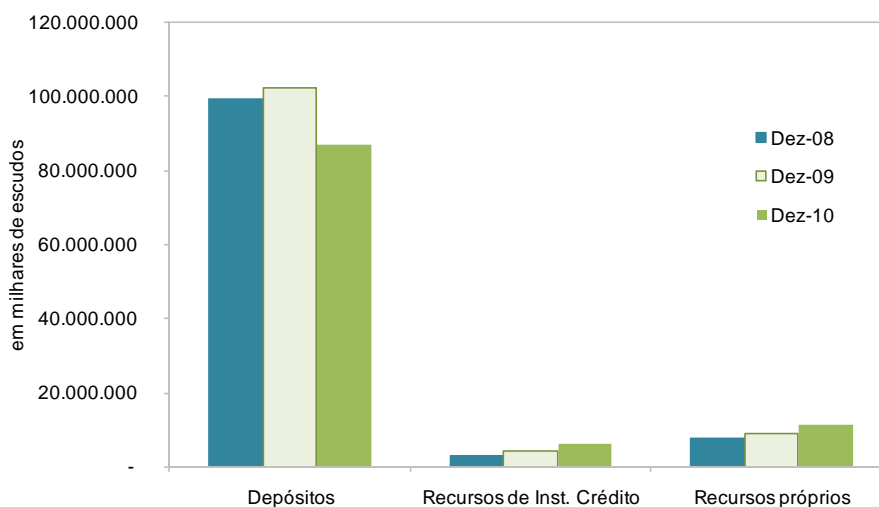
	milhares de escudos		
Depósitos	Dez-09	Dez-10	variação em %
Do sector público administrativo	3.707.119	10.440.836	181,6
De outros residentes	57.388.470	53.535.397	-6,7
De emigrantes	36.016.823	38.429.101	6,7
De outros não residentes	5.001.378	6.077.378	21,5
Depósitos obrigatórios e Outros	147.439	1.500.746	917,9
Total	102.261.229	109.983.459	7,6

Fonte: Bancos Comerciais.

Os recursos próprios, composto por capital social, reservas, resultados transitados e resultados líquido do exercício, cresceram 23,7%, devido tanto ao aumento do resultado líquido do exercício (em 4,9%) como à entrada de mais três novos bancos no sistema.

A evolução dos recursos de instituições de crédito indicia algum desenvolvimento do mercado monetário interbancário interno, que registou um crescimento de 17,3%. Os recursos de instituições de crédito no estrangeiro, por seu turno, cresceram 21,7%.

Figura 22. Evolução das Principais Rubricas do Passivo



Fonte: Bancos Comerciais.

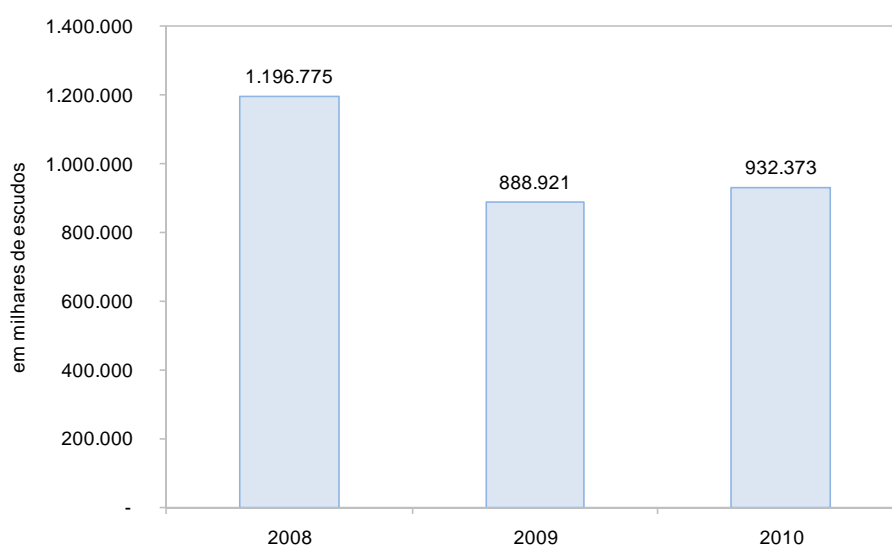
O recurso à emissão de dívidas subordinadas destacou-se em 2010 como uma das formas de diversificação do *funding*, com um efeito bastante positivo ao nível da gestão do risco de taxa de juros. O saldo em carteira do passivo no balanço dos bancos ascendeu a dois mil milhões de escudos, praticamente o triplo do valor de 2009.

iii. Análise dos Resultados

O resultado do exercício de 2010 ascendeu a 932 milhões de escudos, traduzindo uma variação positiva de cerca de 5%, relativamente a 2009. Esta evolução ficou a dever-se, sobretudo, ao desempenho positivo da margem financeira que, da conjugação das variações dos proveitos e dos custos da intermediação financeira (11,3% nos juros e proveitos equiparados e 12,6% nos juros e custos equiparados), cresceu 10,5%.

A margem complementar, um importante sinalizador da dinâmica da actividade, reduziu 11,8%, tendo o comportamento das comissões líquidas se apresentado como uma das determinantes dessa queda.

Figura 23. Evolução do Resultado Líquido do Sector



Fonte: Banco de Cabo Verde.

O produto bancário, contrabalançando o efeito da variação negativa da margem complementar sobre a margem financeira, cresceu 4,1%.

Os custos com pessoal e os gastos administrativos, apesar da expansão da rede das agências e o incremento da actividade registada, apresentaram crescimentos moderados, a taxas de 10,4 e 1,5%, respectivamente, e, em função do produto bancário, o peso desses encargos apresentou-se relativamente estável, em comparação com o exercício de 2009.

Capítulo 7. Sector Segurador

Em 2010, a actividade seguradora cresceu 4,1%, mais 1,2 pontos percentuais que o registado em 2009. O peso da actividade seguradora no produto interno bruto aumentou de 1,52% em 2009 para 1,57% em 2010, valores que, ainda, reflectem um fraco grau de penetração da actividade seguradora na economia.

O valor do prémio *per capita* estimado para 2010 foi de 52,6 dólares, o que representa um aumento de 3,6% relativamente ao ano anterior.

Quadro 25. Taxa de Penetração e Densidade do Seguro

	2008	2009	2010
Taxa de Penetração do seguro na Economia	1,5%	1,5%	1,6%
Prémios de Seguro Directo <i>per capita</i> em USD	52,7	50,7	52,6

Fonte: Banco de Cabo Verde; Instituto Nacional de Estatísticas.

7.1. Carteira de Prémios

O total de prémios de seguro directo e de resseguro aceite do ramo “vida” e do ramo “não vida” ascendeu a 2.158 milhões de escudos em 2010, traduzindo um acréscimo de 4,1% face ao ano anterior.

O segmento “vida”, embora continuando a exibir valores absolutos baixos, vem aumentando o seu peso relativo, passando de 3,7% em 2009 para 4,1% em 2010.

Quadro 26. Evolução e Estrutura da Carteira

	2009			2010		
	milhões de escudos	variação em %	Peso em %	milhões de escudos	variação em %	Peso em %
Vida	76,6	70,3	3,7	87,9	14,8	4,1
Acidentes e Doença	222,7	4,4	10,7	254,5	14,3	11,8
Incêndio e Outros Danos	300,1	1,2	14,5	354,0	18,0	16,4
Automóvel	967,0	3,9	46,6	950,1	-1,7	44,0
Transportes	337,9	-9,8	16,3	334,5	-1,0	15,5
Responsabilidade Civil	136,5	21,1	6,6	138,6	1,5	6,4
Diversos	32,8	-2,1	1,6	38,4	17,0	1,8
Totais	2073,5	3,3	100,0	2158,0	4,1	100,0

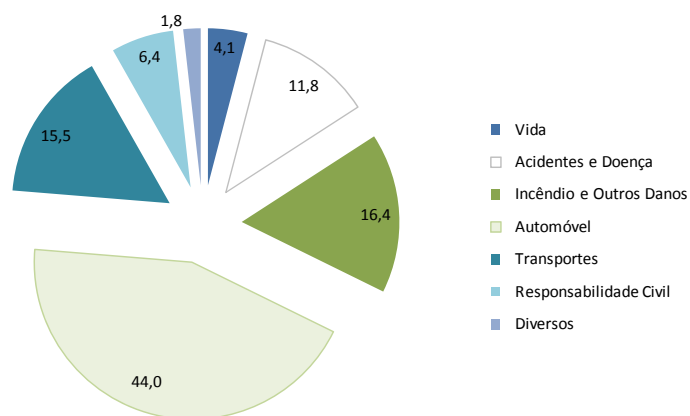
Fonte: Seguradoras, Cálculos Banco de Cabo Verde..

O segmento “não vida”, com um volume de prémios de 2.070 milhões de escudos, representou 96% do total dos prémios. O ramo automóvel permaneceu como principal ramo, com um volume de prémios de 950 milhões de escudos.

A evolução do segmento “não vida” reflectiu o desempenho dos seus principais componentes, a saber:

- O ramo acidentes e doença, que inclui o seguro obrigatório e facultativo de acidentes de trabalho entre outros, arrecadou prémios no montante de 254,5 milhões de escudos e vem aumentando o seu peso relativo na estrutura da carteira, essencialmente devido à obrigatoriedade do seguro de acidentes de trabalho (representa mais de 60% deste ramo) e ao bom desempenho dos seguros de viagens;
- O ramo incêndio e outros ramos acumulou prémios no valor de 354 milhões de escudos, o que traduz um aumento de 18% face ao mesmo período do ano anterior;
- O ramo automóvel, que representa quase metade dos prémios (44% em 2010, 47% em 2009 e 46% em 2008), registou uma diminuição de 1,7%;
- O ramo transportes registou uma descida de 1% em relação ao ano anterior e contribuiu em 15,5% para o total dos prémios;
- O ramo responsabilidade civil obteve prémios no montante de 138,6 milhões de escudos contra 136,5 milhões de escudos de 2009;
- O ramo diversos, que inclui os seguros de crédito e caução, processou prémios no montante de 38,4 milhões de escudos, na sua totalidade, do seguro de caução.

Figura 24. Estrutura Vida e Não Vida



Fonte: Banco de Cabo Verde.

7.2. Resseguro Cedido

Os prémios de resseguro cedido, passaram de 1.170 milhões de escudos em 2009, para 1.214 milhões de escudos.

A taxa de cedência global, medida pelo rácio prémios de resseguro cedidos/prémios brutos emitidos, situou-se em 56,3% em 2010, contra 56,4% em 2009.

Quadro 27. Evolução da Taxa de Cedência por Ramos de Seguro

	milhões de escudos				em %	
	Prémios Brutos Emitidos		Prémios de Resseguro Cedido		Taxas de Cedência	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Vida	76,6	87,9	37,5	45,4	49,0	51,6
Acidentes e Doença	222,7	254,5	59,4	82,3	26,7	32,3
Incêndio e Outros Danos	300,1	354,0	259,9	296,8	86,6	83,8
Automóvel	967,0	950,1	438,5	377,4	45,3	39,7
Transportes	337,9	334,5	276,5	294,4	81,8	88,0
Responsabilidade Civil	136,5	138,6	98,2	117,7	71,9	84,9
Diversos	32,8	38,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	2073,5	2158,0	1169,9	1214,0	56,4	56,3

Fonte: Banco de Cabo Verde

No que diz respeito ao volume de prémios cedidos, o ramo automóvel ocupou o primeiro lugar. Seguiram-se os ramos incêndio e outros danos e transportes. No que se refere à taxa de cedência, o ramo transportes que inclui o seguro de responsabilidade civil e do casco dos aviões das companhias aéreas nacionais, atingiu os 88% do total. Seguiram-se os ramos responsabilidade civil com 84,9%; incêndio e outros danos com 83,8%; vida com 51,6% e os restantes, em termos agregados com menos de 50%.

7.3. Sinistralidade

Os custos com sinistros ascenderam a 799,2 milhões de escudos, dos quais, 568,3 milhões foram do ramo automóvel. Em relação ao ano anterior, os custos com sinistros diminuíram, essencialmente devido à redução dos sinistros no ramo automóvel.

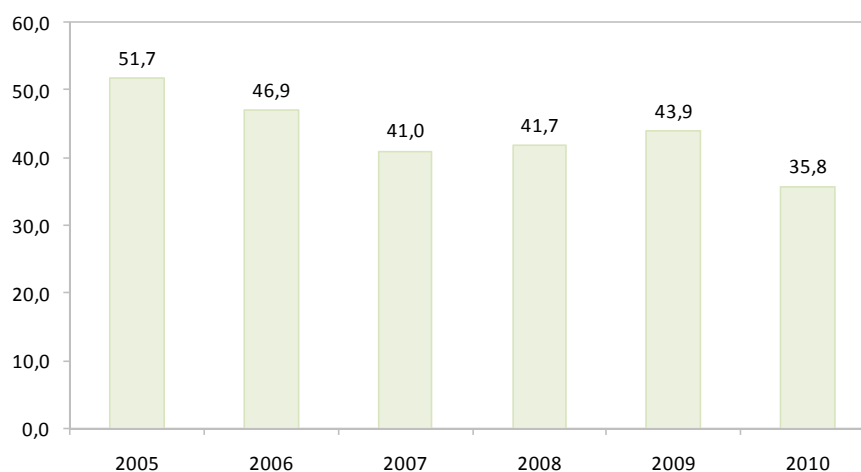
Quadro 28. Evolução dos Custos com Sinistros

	2009			2010		
	milhões de escudos	variação em %	Peso em %	milhões de escudos	variação em %	Peso em %
Vida	16,8	41,6	1,9	26,8	59,9	3,0
Acidentes e Doença	79,9	13,3	8,9	88,0	10,1	9,7
Incêndio e Outros Danos	74,2	657,4	8,2	63,9	-13,9	7,1
Automóvel	705,3	8,1	78,1	568,3	-19,4	62,9
Transportes	5,1	-96,2	0,6	21,9	327,3	2,4
Responsabilidade Civil	6,8	13,7	0,8	9,6	41,4	1,1
Diversos	14,7	-224,0	1,6	20,7	41,0	2,3
Totais	902,8	3,5	100,0	799,2	-11,5	100,0

Fonte: Banco de Cabo Verde

A taxa de sinistralidade global melhorou consideravelmente, passando de 43,9% em 2009 para 35,8% em 2010.

Figura 25. Taxa de Sinistralidade Global



Fonte: Banco de Cabo Verde

7.4. Aspectos Técnico-Financeiros

O resultado líquido do exercício atingiu 262,4 milhões de escudos, valor superior ao registado no ano anterior.

Quadro 29. Resultado Líquido Agregado

	milhões de escudos		
	2008	2009	2010
Conta de Ganhos e Perdas			
Proveitos e Ganhos	2.841	2.991	3.039
Custos e Perdas	2.682	2.728	2.700
Resultado	160	263	338
Outros Proveitos	27	15	25
Outros Custos	21	31	34
Resultado antes de impostos	166	246	330
Impostos sobre Rendimentos	21	45	67
Resultado Líquido	145	201	262

Fonte: Banco de Cabo Verde

Provisões Técnicas

As provisões técnicas passaram de 1.687,7 milhões de escudos, no ano de 2009, para 1.807,5. De destacar, o peso da provisão para sinistro no total das provisões técnicas que no período em análise atingiu 78,4%. Na provisão para sinistros, o ramo automóvel teve maior expressividade (cerca de 65,2%).

Quadro 30. Evolução das Provisões Técnicas Brutas

	2009			2010		
	milhões de escudos	taxa de crescimento em	Peso em %	milhões de escudos	taxa de crescimento em	Peso em %
Provisão Matemática do Ramo Vida	52,8	77,8	3,1	73,7	39,6	4,1
Provisão para Riscos em Curso	370,3	-4,1	21,9	410,1	10,8	22,7
Provisão para Sinistros	1264,7	6,5	74,9	1323,7	4,7	73,2
De Vida	0,4	10,6	0,0	9,3	2322,5	0,6
De Acidentes de Trabalho	212,0	2,3	12,6	243,5	14,9	14,4
De Automável	910,2	7,8	53,9	863,2	-5,2	51,1
De Outros Ramos	142,1	5,1	8,4	207,7	46,2	12,3
Provisão para Desvios de Sinistralidade	-	-	-	-	-	-
Total	1687,7	5,3	100,0	1807,5	7,1	100,0

Fonte: Banco de Cabo Verde

O montante das provisões técnicas representou, no exercício de 2010, 83,7% dos prémios emitidos, contra 81,4% do exercício anterior.

Quadro 31. Cobertura das Provisões Técnicas por Activos

	milhões de escudos		
	2008	2009	2010
1. Provisões Técnicas	1.602,9	1.687,7	1.807,4
2. Activos	2.167,6	2.420,1	2.803,3
Grau de Cobertura (2\1)	135,2%	143,4%	155,1%

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os activos passíveis de representação das provisões técnicas superaram as responsabilidades assumidas em 995,7 milhões de escudos, o que correspondeu a uma taxa de cobertura de 155%.

O valor dos investimentos em carteira das seguradoras aumentou 17,9% em 2010, atingindo os 2.803,3 milhões de escudos. Os terrenos e edifícios representaram 36,4% do total da carteira de investimentos, seguidos por títulos de rendimento variável (31,5%), títulos de rendimento fixo (17,1%) e por depósitos em instituições de crédito (17,1%).

Quadro 32. Composição dos Investimentos

	2009		2010	
	milhões de escudos	Peso em %	milhões de escudos	Peso em %
Terrenos e Edifícios	945	35,8	1.021	36,4
Títulos de Rendimento Fixo	289	11,0	480	17,1
Títulos de Rendimento Variável	857	32,5	883	31,5
Depósitos em Instituições de Crédito	547	20,7	420	15,0
Total	2.637	100,0	2.803	100,0

Fonte: Banco de Cabo Verde

Margem de Solvência

Em 2010, os capitais próprios elegíveis asseguraram a cobertura da margem de solvência em 298%, valor superior ao registado no ano anterior em 28 pontos percentuais.

Quadro 33. Evolução da Margem de Solvência

	2008	2009	2010
1. Elementos Constitutivos da Margem	1.185,2	1.413,1	1.574
2. Montante da Margem a Constituir	592,3	524,2	528
Rácio de Solvência (1\2)	200,1%	269,6%	298,0%

Fonte: Banco de Cabo Verde

Capítulo 8. Mercados de Valores Mobiliários

8.1. Apreciação Global e Evolução do Mercado de Capitais

Em 2010, a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVCV) movimentou no mercado primário um volume global de procura na ordem dos 4.124,5 milhões de escudos contra um total de oferta de 3.582,7 milhões de escudos.

A grande adesão ao mercado primário registada no ano 2010 forneceu indicadores importantes relativamente ao comportamento do aforrador e do investidor cabo-verdianos, demonstrando, nomeadamente, uma capacidade crescente para apreciação e preferência e de produtos com maior risco e complexidade, como é o caso das obrigações municipais.

Quadro 34. Volume Global de Procura e Oferta no Mercado Primário

Descrição	milhões de escudos	
	Oferta	Procura
Oferta Pública Subs. Tecnici Imobiliária	1.102.650	1.102.650
Oferta Pública Subscrição IFH (2ª fase)	330.000	330.000
Oferta Pública Subscrição Municipio da Praia	450.000	450.000
Oferta Pública Subscrição Municipio do Sal	200.000	200.000
Oferta Pública Subscrição BAI	1.000.000	1.064.495
Oferta Pública Subscrição BCA	500.000	977.390
Total	3.582.650	4.124.535

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde.

Até finais de 2010 foram realizadas com sucesso, pela BVCV, seis ofertas públicas de subscrição (OPS), nomeadamente:

- A OPS de 1.102.650 obrigações da Tecnici Imobiliária, ao preço de 1.000 escudos por obrigação, cujo período de subscrição iniciou em finais de 2009;
- A OPS de 330.000 obrigações da Imobiliária, Fundiária e Habitat (IFH), ao preço de 1.000 escudos por obrigação;
- A OPS de 450.000 obrigações do Município da Praia, para financiar o projecto do Mercado Municipal e reconverter a dívida da autarquia junto à banca, ao preço de 1.000 escudos cada;
- A OPS de 200.000 obrigações do Município do Sal ao preço de 1.000 escudos por obrigação, visando o financiamento de seis projectos de infra-estruturação e requalificação urbana das cidades de Espargos e Santa Maria;
- A OPS de 200.000 obrigações subordinadas do Banco Africano de Investimentos (BAI), com uma procura total válida de 1.064,5 milhões de escudos, consideravelmente superior à oferta disponível, ao preço de 5.000 escudos cada;

- A OPS de 500.000 obrigações subordinadas do Banco Comercial do Atlântico (BCA), ao preço de 1.000 escudos cada, em que a procura de 977,4 milhões de escudos excedeu os 500 milhões de escudos em oferta.

Relativamente ao mercado secundário, no final de 2010, o volume total de transacções atingiu o montante de 1.105,7 milhões de escudos, representando em termos globais uma acentuada evolução positiva.

No segmento accionista, o título da Empresa Nacional de Combustíveis (ENACOL) permaneceu com o maior volume de negócios, no montante total de 331,2 milhões de escudos. Ao contrário, o título da Sociedade Cabo-Verdiana de Tabacos (SCT) teve um menor volume de negócios (15,2 milhões de escudos).

Quadro 35. Volume Total de Transacções no Mercado Secundário

		milhares de escudos		
Títulos	Segmentos	2008	2009	2010
volume de transacções				
Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)	Accionista	1.820.000	4.248.000	79.535.410
ENACOL	Accionista	853.091.241	72.337.804	331.158.977
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	Accionista	929.500	27.556.315	15.185.100
Banco Comercial do Atlântico (BCA)	Accionista	8.149.900	30.041.040	32.410.186
Dir Subscrição BCA	Accionista		14.644.508	
Dir Subscrição CECV	Accionista		23.976.510	
Obrigação. - ELECTRA A	Obrigacionista	6.200.113	86.110.885	35.000
Obrigação - ELECTRA B	Obrigacionista		75.016.050	
Obrigação - ELECTRA C	Obrigacionista	40.000.000		
Obrigação ASA A	Obrigacionista	17.533.500		
Obrigação C - TECNICIL	Obrigacionista			
Obrigação TECNICIL INDUSTRIA	Obrigacionista		1.675.000	20.250.000
Obrigação SOGEI	Obrigacionista		129.584.985	346.878.000
Obrigação BI	Obrigacionista		2.140.000	1.035.000
Obrigação Cabo Verde Fast Ferry	Obrigacionista		21.092.100	119.945.850
Obrigação IFH	Obrigacionista			200.000
ObrigaçãoTECNICIL IMOBILIÁRIA	Obrigacionista			159.030.000
Total		927.724.254	488.423.197	1.105.663.523

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde.

8.2. Modernização do Quadro Legal e Regulamentar

O ano de 2010 ficou marcado pelo processo de reforma do Código do Mercado de Valores Mobiliários, que após consulta pública junto dos intervenientes do mercado foi submetido à aprovação do Conselho de Ministros.

Com vista à dinamização dos mercados primário e secundário da dívida pública, a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM) trabalhou em colaboração com a BVCV e o Ministério das Finanças na legislação concernente aos Bilhetes e Obrigações do Tesouro.

Foi publicado, ainda em 2010, o regulamento sobre os deveres de informação e deu-se

início aos processos ligados à contabilidade dos fundos de investimento, ao regulamento sobre as taxas e ao regulamento sobre a comercialização de organismos de investimentos colectivos estrangeiros harmonizados, que não dispõem de prospecto simplificado.

A AGMVM, igualmente, participou em vários projectos de diplomas ligados à reforma do sector bancário e segurador.

8.3. Actividade de Supervisão

O Banco de Cabo Verde reforçou os seus mecanismos de supervisão, no que toca à supervisão prudencial e comportamental, ao longo do ano, em resposta aos desenvolvimentos internacionais sobre a nova arquitectura do sistema de supervisão do sistema financeiro.

Na sequência de acções de supervisão, foram notificadas algumas instituições para procederem à regularização de situações de incumprimento. As acções de fiscalização centraram-se, sobretudo, na verificação da existência de mecanismos adequados para a efectiva identificação, avaliação e controlo dos riscos inerentes às actividades exercidas pelos intermediários financeiros.

Ainda neste contexto, foi deliberada uma contra-ordenação na sequência do não cumprimento do estipulado nos regulamentos sobre o dever de informação.

8.4. Promoção do Mercado de Capitais

Durante o ano de 2010 a AGMVM promoveu algumas conferências, com vista à promoção do mercado de capitais, nomeadamente sobre:

- “Desafios do Desenvolvimento do Mercado de Capitais de Cabo Verde” em parceria com várias Instituições Nacionais e Internacionais, entre as quais o Ministério das Finanças, Securities Exchanges Commission dos EUA, Commission des Suvellance des Luxembourg (CSSF), Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de Portugal, Comissão de Valores Mobiliários do Brasil, Bolsa de Valores de Cabo Verde e alguns consultores internacionais de renome na matéria de Mercado de Capitais (Fevereiro 2010);
- “Supervisão Eficiente e Desenvolvimento dos Mercados de Capitais” em parceria com SEC – United States Securities Exchange Commission (Outubro 2010);
- “Parcerias Público-Privadas e Infraestruturas” em parceria com o Ministério das Finanças, Ministério das Infraestruturas, Empresa Sérvulo & Associados e a empresa KPMG (Julho 2010).

Realizaram-se seminários, em parceria com a Cooperação Luxemburguesa, subordinados aos temas:

- i. “Mercados Financeiros Internacionais” (Março 2010);
- ii. “Crédito às Pequenas e Médias Empresas” (Abril 2010);
- iii. “Gestão de Activos e Passivos” (Junho 2010);
- iv. “Sistemas de Pagamentos e Liquidação de Títulos” (Outubro 2010);

Ainda, realizou-se o seminário sobre “Conflito de Interesses no Direito Societário e Financeiro” em parceria com a Empresa Sérvulo & Associados (Setembro 2010).

Entre outras acções visando a promoção do mercado de capitais em Cabo Verde:

- 1) Realizaram-se encontros com os principais intervenientes do mercado de valores mobiliários, nomeadamente com os intermediários financeiros e as empresas emitentes, advertindo para a necessidade de assunção plena dos respectivos deveres previstos no Código do Mercado de Valores Mobiliários;
- 2) Melhorou-se o sistema de acompanhamento das actividades da Bolsa de Valores e dos intermediários financeiros;
- 3) Deu-se seguimento ao programa SIFOX – permitindo desta forma o acompanhamento do mercado, sobretudo o movimento das transacções efectuadas via a Bolsa de Valores de Cabo Verde;
- 4) Procedeu-se à organização e montagem de todos os registos individuais dos mandatários dos bancos comerciais e pedidos de registo dos intermediários financeiros e de fundos de investimento;
- 5) Procedeu-se à actualização do cadastro de todos os registos individual dos mandatários dos bancos comerciais;
- 6) Fez-se o acompanhamento e a actualização do *link* da AGMVM, aperfeiçoando a gestão dos conteúdos no renovado *layout* da página do BCV;
- 7) Procedeu-se à montagem e preparação das estatísticas ligadas ao mercado de capitais.
- 8) Promoveu-se uma sessão de entrega dos diplomas do 1º Curso de Certificação dos Peritos Avaliadores.

No âmbito da Cooperação Internacional:

- i. Procede-se à assinatura de um protocolo de cooperação com a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil;
- ii. Deu-se início ao processo de adesão à IOSCO/OICV, que permite a Cabo Verde o alinhamento com os padrões Internacionais.
- iii. Reforçou-se a cooperação com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de Portugal (CMVM).

Parte III
Actividades do Banco Central

Capítulo 9. Operações do Banco Central e Outras Actividades

9.1. Execução da Política Monetária

O Banco de Cabo Verde (BCV) encetou, ao longo de 2010, intervenções activas de política monetária, com recurso às operações *open market type* e às facilidades permanentes de liquidez.

Ainda, no âmbito da execução da política monetária, o BCV procedeu à reformulação e consolidação do seu quadro operacional. Com efeito, visando a melhoria da eficácia da gestão da liquidez bancária, foi actualizado o regulamento sobre a constituição das disponibilidades mínimas de caixa (DMC). O actual regulamento soluciona a sobreposição, anteriormente existente, entre o período de apuramento da base de incidência e o período de manutenção da liquidez.

Gestão da Liquidez Bancária

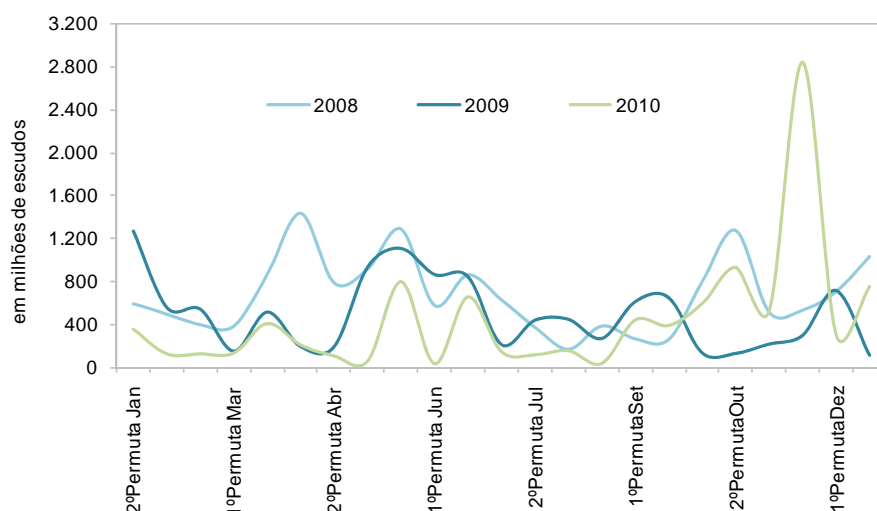
A avaliação precisa da procura de liquidez do sistema bancário, bem como a previsão dos factores autónomos, precederam as intervenções no quadro da gestão da liquidez. Igualmente, no quadro da gestão da liquidez bancária, foram consideradas as metas sobre a acumulação das reservas internacionais líquidas e sobre o fluxo dos activos internos líquidos do BCV acordadas no âmbito do programa *Policy Support Instrument* (PSI), firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

As intervenções do BCV resultaram num decréscimo da liquidez excedentária média anual na ordem dos 15,7% (91 milhões de escudos, em termos absolutos). Não obstante, persistiu, ao longo do ano, uma discrepância significativa entre a oferta e procura de liquidez. A procura de liquidez média do sistema bancário, medida pelo valor da média anual das DMC, atingiu os 15.929,3 milhões de escudos, enquanto a oferta de liquidez média, medida pelos depósitos médios diários dos bancos no BCV, ascendeu a 16.361,8 milhões de escudos, traduzindo aumentos de 3,3% e 2,7%, respectivamente em relação a 2009.

O excesso de liquidez persistiu em todos os períodos de manutenção, embora com algumas oscilações ao longo do ano. Atingiu máximos nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, e mínimos em Fevereiro, Julho e Agosto.

O valor sempre excedentário da liquidez bancária, embora atenuado por fortes intervenções de política, ficou a dever-se, sobretudo, aos avultados reembolsos de títulos e depósitos *overnight*, emitidos e constituídos ao longo do ano, aliado ao efeito adverso de alguns factores autónomos de liquidez.

Figura 26. Liquidez Bancária por Manutenção das Disponibilidade Mínimas de Caixa



Fonte: Banco de Cabo Verde.
Nota: Perm- Permuta.

Por sua vez, outros factores autónomos, operações cambiais, dívida pública e notas e moedas em circulação conferiram um impacto médio no sentido da absorção da liquidez. As operações cambiais em particular, tiveram um impacto negativo na liquidez na ordem dos 218 milhões de escudos. A rubrica diversos (principalmente as operações da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos (SISP) e os movimentos das contas de unidades de projectos sediadas no BCV) contribuiu, por outro lado, para o alargamento da liquidez em 102 milhões de escudos.

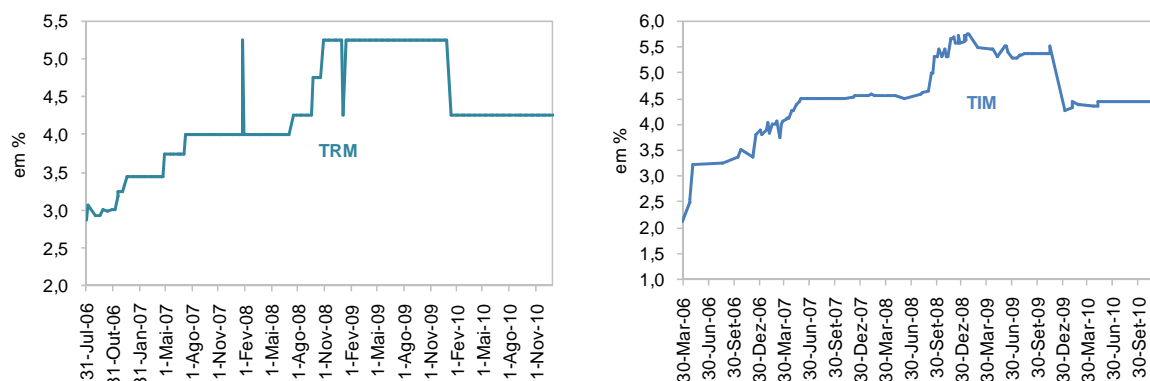
Operações de Tipo Mercado Aberto

As operações de *open market type* materializaram-se, durante 2010, sobretudo, na emissão de Títulos de Regulação Monetária (TRM) a prazo de 14 dias, porquanto as emissões de Títulos de Intervenção Monetária (TIM) a prazo até 52 semanas estiveram suspensas entre Junho e Dezembro.

As emissões de TRM ascenderam a 84.184 milhões de escudos (66.466 milhões de escudos em 2009), enquanto as emissões de TIM totalizaram 2.930 milhões de escudos.

Nos períodos de emissões simultâneas de TRM e TIM, o mercado sinalizou alguma preferência pelo instrumento de maturidade mais curta, o TRM, que favorece uma gestão de tesouraria a mais curto prazo. Por outro lado, registe-se que embora o TIM seja um instrumento de maturidade maior, remunera a taxas relativamente próximas da taxa de política monetária (4,25%). Com efeito, a taxa de juros do TIM flutuou entre 4,25% e 4,44%, ao longo do ano, para prazos de 60 a 90 dias.

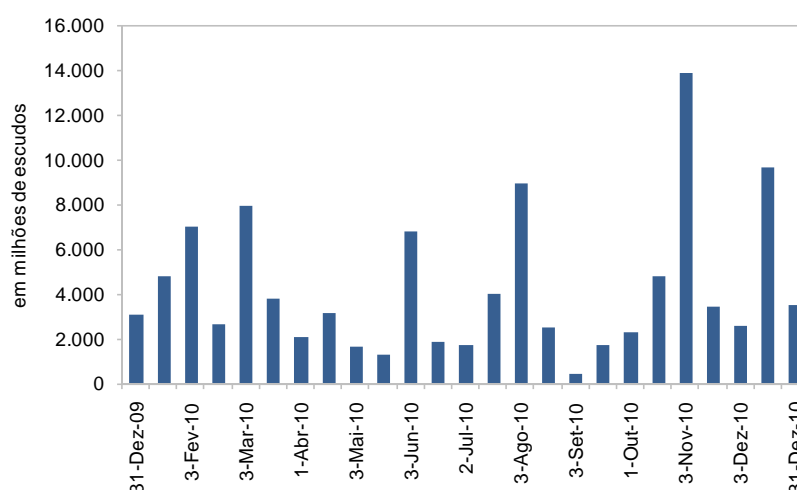
Figura 27. Taxas de Variação dos Títulos do Banco Central



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Facilidades Permanentes de Liquidez

Em 2010, os bancos comerciais aplicaram os seus excedentes de fundos nas facilidades permanentes de absorção de liquidez no montante de 102.172 milhões de escudos. Relativamente a 2009 no entanto, registou-se uma queda de 4,4% nas aplicações das facilidades permanentes de absorção de liquidez. A permanência no mercado bancário de alguma instabilidade de liquidez e a manifesta preferência por este instrumento por parte dos bancos explicam a *performance* do instrumento, não obstante a sua baixa taxa de remuneração (1,75%).

 Figura 28. Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez – Depósitos *Overnight*


Fonte: Banco de Cabo Verde.

O recurso à facilidade permanente de cedência de liquidez, por seu turno, aumentou extraordinariamente para 47.460,5 milhões de escudos, mais que triplicando relativamente a 2009. Esta evolução reflecte a permanência de ineficiências no mercado interbancário, ape-

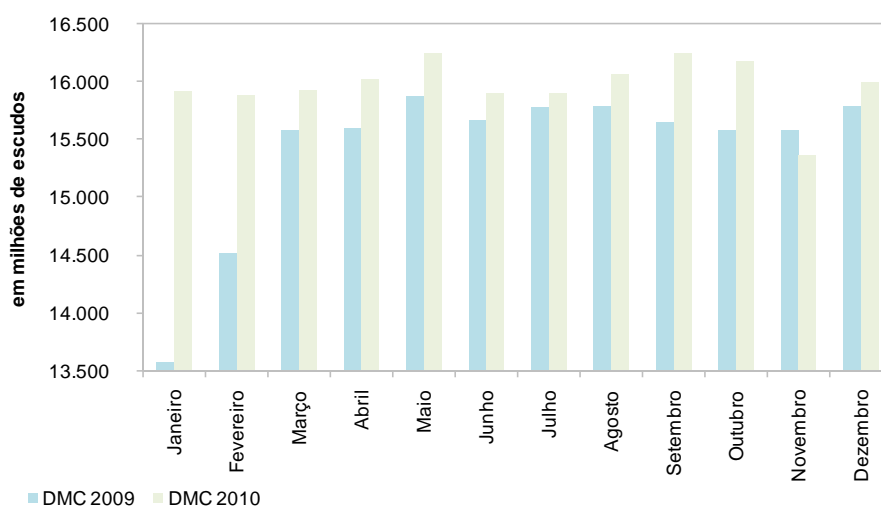
sar de alguma dinamização do mercado monetário em 2010, num contexto em que persistem no sistema bancário fortes desequilíbrios de liquidez.

Disponibilidades Mínimas de Caixa

Impulsionada pelos aumentos dos depósitos a ordem, a prazo e de emigrantes, a base de incidência das disponibilidades mínimas de caixa alargou-se, determinando o aumento das DMC na ordem dos 3%, em 2010. Refira-se que no quadro dos objectivos que nortearam a política monetária de 2010, o coeficiente das DMC manteve-se estável nos 16%.

No que se refere à evolução intra-anual, registe-se que, com excepção do mês de Novembro, as DMC aumentaram sistematicamente em cada período de manutenção.

Figura 29. Disponibilidades Mínimas de Caixa



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: DMC - Disponibilidades Mínimas de Caixa.

Gestão de Reservas

Em 2010, as reservas cambiais oficiais do país registaram um aumento de 7,2%, totalizando no final do ano o montante de 294 milhões de euros.

As reservas apresentaram uma tendência crescente até ao mês de Maio, impulsionadas pelos movimentos registados na carteira de liquidez, gerida pelo BCV. A partir de então, as reservas oscilaram fortemente. De destacar, os movimentos descendentes observados nos meses de Junho e Setembro, tendo este último apresentado a maior queda mensal do ano. Estas oscilações resultaram principalmente das transacções cambiais do BCV com os bancos comerciais. Em termos globais, estas operações resultaram numa venda líquida, por parte do BCV, na ordem dos 72 milhões de euros, no final do ano.

Entre outros movimentos com impacto negativo nas reservas, destacam-se o serviço da

dívida pública externa (em 9,8 milhões de euros e 17 milhões de dólares) e o pagamento de serviços governamentais relacionados com o funcionamento das embaixadas do país (4 milhões de euros).

Entretanto, os fluxos negativos foram compensados pelas entradas de 61 milhões de euros e 16 milhões de dólares a favor do Tesouro, no âmbito do apoio orçamental e do financiamento externo, bem como pelas entradas resultantes da compensação entre a SISP e o BCV, num total de 23 milhões de euros. De realçar, o saldo positivo de aproximadamente 8 milhões de dólares, referentes aos movimentos do *Millennium Challenge Account* (MCA).

As reservas externas tiveram uma rendibilidade global de 0,5%, que compara ao valor de 3,6% do ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se, essencialmente, à queda expressiva da rendibilidade da carteira de investimentos, sob gestão do Banco Central de Luxemburgo (BCL), de 8,1% para 0,73%. Em termos intra-anual, a carteira de investimentos, depois das recuperações evidenciadas nos três primeiros meses do ano, registou uma tendência de perdas nos meses seguintes.

Por seu turno, a carteira de liquidez registou uma valorização de 0,37%, que compara a 0,71% observada em 2009. Refira-se que a rendibilidade da carteira de liquidez foi condicionada pelo comportamento das taxas praticadas no mercado monetário interbancário durante o ano. No entanto, em termos globais, quando comparada ao *benchmark*, a carteira registou uma *overperformance* de 50 pontos base.

9.2. Sistemas de Pagamentos

Em 2010, o Banco de Cabo Verde manteve a firme aposta no desenvolvimento de actividades visando o reforço da capacidade de acção e de intervenção institucionais e da consolidação das infra-estruturas de pagamento.

Manteve-se, a mesma tendência de evolução e crescimento dos meios e instrumentos de pagamento, caracterizada pela crescente utilização de instrumentos escriturais e electrónicos, particularmente cheques e cartões de pagamento.

Em termos do movimento global nas contas de depósito e de liquidação, registou-se um crescimento do total de operações processadas no sistema, quer em quantidade, quer em valor. Estas operações atingiram o montante de 4.470.562 e o valor de 916 mil milhões de escudos, tendo o Sistema de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL) contribuído em cerca de 99% para o total das operações liquidadas e em 19,6% para o total do valor processado.

Infra-estruturas de Pagamento

A generalização e a introdução massiva de tecnologias de informação e de comunicação, na última década, alteraram profundamente a actividade do sector bancário cabo-verdiano, contribuindo para a melhoria dos produtos/serviços financeiros oferecidos por um lado, para a emergência de novos canais de distribuição e, conseqüentemente, para uma profunda reestruturação organizacional. As tecnologias têm impulsionado o desenvolvimento e a modernização dos sistemas de pagamentos, possibilitando a criação e consolidação de infra-estruturas de pagamento, seguras e eficientes, que garantam uma transferência rápida de fundos entre os participantes do sistema, em linha com as tendências internacionais.

Neste quadro, a par das infra-estruturas e dos canais tradicionais de acesso aos serviços e meios de pagamento, o sistema tem disponibilizado canais de distribuição de serviços como as redes de caixa automático (ATM) e serviço de pagamento automático (POS), *home-banking*, etc., que têm nas tecnologias de informação e comunicação uma importante base de apoio.

Redes de Pagamento

No final de 2010, a rede Vinti4 contava com um total de 2.126 terminais, dos quais 141 ATM e 1.985 POS, representativos de um crescimento de 15,6% e de 42,2%, respectivamente, quando comparado com 2009. Em média, nos últimos cinco anos, o número de ATM e de POS cresceu 26,8% e 57,9%, respectivamente. No total, foram efectuadas, em 2010, 9.266.369 operações na rede, das quais 77,7% realizadas através de ATM e 19,3% nos POS.

O serviço de caixa automático é o segmento de maior procura, sendo responsável por 7 milhões de operações. Em termos relativos, verificou-se um aumento de 26,1% em quantidade e 13% em valor, face ao registado no exercício anterior. Tal facto deve-se não só ao aumento do número de cartões, como também à expansão da rede de terminais em zonas não cobertas anteriormente e ao reforço da concentração em zonas já cobertas.

O serviço de pagamento automático tem tido, igualmente, uma evolução positiva ao longo dos anos. Reflexo da boa aceitação pela população, registou-se um aumento do número de terminais instalados na ordem dos 42%, em 2010, tendo sido realizadas através destes terminais cerca de 2 milhões de operações, no valor global de 8,9 mil milhões de escudos.

O serviço de TeleVinti4 é outro canal de acesso ao serviço da rede, que aos poucos vem conquistando espaço no seio da população cabo-verdiana. Este serviço registou, em finais de 2010, um total de 272.564 operações.

A rede de pagamentos automáticos coloca, ainda, à disposição dos seus utilizadores o serviço Vinti4net. No final de 2010, o serviço tinha registado um total de 1.772 operações, das quais 65,5% correspondiam a operações sem movimentação de fundos e 34,5% a opera-

ções de transacção de fundos, designadamente pagamentos de serviços, transferências e recarga móvel.

Quadro 36. Cartões e Terminais da Rede Vinti4

	2008	2009	2010
	Unidade		
Número de Terminais	1.115	1.518	2.126
Caixas Automáticas - ATM	109	122	141
Terminais de Pagamento - POS	1.006	1.396	1.985
Cartões emitidos	103.029	119.159	116.889
Cartões Vinti4	100.279	114.088	109.108
Cartões de crédito	2.750	5.071	7.781
	taxa de crescimento em %		
Número de Terminais	37,8	50,7	57,8
Caixas Automáticas - ATM	25,3	11,9	15,6
Terminais de Pagamento - POS	39,3	38,8	42,2
Cartões emitidos	24,5	13,8	-4,4
Cartões Vinti4	26,3	13,8	-4,4
Cartões de Crédito	-18,3	84,4	53,4

Fonte: Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos; Instituições de Crédito.

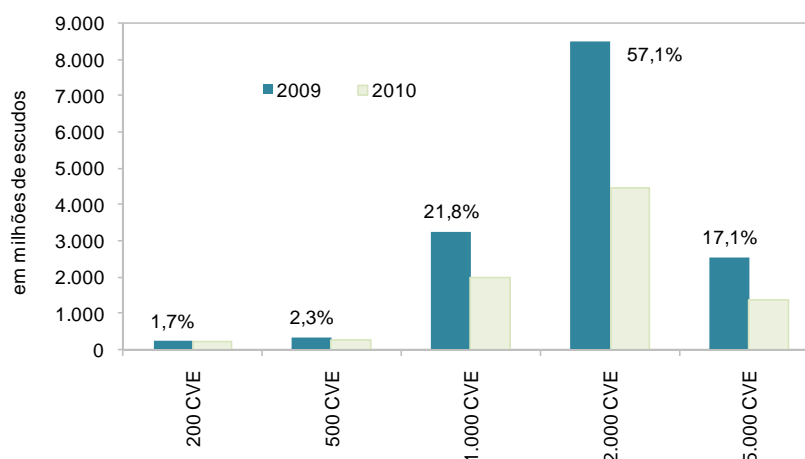
A rede de comunicação internacional SWIFT – Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications – impõe-se como um dos pilares da estratégia de desenvolvimento e modernização do sistema de pagamentos cabo-verdiano. Implementada em Cabo Verde em finais de 1999, a rede SWIFT engloba uma série de vantagens que lhe concede primazia sobre outras formas de comunicação interbancária, nomeadamente, custos reduzidos, flexibilidade, fácil armazenamento, facilidades de consulta e segurança.

No final de 2010, mantinha-se inalterado (6) o número de membros de pleno direito e participantes do sistema. Entretanto, duas novas instituições de crédito tinham desencadeado o processo de adesão. Tal facto patenteia a preocupação do sistema financeiro cabo-verdiano em imprimir um salto qualitativo na capacidade de resposta às solicitações de clientes, muito contribuindo para isso a melhoria da comunicação entre os bancos.

Meios e Instrumentos de Pagamento

A evolução dos meios e instrumentos de pagamento em Cabo Verde continua a caracterizar-se por uma alteração contínua no comportamento associado aos pagamentos, com maior utilização de instrumentos escriturais e electrónicos. Essa evolução tem sido estimulada, acima de tudo, pelas acções desenvolvidas no contexto do processo de reforma e modernização do sistema de pagamentos cabo-verdiano, alicerçadas por uma forte cooperação interbancária, no quadro da qual foi criada a Comissão Interbancária e Sistema de Pagamentos (CISP) em 1997, mais tarde, em 2004, redefinida com a designação de Comissão de Coordenação para o Desenvolvimento do Sistema de Pagamentos (CCSP).

Figura 30. Notas em Circulação por Denominação em Valor (2010)



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Numerário

O numerário continua a destacar-se como o meio de pagamento mais utilizado pela população, embora a análise de alguns rácios, particularmente os rácios que relacionam a circulação com os agregados monetários M1 (peso da circulação monetária) e M2 (preferência pela moeda do banco central), e com o PIB, sugira a tendência para uma preferência crescente pelos instrumentos de pagamento escriturais e electrónicos.

A circulação monetária registou, no final de 2010, um aumento de 3% face ao ano de 2009, tendo as notas e moedas em circulação atingido o montante de 8,7 mil milhões de escudos. Do total, as notas representaram 95%, das quais 77,6% corresponderam às denominações de 1.000 e 2.000 escudos, as únicas denominações distribuídas através dos caixas automáticos da rede Vinti4.

Cheques

O cheque, depois dos cartões bancários, é o instrumento mais utilizado pela população bancarizada. Em 2010 foram processados um total de 1,8 milhões de cheques, no valor de 246,8 mil milhões de escudos. Comparativamente ao ano de 2009, o número e o montante de cheques processados diminuí 3,3% e 1,4%, respectivamente.

No período em análise, o sistema bancário registou uma média de 7.436 cheques/dia pagos, correspondente a um valor de 987,1 milhões de escudos. Os cheques pagos directamente nos balcões corresponderam a 80,4% do total. Por seu turno, os cheques processados através do sistema de compensação acusaram um aumento em quantidade de cerca de 1% e uma diminuição em valor de 0,3%.

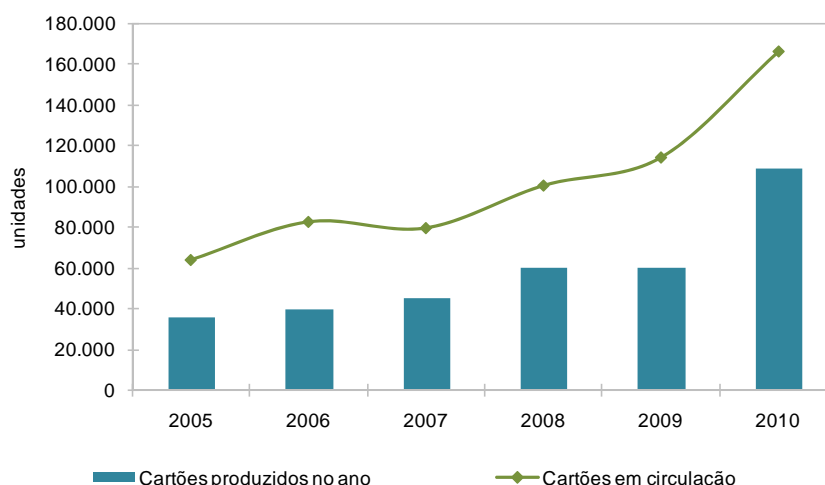
Transferências Bancárias

No decurso de 2010 foram processadas 1,6 milhões de transferências bancárias, no valor de 218,9 mil milhões de escudos. Em quantidade as transferências bancárias aumentaram 47,9%, embora em valor tenham diminuído 2,3%, comparativamente ao ano de 2009. A diminuição no valor total das transferências processadas ficou a dever-se, particularmente, à queda verificada no valor das transferências intra-bancárias (na ordem dos 10,6%).

Cartões de Pagamento

A introdução dos cartões de débito da rede Vinti4 teve um forte impacto no sistema bancário nacional e uma excelente aceitação por parte da população bancarizada. Em 2010 foram emitidos e reconhecidos na rede Vinti4 166.204 cartões de pagamento, o que traduz um crescimento de 45,7% face ao valor registado em 2009.

Figura 31. Evolução Anual de Cartões Produzidos e em Circulação



Fonte: Banco de Cabo Verde..

O número de cartões produzidos desde o início do funcionamento da rede ascende a 442.254, sendo que 37,6% correspondem a cartões activos.

Nos últimos cinco anos, o número de cartões produzidos cresceu 28,2%, em termos médios anuais, e o número de cartões reconhecidos na rede cresceu na ordem dos 22%.

A utilização de cartões na rede Vinti4 apresentou um crescimento expressivo em 2010. Foram efectuadas 9,2 milhões de operações, o que corresponde a um aumento de 28,7%, relativamente a 2009. Em termos médios, realizaram-se 25.387 operações diárias. Do total das operações com cartões Vinti4, 77,7% foram efectuadas nos ATM e 19,3% nos POS. O valor total transaccionado na rede situou-se em torno dos 33 mil milhões de escudos, mais 5,5 mil milhões de escudos que no ano transacto.

Em média, cada cartão activo efectuou 57 operações nos ATM e 14 nos POS, o que corresponde a aumentos de 13,8% e 34,6%, respectivamente, comparativamente ao ano de 2009.

9.3. Sistemas de Compensação e de Liquidação Interbancária

O Banco de Cabo Verde, no quadro das suas atribuições estatutárias, assegura a gestão e o funcionamento do Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL), que integra os subsistemas de compensação de cheques e documentos afins, de transferências interbancárias, de operações da rede Vinti4 e da Bolsa de Valores, e é o operador e gestor do Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação (SGDL).

Os fluxos de pagamento entre as instituições participantes no Sistema Integrado de Compensação e de Liquidação e do Sistema de Gestão de Depósitos e de Liquidação realizam-se através de contas únicas de liquidação domiciliadas no Banco de Cabo Verde, com carácter irrevogável e incondicional, sendo que no SICIL a liquidação processa-se por compensação dos saldos, enquanto no SGDL as operações são processadas numa base individual. No primeiro sistema, faz-se o processamento de operações de baixo valor, consequentemente de risco sistémico limitado, e no segundo faz-se o processamento de operações de montantes avultados.

Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação – SGDL

Em 2010, o Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação liquidou 4,4 milhões de operações, no valor de 916,1 mil milhões de escudos, a que corresponde um aumento de 14,8% em quantidade e 38,3% em valor, comparativamente ao ano de 2009. Estes desenvolvimentos sugerem que o sistema de liquidação cabo-verdiano segue a tendência internacional dos sistemas de liquidação por bruto processarem pequenas quantidades de pagamentos. O valor médio por operação liquidada no SGDL, em 2010, foi de 116,7 milhões de escudos (115,9 milhões de escudos, em 2009).

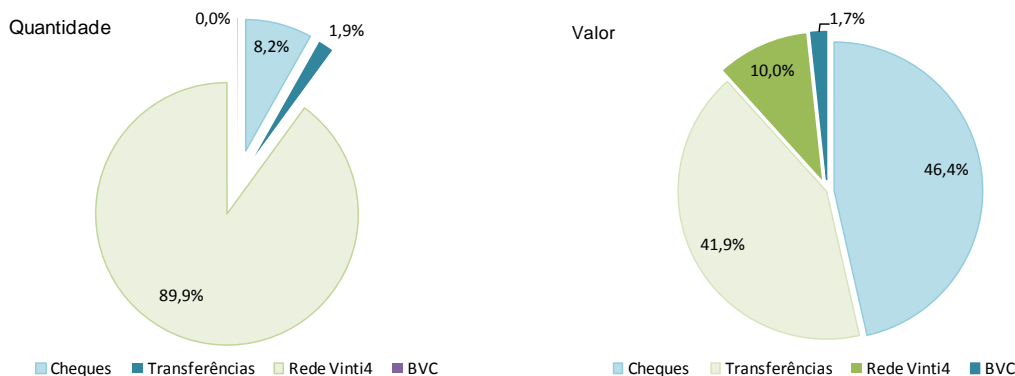
A média diária global de operações liquidadas cresceram 14,7% em quantidade, no ano de 2010, passando de 11.184 operações/dia para 12.823 operações/dia. Este crescimento ficou a dever-se às operações de compensação do mercado cambial, sobretudo pelas instruções de pagamento de e para o exterior do Estado e do mercado monetário.

Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação - SICIL

Contrariando a tendência verificada em 2009, o Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação acusou um aumento em 2010, embora o subsistema de cheques tenha acusado uma diminuição de 2,4%. Foram processadas 4,4 milhões de operações no valor de 177,1 mil milhões de escudos no SICIL, em 2010, o que reflecte um crescimento de

14,8% e de 9,5%, em quantidade e valor, respectivamente, face ao ano de 2009. O subsistema de transferências interbancárias, que registou um crescimento de 45,5% em quantidade, terá determinado esse aumento na quantidade global das operações.

Figura 32. Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação em 2010



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: BVC- Bolsa de valores de Cabo Verde.

Com uma participação significativa no sistema, a rede Vinti4 destaca-se com uma representatividade de 89,9% em termos de quantidade, não obstante alcançar apenas 10% do valor total das operações processadas no SICIL. Os subsistemas de cheques e documentos afins e de transferências interbancárias continuam a ter um peso significativo no SICIL, representando, no seu conjunto, cerca de 89% dos valores compensados, muito embora tenham mantido uma tendência decrescente em valor, pelo terceiro ano consecutivo (em 2009 representava 90,7% e em 2008, 94%). Com uma contribuição ainda pouco expressiva (0,02%), a Bolsa de Valores teve um crescimento significativo em termos de valor (44,9%).

Compensação de Cheques e Documentos Afins

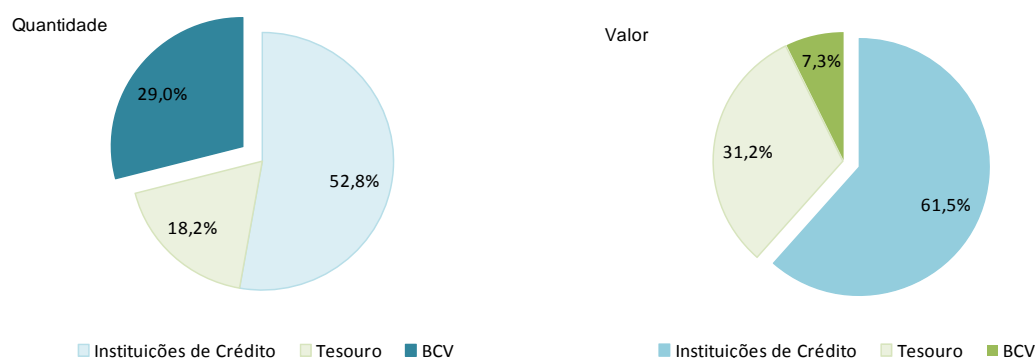
Em termos de comparticipação do subsistema de cheques e documentos afins no SICIL, registou-se uma quebra na ordem de 2,4%. Analisando a evolução dos cheques apresentados e devolvidos à compensação durante o ano de 2010 comparativamente a 2009, verifica-se um pequeno incremento de 1,9% em quantidade e uma redução de 2,4% em valor, tendo sido processados um total de 368.409 documentos no valor de 84.391,3 milhões de escudos.

O cheque apresenta-se como o instrumento mais expressivo em termos do valor total processado, continuando a garantir uma parcela substancial das operações liquidadas por compensação, tanto em quantidade (8,2%), como em valor (46,8%), apesar da diminuição gradual do seu peso no sistema. Face à evolução inexpressiva verificada nos cheques (aumento de 1,9% em quantidade e queda de 2,4% em valor) o valor médio manteve-se em cerca de 0,2 milhões de escudos por cheque, comparativamente ao ano transacto.

Compensação de Transferências Interbancárias

Durante o ano de 2010, o sistema de transferências interbancárias registou um aumento de 45,5% em quantidade e de 18,9% em valor, a que corresponde um peso de 1,9% em quantidade e 41,9% em valor face ao total dos documentos processados no SICIL. Estes rácios apresentaram, relativamente ao ano anterior, um aumento de 0,4% e 6,9% em quantidade e valor, respectivamente.

Figura 33. Transferências Apresentadas à Compensação por Participantes em 2010



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Foram processadas um total de 84.070 transferências no valor de 75.024,6 milhões de escudos, o que equivale a um valor médio de 0,9 milhões de escudos por transferência, menos 0,2 milhões de escudos que o ano de 2009. A média diária situou-se em 336 transferências, no valor de 300,1 milhões de escudos.

A análise das transferências apresentadas à compensação por participantes revela que as instituições de crédito continuam a contribuir em maior proporção, tanto em quantidade (52,8%) como em valor (61,5%). De notar um aumento acentuado da representatividade do BCV de 18% em 2009, para 29,0% em 2010, em termos de quantidade, contudo, em termos de valor, o Tesouro continua a destacar-se com uma elevada participação no sistema (31,2%). Com efeito, as transferências realizadas pelo Tesouro exibiram um valor médio de 1,5 milhões de escudos, valor este superior à média das transferências processadas (0,9 milhões de escudos).

Liquidação das Operações da Rede Vinti4 e da Bolsa de Valores

O subsistema da rede Vinti4 apresentou o maior número de operações processadas, representando 89,9% da quantidade de operações liquidadas através do SICIL em 2010, o que corresponde a 4.014.614 operações, representativas de apenas 10,1% do seu valor (17.885,2 milhões de escudos). Estas operações referem-se a transações interbancárias efetuadas nos ATM, POS, TeleVinti4 e Vinti4net.

O aumento das ofertas públicas de subscrição na Bolsa de Valores (BVCV) reflectiu-se directamente nas operações liquidadas no Banco de Cabo Verde, designadamente nos pagamentos dos juros das obrigações, dos dividendos e das comissões a favor a Bolsa. Com efeito, foram liquidadas no BVCV 920 operações, no valor de 6.066,5 milhões de escudos, sendo que 31,7% correspondeu a operações liquidadas por bruto (no valor de 450,9 milhões de escudos). As restantes operações, nomeadamente as liquidadas por compensação e as comissões a favor da BVCV totalizam 82,6%, no valor de 2.615,6 milhões de escudos.

9.4. Emissão e Tesouraria

No final do ano de 2010, o valor das notas emitidas pelo Banco de Cabo Verde ascendeu a 15.144,9 milhões de escudos, representando um aumento de 4,9% face ao valor registado no final de 2009. Em valor absoluto, esse aumento foi de 189,5 milhões de escudos.

De registar uma evolução pouco homogénea da emissão, por denominação, com variações face ao valor total das notas emitidas no período. A emissão de notas de 200, 500 e 1.000 escudos teve uma variação positiva, enquanto a emissão de notas de 2.000 e 5.000 escudos observou uma variação negativa. A nota de 5.000 escudos, por se tratar da denominação de maior valor facial, tem sido pouco apetecida pelo público e, consequentemente, pouco circulada, o que justifica a variação negativa de 7,5%. Por outro lado, a variação negativa de 11,3% verificada na nota de 2.000 escudos ficou a dever-se a uma gestão comedida do *stock* desta denominação.

Quadro 37. Evolução da Emissão de Notas

Denominação CVE	milhares de escudos			variação em %
	Dez-08	Dez-09	Dez-10	
200	313.536	252.302	346.226	37,2
500	444.281	342.215	517.785	51,3
1000	3.313.802	3.265.901	4.342.273	33,0
2000	7.654.609	8.536.771	7.572.089	-11,3
5000	2.529.795	2.558.220	2.366.540	-7,5
Total	14.256.023	14.955.409	15.144.913	4,9

Fonte: Banco de Cabo Verde.

De igual modo, as denominações de 200 e 500 escudos, por tratarem de denominações de valor facial baixo e naturalmente muito circuladas devido à sua função de moeda de troco, têm merecido uma atenção especial, de forma a manter-se a qualidade de circulação satisfatória dessas denominações.

De referir que no ano de 2010 foram emitidas e colocadas em circulação 5,3 milhões de notas no valor de 4.253,3 milhões de escudos, sendo 42,4% das denominações de 200 e 500 escudos e 49,8% da denominação de 1.000 escudos.

Analogamente, no referido período, foram retiradas da circulação 3,9 milhões de notas no valor de 4.073,8 milhões de escudos, por não oferecerem qualidade para serem recoloca-

das em circulação. Das quais 36,4% das denominações de 200 e 500 escudos, 40,1% da denominação de 1.000 escudos, 22% de 2.000 escudos e apenas 1,6% de 5.000 escudos.

O valor das notas emitidas pelo Banco de Cabo Verde no final de 2010 distribuía-se entre 6.844,6 milhões de escudos na posse do sistema bancário e 8.300,2 milhões de escudos afectos à circulação, representando em quantidade o total de 6,1 milhões de notas.

As denominações de 1.000 e 2.000 escudos representaram, no seu conjunto, uma maior predominância, com cerca de 69,3% em quantidade e 77,6% em valor. Numa análise individualizada, constata-se que as maiores variações das denominações em circulação situaram-se ao nível das notas de 200 e 500 escudos, em cerca de 14,1% e 16% respectivamente.

Quadro 38. Circulação de Notas

Denominação CVE	Dez-09				Dez-10				variação em %
	Emissão	Notas em Caixa		Circulação	Emissão	Notas em Caixa		Circulação	
		BCV	Bancos			BCV	Bancos		
200	252.302	34.062	27.417	190.823	346.226	89.763	38.663	217.800	14,14
500	342.215	72.776	53.038	216.401	517.786	198.682	68.027	251.077	16,0
1.000	3.265.901	1.153.629	328.035	1.784.237	4.342.273	1.970.752	386.107	1.985.414	11,3
2.000	8.536.771	3.586.867	502.814	4.447.090	7.572.089	2.634.886	479.558	4.457.645	0,2
5.000	2.558.220	1.027.660	155.085	1.375.475	2.366.540	831.363	146.880	1.388.297	0,9
Total	14.955.409	5.874.994	1.066.389	8.014.026	15.144.914	5.725.446	1.119.235	8.300.233	3,6

Fonte: Banco de Cabo Verde

As moedas cunhadas registaram um acréscimo de 3,1%, no valor de 13,2 milhões de escudos, comparativamente ao ano de 2009. Das moedas correntes em circulação, as maiores variações ocorreram ao nível das denominações mais baixas, por serem moedas de troco, e da moeda de 250 escudos emitida no último semestre de 2010, em comemoração dos 35 anos da Independência e dos 550 anos da descoberta de Cabo Verde.

Os movimentos dos depósitos e dos levantamentos de numerário realizados pelas instituições de crédito na tesouraria do Banco de Cabo Verde e nos balcões das instituições executantes do Protocolo de Tesouraria, em 2010, situaram-se nos 13.333,9 milhões de escudos e 13.592,8 milhões de escudos, respectivamente, evidenciando um decréscimo de 3,6% nos depósitos e um acréscimo de 3,2%, nos levantamentos, face ao ano transacto.

O rácio depósito/levantamento fixou-se em 98,1%, uma variação negativa de 6,9% relativamente a 2009, em resultado do aumento proporcionalmente maior dos levantamentos.

Quadro 39. Depósitos/Levantamentos

	milhões escudos		em %
	Depósitos	Levantamentos	Rácio Depósitos/ Levantamentos
Janeiro	1.267	448	282,8%
Fevereiro	985	1.034	95,3%
Março	1.092	994	109,9%
Abril	1.115	1.109	100,5%
Maio	1.107	917	120,7%
Junho	982	1.083	90,7%
Julho	1.050	1.432	73,3%
Agosto	1.177	1.199	98,2%
Setembro	1.317	865	152,3%
Outubro	1.060	1.076	98,5%
Novembro	1.015	1.120	90,6%
Dezembro	1.167	2.315	50,4%
Total	13.334	13.592	98,1%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

As notas de 1.000 e 2.000 escudos continuam a ser a denominação mais contrafeita. Foram apreendidas através do sistema bancário um total de 164 contrafacções. As denominações de 100, 200, 500 e 5000 escudos comparticiparam com um total de 22 notas contrafeitas.

Quadro 40. Contrafacção de Notas (Circuladas)

Denominação CVE	Dez-09		Dez-10		variação em %
	Quantidade (unidade)	Valor (escudos)	Quantidade (unidade)	Valor (escudos)	
200	3	600	4	800	33,3
500	3	1.500	15	7.500	400,0
1.000	5	5.000	77	77.000	1.440,0
2.000	8	16.000	87	174.000	987,5
2.500	0	0	0	0	0,0
5.000	0	0	2	10.000	100,0
Total	19	23.100	185	269.300	873,7
Estrangeiras	0	0	0	0	0

Fonte: Banco de Cabo Verde

9.5. Estudos Económicos e Estatísticas

O Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas (DEE) tem uma dupla missão no quadro das competências e atribuições do Banco de Cabo Verde. As áreas estatísticas respondem pela produção e difusão das Estatísticas Monetárias e Financeiras, das Estatísticas do Sector Externo e dos indicadores de acompanhamento da actividade económica nacional.

A área de estudos económicos tem por missão a preparação técnica da actuação do BCV, no domínio das suas atribuições principais, designadamente na definição das políticas monetária e cambial e na defesa da estabilidade financeira.

As actividades desenvolvidas pelo DEE em 2010 podem ser sintetizadas em quatro pontos essenciais:

- Programação Monetária e Financeira

O exercício da programação monetária e financeira é realizado semestralmente, tendo por metodologia o *Financial Programming Approach* do FMI. Em síntese, consiste na projecção a curto prazo da evolução dos quatro sectores da economia (real, externo, orçamental e monetário). É um exercício que suporta as decisões de política monetária do BCV. Em 2010 foi realizado um exercício em Maio, com os dados económicos nacionais e internacionais disponíveis até 1º trimestre do ano e um outro em Novembro com as informações até o 3º trimestre. Os resultados do exercício foram publicados nos Relatórios de Política Monetária publicados em Maio e em Novembro.

- Produção de Estatística

As estatísticas monetárias e financeiras, da balança comercial e da balança de transferências foram produzidas e divulgadas mensalmente, através de publicações em papel e no site do BCV. Com o intuito de validar a qualidade das informações reportadas pelas diferentes fontes de dados e de alargar a amostra estatística, adequando-a cada vez mais à realidade do país, realizaram-se, principalmente no quarto trimestre do ano, encontros de trabalho com os pontos focais de algumas instituições bancárias e alguns departamentos do Ministério das Finanças e Planeamento.

As informações estatísticas produzidas constituem um suporte fundamental às análises económicas e financeiras da Síntese de Conjuntura Mensal apresentada no Comité de Política Monetária, do Relatório Anual do Conselho de Administração e do Relatório de Política Monetária, entre outros documentos produzidos pelo departamento. Estas também foram reportadas, de acordo com a periodicidade e formato requeridos, às instituições internacionais, nomeadamente ao Fundo Monetário Internacional, à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, ao Banco Mundial e ao Banco de Portugal.

- Produção de Estudos

Visando o aprofundamento do conhecimento da economia nacional, estiveram em elaboração em 2010 quatro *working papers*. Um primeiro com o objectivo de avaliar a eficiência e a eficácia da transmissão monetária. O segundo procura analisar a repercussão dos investimentos públicos no investimento privado. O terceiro propõe uma metodologia para trimestralização e estimação das contas nacionais, e o quarto discorre sobre os determinantes da procura de reservas. Os documentos foram objectos de discussão interna, devendo ser discutidos a nível do BCV, antes da sua publicação.

- Publicações

Ao longo do ano o departamento publicou os boletins de estatísticas trimestrais e mensais, os boletins de indicadores económicos e financeiros e actualizou os quadros estatísticos disponibilizados no site do BCV. As informações estatísticas produzidas pelo DEE também foram divulgadas através do Fundo Monetário Internacional, UNCTAD e Banco Mundial. No que se refere à difusão junto ao FMI, de notar que além de dados disponibilizados em diferentes formatos através do Integrated Correspondence System (ICS), foram actualizados os metadados, no quadro do General Data Dissemination System.

Além das actividades elencadas, o acompanhamento das missões de avaliação do Acordo Policy Support Instrument (PSI) e do artigo IVº conduzidas pelo Fundo Monetário Internacional, integrou também o leque das tarefas atribuídas ao departamento. Ainda, o DEE participou no seguimento do Acordo de Cooperação Cambial, colaborando de forma activa na elaboração do Relatório de Conjuntura Macroeconómica e acompanhando os trabalhos da Comissão de Acompanhamento Macroeconómico do Acordo de Cooperação Cambial (COMACC).

9.6. Comunicação Externa e Relações Internacionais

O Banco de Cabo Verde atribui uma grande importância à comunicação, enquanto meio de interacção com os actores do sistema financeiro e com o público em geral. De realçar que, em 2010, pela primeira vez, o BCV pôde contar com um colaborador com formação superior em Ciências da Comunicação afecto à área de Comunicação e Relações Externas e responsável pelo seguimento da política de comunicação da Instituição.

No corrente ano quatro grandes objectivos nortearam a política de comunicação do banco central:

- Melhorar a comunicação e a divulgação de informações, visando uma maior aproximação à comunidade;
- Promover a educação financeira, nomeadamente no tocante às funções, actividades do banco central e política económica;
- Cumprir o dever de *accountability*;
- Reforçar e salvaguardar a credibilidade da imagem do banco central enquanto autoridade monetária e supervisor do sistema financeiro.

Das muitas iniciativas promovidas neste domínio há a destacar a inauguração do novo site do BCV, enquanto meio privilegiado na relação e aproximação aos diferentes públicos alvo, mediante uma moderna plataforma tecnológica com vista a torná-lo mais apelativo.

O ano de 2010 foi um ano singular para o BCV que comemorou os 35 anos a Crescer

com Cabo Verde, ao serviço do desenvolvimento do sistema financeiro nacional. O momento ficou marcado pela realização do primeiro documentário televisivo sobre a Instituição, onde se deu a conhecer a trajectória percorrida.

Não menos importante é a formação em comunicação para os porta-vozes do BCV que tiveram a oportunidade de conhecer mais a fundo os órgãos de comunicação social do país, conhecer as diferentes estratégias de comunicação, conhecer os passos para a preparação das entrevistas e discutir questões que têm a ver com a imagem da instituição e dos seus porta-vozes na imprensa.

O BCV esteve presente na vida dos cabo-verdianos, também através da imprensa. No seu relacionamento com os órgãos o BCV de comunicação social privilegiou uma comunicação simples e clara para que a mensagem fosse apreendida por todos.

Entre as estratégias de comunicação adoptadas figuram notas de imprensa, conferências de imprensa, entrevistas, entrevistas clássicas, directos, resumos feitos para a imprensa, *out-doors*, dípticos, desdobráveis, notas de rodapé na televisão, anúncios, nota explicativa, entre outros.

Os relatórios e outras publicações do BCV, divulgados também através do *site* do BCV, constituíram uma importante via utilizada para a divulgação de conhecimentos e informações, designadamente o Relatório Anual, Relatório de Política Monetária, Relatório de Estabilidade Financeira, Boletim Económico, Boletim de Estatísticas, Boletim de Indicadores Económicos e Financeiros.

Na esfera internacional, à semelhança dos anos anteriores, privilegiaram-se as acções vocacionadas para a continuidade, o reforço e o estabelecimento de novas parcerias com organizações e instituições internacionais, com vista à dinamização e à consolidação das relações internacionais do Banco de Cabo Verde. O BCV manteve a directiva de acompanhamento das actividades dos principais parceiros internacionais, mediante a elaboração de *dossiers*, bem como do seguimento das acções de cooperação dos parceiros com os quais mantém relações privilegiadas, como o Banco de Portugal e o FMI.

A cooperação continuou a ser fundamental para a capacitação técnica da Instituição, um indiscutível aliado no desenvolvimento do sistema financeiro nacional. Nesse sentido, foram realizadas ao longo do ano uma série de conferências e seminários, animados por especialistas nacionais e internacionais, sendo de destacar a realização do seminário sobre “Desafios do Mercado de Capitais de Cabo Verde” e a Conferência Internacional sobre “Supervisão Eficiente e Desenvolvimento dos Mercados de Capitais”, realizada em parceria com a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM) a par de acções de formação no âmbito da Cooperação com a ATTF (*Agence de Transfer de Technologie Financiere*) nos domínios de “Mercados Financeiros Internacionais” e “Sistemas de Pagamento e de Liquidação de Títulos”.

A cooperação atingiu o seu expoente máximo com a Conferência Internacional sobre “A Crise Mundial e a Mobilização de Oportunidades no Pós-crise”, realizada por ocasião do 35º aniversário do BCV, a qual contou com a presença de Governadores e representantes de bancos centrais parceiros.

A representação em diversos encontros e fóruns internacionais constituiu uma importante vertente de aproximação à comunidade internacional. Dos encontros realizados importa destacar:

- 20.º Encontro de Lisboa, entre as delegações do Banco de Portugal e dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa e Timor Leste;
- 17ª Reunião dos Governadores dos Bancos Centrais dos Países Francófonos, em Paris;
- Assembleias Conjuntas do FMI/Banco Mundial, em Washington;
- XII Fórum de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Moçambique;
- III Encontro Anual entre o Governo e Embaixadores e Representantes de Organismos Internacionais acreditados em Cabo Verde;
- XIV Conferência e 7ª Assembleia -Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL), em Timor;
- Reunião Anual do *Bank for International Settlements* (BIS) na Suíça;
- 6º Encontro de Estatísticas dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, no Funchal;
- Encontros de trabalho no Banco de Portugal, no âmbito da construção da Nova Sede do BCV;
- 4º Encontro sobre Sistemas de Pagamentos dos Bancos Centrais dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em Luanda;
- 3º Encontro anual do *Bank for International Settlements* (BIS) sobre gestão de reservas em África;
- Participação nas comemorações do 35º aniversário do Banco de Moçambique;
- Conferência sobre “*Financial Crisis preparedness*”, organizado pelo Banco Central do Ruanda;
- Participação na reunião anual da Associação dos Bancos Centrais Africanos, em Dakar;

- Participação na conferência internacional sobre polímero, na Argentina;
- Participação na 28ª e 29ª reunião da Comissão de Acompanhamento do Acordo de Cooperação Cambial com Portugal (COMACC).

9.7. Recursos Humanos

Mantendo a perspectiva da melhoria constante dos seus recursos humanos, o BCV continuou, em 2010, a apostar na contratação de técnicos especializados, na promoção da formação, tanto a nível académico quanto técnico-profissional, e na actualização e reforço dos seus instrumentos de gestão de recursos humanos, como forma de dar resposta aos desafios que se colocam à instituição.

No final de 2010, o BCV contava com um total de 120 funcionários efectivos, menos dois (2) do que no final de 2009, sendo 111 pertencentes ao Quadro de Pessoal e 9 contratados fora do quadro.

O Banco de Cabo Verde tem adoptado a política de recrutar técnicos com sólida formação superior e o ano de 2010 não fugiu a esta orientação estratégica. A percentagem de funcionários do BCV habilitados com formação superior é de 57,5%. O Banco continua a política de incentivos para estudos, concedendo apoio aos trabalhadores estudantes, participando no pagamento de propinas e na aquisição de materiais didácticos. Esta política gera o desenvolvimento de novas competências técnicas e pessoais que funcionam como uma mais-valia para a instituição.

Quadro 41. Nível Académico

	Homem	Mulher	Total
Mestrado	10	11	21
Pós-graduação	1	2	3
Licenciatura	18	23	41
Bacharelato		3	3
11º - 12º	8	12	20
Ensino básico	12	16	28
Total	49	67	116

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A componente da formação é importante para o Banco de Cabo verde e nesse âmbito, principalmente nas áreas financeiras, o Banco tem apostado em formações específicas em que pelo menos 73,3% dos funcionários participaram nessas acções.

Quadro 42. Participação em Acções de Formação

	N.º de Funcionários
Banco de Portugal – estágios, cursos e visita de trabalho	35
Formação em áreas específicas	53
Total	88

Fonte: Banco de Cabo Verde

9.8. Organização e Informática

No decurso do ano 2010 foram desenvolvidas diversas actividades, tendo em vista o alcance dos objectivos estabelecidos no plano de actividades, das quais se destacam as seguintes:

- Coordenação da elaboração do Plano de Actividades e da Matriz de Objectivos do Banco de Cabo Verde para o ano 2010;
- Coordenação da elaboração do Plano Estratégico do Banco de Cabo Verde para o quadriénio 2011-2014;
- Apresentação de nova proposta de modelo para elaboração do Plano de Actividades;
- Elaboração do Plano de Actividade do Banco de Cabo Verde para o ano de 2011, no novo modelo baseado no desdobramento de objectivos;
- Elaboração, em colaboração com o Gabinete de Auditoria Interna, dos Termos de Referência para a actualização do Manual de Procedimentos Administrativos;
- Diagnóstico/levantamento dos principais constrangimentos na interligação entre os diversos instrumentos de gestão do Banco de Cabo Verde.

A Área de Sistema de Informação, durante o ano de 2010, realizou um conjunto de acções de forma a cumprir a sua missão de prestação de serviços ao BCV em matéria de informação, numa perspectiva tecnológica e organizacional.

Deste modo, a Área de Sistema de Informação, de acordo com as solicitações das demais unidades orgânicas do Banco de Cabo Verde, emitiu pareceres técnicos sobre a aquisição de equipamentos informáticos, apoiou a utilização das Tecnologias de Informação pelos utilizadores finais, assegurou a comunicação e interfaces com as outras instituições.

A Área de Sistema de Informação, por outro lado, concebeu, desenvolveu e implementou um conjunto de projectos de sistemas informação, a destacar:

- As funcionalidades da página *web* do Banco de Cabo Verde, mostravam-se carentes de um redesenho e actualizações quer quanto à estética, quer quanto ao conteúdo. A reestruturação do *web site* do Banco de Cabo Verde permitiu assim o melhoramento das comunicações com o exterior.
- Deu-se início ao processo de desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Reservas, um sistema integrado, que abrange todas as áreas do Departamento de Mercados (*front, middle e back office*) e que permite *interfaces* com outros departamentos e áreas, como o departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro e área de Sistemas de Pagamento.

Central de Risco de Créditos *on-line*

O Banco de Cabo Verde efectua a centralização dos elementos informativos respeitantes aos riscos da concessão e aplicação do crédito. A aposta na melhoria da qualidade da informação da central constituiu preocupação constante da instituição, assim em 2010, de forma a materializar esse objectivo, implementou-se uma plataforma tecnológica que permite o cruzamento da informação da central com informação da administração pública, gerida pelo Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSI).

Segurança de Sistemas de Informação

De acordo com a sua estratégia a curto/médio prazo, o BCV pretende melhorar consideravelmente a segurança da sua plataforma tecnológica de suporte ao negócio. Nesta perspectiva, e devidamente enquadrado com as normas e *best practices* do mercado, aprovou um plano de evolução dos seus sistemas de informação. No ano 2010, implementou-se a primeira fase do projecto de Reestruturação da Arquitectura de Rede Interna e Externa e Reestruturação da Plataforma de Segurança de Perímetro/Corporativa.

Portal da CPLP

Devido à necessidade de partilhar matérias de interesse comum aos Bancos Centrais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), no decorrer do ano 2010, com a participação dos demais membros da Comunidade, implementou-se o Portal da CPLP.

9.9. Contabilidade e Controlo Financeiro

Durante o ano de 2010 foi desenvolvido um conjunto de actividades, a destacar:

- Consolidação do projecto de convergência para as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), abarcando a reestruturação e a divulgação das demonstrações financeiras de acordo com os normativos internacionais;
- Revisão, em curso, dos sistemas de informação decorrentes dos requisitos adicionais de sistemas de informação e gestão de riscos identificados;
- Reforma do sistema de Gestão Orçamental no BCV. O projecto está em curso e visa a definição dos circuitos processuais, o desenvolvimento de um *software* de gestão e a elaboração de um manual de procedimentos;
- Instituição e acompanhamento do sistema de controlo interno enquanto mecanismo de salvaguarda dos activos;
- Elaboração mensal da situação patrimonial e financeira referente a 2010, de acordo com o novo paradigma internacional, incluindo a execução mensal do orçamento de exploração;

- Preparação e elaboração dos orçamentos de exploração e de investimentos de 2011;
- Elaboração do relatório e contas de 2010, bem como dos anexos às contas;
- Elaboração do relatório da execução dos orçamentos de exploração e de investimentos de 2010;
- Actualização da página do BCV com informações de natureza económico-financeira.

9.10. Auditoria Interna

A auditoria interna depara-se com novos desafios, relacionados com a forma de condução dos trabalhos, o valor que acrescenta à organização, o reforço da vertente de consultoria, e a independência, pró actividade e objectividade exigidas. Perante este novo contexto, torna-se imperativo a adopção de uma análise sistémica, disciplinada, com ênfase na instituição e focalizada nos riscos.

Assim, o Gabinete de Auditoria Interna, tendo como linha de orientação o plano anual de actividades para 2010, realizou as seguintes acções:

- Elaboração e implementação da Matriz de Riscos de Auditoria Interna, peça fundamental de apoio à elaboração do plano anual de actividades.
- Acções de auditoria interna ao Fundo de Garantia Automóvel e ao Fundo Social.
- Acompanhamento de conferências de valores na Tesouraria e de inventários parciais de imobilizado.
- Elaboração de um projecto de orientação para a implementação de um sistema integrado de controlo interno.

Relativamente à adequação dos mecanismos de avaliação do cumprimento de normas e regulamentos, como instrumento de gestão, procedeu-se ao acompanhamento da implementação:

- Das recomendações da auditoria externa.
- Das recomendações, anteriormente emitidas, no âmbito das acções de auditoria interna.

Em conjunto com as outras unidades orgânicas, o Gabinete de Auditoria Interna apoiou e participou das actividades e reuniões do Comité de Segurança e *Compliance*, contribuindo, assim, para o reforço (i) da avaliação do nível de segurança física, documental e informática do Banco de Cabo Verde (ii) da averiguação do cumprimento das normas e

regulamentos pelas diversas unidades orgânicas do Banco e (iii) na identificação e avaliação de comportamentos de risco por parte dos integrantes do sistema.

Ainda, no âmbito da competência do serviço e, com o objectivo do reforço da comunicação com os diversos intervenientes, foram desempenhadas as seguintes actividades:

- Prestação de informações e acompanhamento dos trabalhos da auditoria externa ao fecho de contas de 2009 e de 2010.
- Prestação de apoio técnico e emissão de pareceres relacionados com os diversos serviços do Banco.
- Participação em diferentes grupos de trabalho.
- Acompanhamento dos estudos actuariais relacionados com o Fundo de Pensões do Banco de Cabo Verde.

9.11. Serviços Jurídicos

Durante o ano 2010, o Gabinete Jurídico, dando cumprimento ao definido na matriz de objectivos e na ficha de definição de desempenho, executou um conjunto de acções com vista a materializar a sua missão fundamental de prestação de serviços jurídicos em todas as matérias de relevância jurídica suscitadas no Banco de Cabo Verde.

O Gabinete Jurídico, à solicitação das demais unidades orgânicas do Banco de Cabo Verde, emitiu um conjunto de pareceres e informações (orais e escritos), abrangendo assuntos de diversa natureza, quais sejam: contratos de trabalho; constituição de instituições de crédito e parabancárias; autorização para a intermediação financeira; registo de membros de órgãos sociais das instituições de crédito e parabancárias; fusão de instituições de crédito e parabancária, de entre outros.

Emitiu, ainda, pareceres sobre o projecto de diploma sobre “importação pelas empresas prestadoras de serviços”; o pacote de regulamentação da Lei sobre as micro-finanças; a proposta de Decreto-lei sobre Fundo de Contra-garantia, bem como apreciou e/ou preparou diversos Avisos editados pelo Banco de Cabo Verde.

O Gabinete Jurídico instruiu sete processos de contra-ordenação, sendo seis relacionados com infracções cambiais e um ligado à infracção na área bancária, tendo resultado, na sua maioria, em condenação de seus autores em coimas.

O Gabinete Jurídico esteve representado em vários grupos de trabalho criados pelo BCV, ou por indicação desta instituição, tendo integrado, designadamente, o grupo de trabalho para o acompanhamento das consultorias nas áreas do mercado de capitais, banca e seguros.

Representou o BCV na “Reunião dos Altos Representantes” dos Ministérios, em diversas ocasiões em que foram apreciadas propostas de diplomas cuja iniciativa partiu do banco central.

Organizou, com o apoio do Gabinete do Governador e dos Conselhos, o 13º Encontro de Juristas dos Bancos Centrais da CPLP, que decorreu na cidade da Praia, nos dias 23 e 24 de Setembro.

Fez o acompanhamento e cobrança dos créditos em carteira do Banco de Cabo Verde, que datam de antes da separação da função comercial.

Actualizou, com as legislações publicadas, a secção legislação da página do Banco de Cabo Verde.

Apreciou vários contratos relativos a pedidos de crédito à habitação dos trabalhadores do Banco de Cabo Verde, com a aposição dos respectivos vistos.

9.12. Micro-Finanças

Ao longo de 2010, o Gabinete desenvolveu algumas actividades com especial destaque para as seguintes:

- Elaboração do Manual de monitorização das IMF (Instituições de Micro-Finanças), em parceria com serviços de consultoria externa e financiamento do Ministério do Trabalho. Este Manual subdivide-se em dois grandes blocos: I – Propósitos e princípios de monitorização, II – Instrumentos de monitorização: Governança, carteira de micro-crédito e aspectos financeiros;
- Capacitação técnica para utilização/aplicação do referido Manual;
- Parecer sobre o pacote regulamentar da Lei de enquadramento do sector;
- Análise e encaminhamento dos pedidos de Inscrição das IMF junto ao Banco de Cabo Verde;
- Realização de uma visita de estudo ao Senegal, com o objectivo de por um lado, recolher informações e conhecer as práticas em vigor, em matéria de regulamentação supervisão e promoção do sector e por outro, tirar ensinamentos susceptíveis de contribuir para a melhoria dos instrumentos em implementação.

9.13. Gabinete de Apoio ao Consumidor

Durante o ano de 2010, o Gabinete de Apoio ao Consumidor (GAP), registou um total de 131 reclamações, distribuídas pelos seguintes sectores: Banca-128 e Seguros-3. Quantita-

tivamente, mais 48 que os registos de 2009, o que representa um aumento de demanda global do Gabinete em 57,8%.

Sector Bancário

O sector da banca continua a registar o maior número de reclamações, com 98% do total das entradas registadas, mais 50 do que no ano de 2009, o que corresponde a um aumento relativo de 64,1%.

Quanto às matérias objectos de reclamações, estas continuam a incidir sobre: os preçários; mora e qualidade de atendimento; bloqueio de contas; incumprimento do dever de informação; incidentes de cheques; incidente com cartões (VISA e Vinti4); movimentação indevida de contas e levantamentos de saldos dos depositantes.

A movimentação indevida das contas ditou a realização de inspecções a três dos maiores bancos da praça. Foram analisados cerca de 20 dossiers desta estirpe que resultou na devolução ou reconstituição dos saldos dos respectivos clientes reclamantes em mais de dois milhões e setecentos mil escudos, só numa instituição de crédito, o que representa uma recuperação de cerca de 80% do total do valor movimentado apresentado nas reclamações.

Ainda no âmbito do sector bancário, o Gabinete de Apoio ao Consumidor analisou, as propostas dos preçários de todos os bancos, tendo, nomeadamente, apresentado ao Departamento de Supervisão e Estabilidade sugestões e pedidos de esclarecimentos relativos às propostas apresentadas por 2 bancos, as quais apresentavam incongruências relativas aos produtos e serviços propostos e respectivos preços.

O Gabinete de Apoio ao Consumidor elaborou e apresentou durante o ano de 2010 uma proposta de alteração do Aviso 5/94, de 7 de Março, com base no qual os preçários praticados pelos bancos se vêm enformando desde há mais de 17 anos, donde provêm as principais causas de reclamações.

Parte IV
Relatório e Contas

Capítulo 10. Relatório e Contas

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Cabo Verde (PCBCV). As bases para a preparação das demonstrações financeiras, contempladas no actual PCBCV assentam nas orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos activos e passivos baseados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

A 31 de Dezembro de 2010 o Activo Líquido do Banco ascende a 42.802.456 milhares de escudos e acusa um acréscimo de 3,49% face ao período homólogo do ano anterior, espelhando, basicamente, a evolução dos activos sobre o exterior. Estes, que representam 78,50% do agregado, crescem na ordem dos 7,06% reflectindo os desembolsos externos, no quadro da ajuda pública ao desenvolvimento e os efeitos da apreciação nominal da divisa norte-americana, pese embora a cedência de divisas às Instituições Bancárias, no âmbito da execução da política monetária e os pagamentos correntes ao exterior.

Contudo, de frisar o comportamento menos favorável dos activos sobre residentes, que representando 20,16% da estrutura, espelham um decréscimo de 8,75% face a 2009, o qual se deve ao reembolso de uma parcela de Obrigações do Tesouro, conforme estipulado na portaria 8/2000 de 27 de Março e à reavaliação desfavorável da carteira de títulos nacionais.

O Passivo, no valor de 42.729.260 milhares de escudos, cresce na ordem dos 4,14% e repercute, essencialmente, a evolução das responsabilidades sobre residentes que representam 61,42% e das notas e moedas em circulação que caracterizam 23,13% do agregado.

As responsabilidades para com residentes espelham um acréscimo de 4,99% reflectindo as responsabilidades para com o Estado, que no valor de 7.150.995 milhares de escudos, crescem na ordem dos 40,99% derivados, sobretudo, dos influxos externos.

Por seu turno, as responsabilidades para com Instituições Financeiras que representam 72,75% das responsabilidades para com residentes acusam um decréscimo de 4,18% associado à compra de divisas ao banco central.

As responsabilidades para com as Instituições Financeiras atingem 19.093.894 milhares de escudos e representam os depósitos das Instituições Bancárias decorrentes da constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa, os depósitos *overnight* e as operações passivas de Política Monetária, no combate à liquidez excedentária no sistema. Enquanto autoridade monetária, cambial e supervisora do sistema financeiro cabo-verdiano, o banco central continua empenhado na criação de condições mais favoráveis para a execução da política monetária, e é exemplo disso, a criação de facilidades permanentes de cedência e absorção de liquidez e a emissão de títulos próprios. A 31 de Dezembro de 2010, as responsabilidades para com as facilidades de absorção de liquidez atingem 3.500.000 milhares de escudos, enquanto as relativas aos Títulos de Intervenção e de Regularização Monetária ascendem a 747.818 e 2.618.012 milhares de escudos, respectivamente.

Por seu turno, as “Notas e moedas em circulação” no valor de 9.844.217 milhares de escudos acusam um aumento de 3,70% face a 2009 espelhando a emissão de moedas de 250\$

e os efeitos retardados das emissões de 2009, não obstante uma maior bancarização da economia e a massificação do uso de meios electrónicos de pagamentos.

Os Capitais próprios cifram-se nos 73.196 milhares de escudos, que comparados aos 329.289 milhares de escudos de 2009, e reflectem o decréscimo de 93,12% das reservas e a deterioração do resultado de exercício de 2010.

Com efeito, as reservas ascendem a 21.633 milhares de escudos contra os 314.552 milhares de escudos de 2009 espelhando a adequação ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda e o efeito da amortização da dívida pública, enquanto o resultado líquido do exercício, no valor de 4.520 milhares de escudos positivos, acusa um decréscimo de 98,92%, cerca de 412.530 milhares de escudos abaixo do montante alcançado em 2009, reflectindo a reavaliação desfavorável dos activos financeiros detidos para negociação e o agravamento dos custos administrativos.

O resultado realizado cifra-se nos 155.275 milhares de escudos negativos contra os 6.119 milhares de escudos negativos de 2009 e repercute, por um lado, a queda significativa do resultado realizado em operações financeiras num contexto internacional adverso e, por outro, os aumentos de 32,78% dos custos com fornecimento e serviços de terceiros relacionados, essencialmente, com a contratação de serviços de consultoria e serviços especializados e de 4,58% dos custos com pessoal associados à política de progressão e promoção na carreira, ao reforço do quadro de pessoal e à actualização salarial.

Por sua vez, o resultado não realizado atinge 159.795 milhares de escudos positivos face aos 423.169 milhares de escudos positivos de 2009. Esta variação negativa retrata a deterioração do resultado não realizado em operações financeiras associada à evolução menos favorável do mercado obrigacionista, pese embora o aumento significativo do resultado de reavaliação cambial aliado à apreciação nominal da divisa norte-americana.

Espelhando o resultado económico do Banco de Cabo Verde de modo a proporcionar maior transparência aos resultados, o rendimento integral de 2010 cifra-se nos 26.153 milhares de escudos positivos contra os 731.602 milhares de escudos positivos de 2009 e evidência os ganhos e perdas reconhecidos directamente no capital próprio.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

em milhares de escudos

Rubricas	Nota	Activo Bruto	Imparidades e amortizações	Activo líquido 31-12-2010	Activo líquido 31-12-2009	Variação	
						Absoluta	%
ACTIVO							
Activos sobre o Exterior		33.600.995	0	33.600.995	31.384.580	2.216.415	7,06%
Disponibilidades e aplicações	3	20.395.903		20.395.903	18.790.511	1.605.393	8,54%
Títulos estrangeiros	4	11.177.550	0	11.177.550	10.458.835	718.715	6,87%
Activos financeiros detidos para negociação		11.177.550		11.177.550	10.458.835	718.715	6,87%
Activos sobre Organismos Internacionais	5	2.027.542	0	2.027.542	2.135.235	(107.693)	-5,04%
Activos sobre Organismos Internacionais ME		938.722	0	938.722	1.057.922	(119.200)	-11,27%
Activos sobre Organismos Internacionais MN		1.088.820	0	1.088.820	1.077.312	11.507	1,07%
Activos sobre Residentes		8.629.938	0	8.629.938	9.457.198	(827.260)	-8,75%
Crédito e outros valores a receber		620.582	0	620.582	810.267	(189.685)	-23,41%
Crédito a Instituições Financeiras		0		0	250.080	(250.080)	-100,00%
Crédito ao Estado	6	98.541		98.541	98.541	0	0,00%
Crédito a outras entidades	7	522.041	0	522.041	461.646	60.395	13,08%
Titulos nacionais	8	7.869.506	0	7.869.506	8.508.093	(638.588)	-7,51%
Activos financeiros disponíveis para venda		7.869.506	0	7.869.506	8.508.093	(638.588)	-7,51%
Investimentos em Associadas	9	139.850		139.850	138.838	1.012	0,73%
Outros activos		1.130.038	(558.516)	571.523	518.157	53.366	10,30%
Medalhística/Numismática	10	107.954		107.954	110.911	(2.957)	-2,67%
Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis	11	894.728	(558.516)	336.212	270.108	66.104	24,47%
Outros	12	127.356	0	127.356	137.137	(9.781)	-7,13%
TOTAL ACTIVO		43.360.971	(558.516)	42.802.456	41.359.935	1.442.521	3,49%

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

em milhares de escudos

Rubricas	Nota	31-12-2010	31-12-2009	Variação	
				Absoluta	%
PASSIVO					
Notas e Moedas em Circulação	13	(9.884.217)	(9.531.472)	(352.745)	3,70%
Responsabilidades sobre o Exterior	14	(3.552.600)	(3.471.372)	(81.228)	2,34%
Responsabilidades sobre o exterior em ME		(1.883.621)	(1.954.266)	70.645	-3,61%
Responsabilidades sobre o exterior em MN		(1.668.979)	(1.517.106)	(151.873)	10,01%
Responsabilidades sobre Residentes		(26.244.889)	(24.998.655)	(1.246.234)	4,99%
Responsabilidades sobre residentes em ME		(1.013.792)	(478.707)	(535.085)	111,78%
Responsabilidades para com Instituições Financeiras	15	(1.333)	(1.160)	(172)	14,84%
Responsabilidades para com o Estado	16	(1.012.459)	(477.547)	(534.912)	112,01%
Responsabilidades internas em MN		(25.231.097)	(24.519.947)	(711.149)	2,90%
Responsabilidades para com Instituições Financeiras	15	(19.092.561)	(19.925.621)	833.060	-4,18%
Responsabilidades para com o Estado	16	(6.138.536)	(4.594.326)	(1.544.210)	33,61%
Responsabilidades para com pensões e outros benefícios	17	(2.638.855)	(2.576.172)	(62.683)	2,43%
Outros passivos	18	(408.699)	(452.975)	44.276	-9,77%
TOTAL PASSIVO		(42.729.260)	(41.030.646)	(1.698.614)	4,14%
CAPITAIS PRÓPRIOS		(73.196)	(329.289)	256.093	-77,77%
Capital	19	(200.000)	(200.000)	0	0,00%
Reservas	19	(21.633)	(314.552)	292.919	-93,12%
Resultados Transitados	19	152.958	602.313	(449.356)	-74,60%
Resultado do Exercício	30.1	(4.520)	(417.050)	412.530	-98,92%
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		(42.802.456)	(41.359.935)	(1.442.521)	3,49%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2010

em milhares de escudos

Rubricas	Nota	31-12-2010	31-12-2009	Variação	
				Absoluta	%
Juros e proveitos equiparados		(588.624)	(688.136)	99.512	-14,46%
Juros e custos equiparados		158.898	297.322	-138.424	-46,56%
Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados	20	(429.725)	(390.814)	(38.912)	9,96%
Resultado realizado em operações cambiais		(44.897)	(6.567)	(38.330)	583,70%
Ganhos em operações financeiras		(133.142)	(685.774)		
Perdas em operações financeiras		317.372	79.759	237.613	297,92%
Resultado líquido em operações financeiras	21	139.333	(612.582)	751.915	-122,75%
Comissões recebidas		(891)	(579)	(311)	53,72%
Comissões pagas		39.211	35.611	3.600	10,11%
Resultado líquido de comissões	22	38.320	35.031	3.289	9,39%
Rendimentos de instrumentos de capital	23	(174.294)	(187.197)	12.904	-6,89%
Resultados em empresas associadas	24	(13.603)	(24.553)	10.951	-44,60%
Resultados de reavaliação cambial	25	(315.643)	39.139	(354.782)	-906,46%
Outros resultados de exploração	26	(24.527)	(24.180)	(346)	1,43%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS LÍQUIDO		(780.138)	(1.165.156)	385.018	-33,04%
Custos com pessoal	27	573.039	547.927	25.112	4,58%
Fornecimento e serviços de terceiros	28	157.108	118.323	38.786	32,78%
Depreciações e amortizações	11	44.478	45.384	(905)	-1,99%
Total de custos administrativos		774.626	711.633	62.993	8,85%
Custos com emissão e destruição de notas e moedas	29	991	36.473	(35.481)	-97,28%
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS LÍQUIDO		775.617	748.106	27.511	3,68%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.1	(4.520)	(417.050)	412.530	-98,92%
Realizado		155.275	6.119	149.156	2437,59%
Não realizado		(159.795)	(423.169)	263.374	-62,24%

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL 2010

em milhares de escudos

Rubricas	Notas	31-12-2010	31-12-2009	Variação	
				Absoluta	%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.1	(4.520)	(417.050)	412.530	-98,92%
Itens Reconhecidos Directamente na Demonstração do Rendimento Integral		(21.633)	(314.552)	292.919	-93,12%
Ganhos/perdas reconhecidos nas Reservas de Reavaliação		(21.633)	(314.552)	292.919	-93,12%
Participação em Organismos Internacionais		(36.204)	(25.754)	(10.450)	40,58%
Activos Disponíveis para Venda		14.571	(288.798)	303.369	-105,05%
Instrumentos monetários		105.061	(175.063)	280.125	-160,01%
Instrumentos não monetários		(90.490)	(113.735)	23.244	-20,44%
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	30.2	(26.153)	(731.602)	705.449	-96,43%

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DE OPERAÇÕES EM ME 2010

em milhares de escudos

	Nota	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais		(1.160.176)	1.241.600
Recebimento de juros e comissões		408.890	574.485
. Depósitos		85.503	176.182
. Títulos		320.626	397.781
. Outros		2.760	522
Pagamento de juros e comissões		(79.504)	(109.212)
Compra/venda de títulos		(894.754)	919.268
Compra/venda de moeda estrangeira		(8.295.179)	(7.217.645)
Aplicação/reembolso de depósito a prazo		(2.429.136)	1.582.866
Pagamento/recebimentos por conta do Tesouro		5.397.692	3.224.926
Outros pagamentos/recebimentos		4.727.416	2.226.688
Organismos Financeiros Internacionais		4.397	40.223
Fluxos de caixa das actividades de investimento		(87.600)	(7.493)
Compra de activos fixos tangíveis e intangíveis		(87.600)	(7.493)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		(189.073)	912.142
Pagamento de empréstimos		(189.073)	(119.023)
Alocação de SDR			1.031.165
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		121.060	(21.892)
Fluxo de caixa		(1.315.789)	2.124.356
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(1.315.789)	2.124.356
Caixa e equivalentes em 1 de Janeiro de 2010		4.614.442	2.490.086
Caixa e equivalentes em 31 de Dezembro de 2010	31	3.298.653	4.614.442

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Valores expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - CVE)

NOTA 1 – NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Cabo Verde (BCV ou Banco) foi criado pela decisão com força de Lei n.º 13/76 de 26 de Junho, publicada no Boletim Oficial n.º 26, de 27 de Junho de 1976. A Lei Orgânica do Banco foi posteriormente revogada sucessivamente pelos Decreto-lei n.º 52-D/90 de 4 de Julho e n.º 42/93 de 16 de Julho, pela Lei n.º 2/V/96 de 1 de Julho e, finalmente, pela Lei n.º 10/VI/2002 de 15 de Julho. Segundo esta última, o BCV é uma pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Até 31 de Agosto de 1993, o Banco exerceu as funções de banco central, comercial e de desenvolvimento. Naquela data, através de um processo de cisão, foram destacadas do Banco as vertentes comercial e de desenvolvimento, as quais deram origem ao Banco Comercial do Atlântico, SARL, tendo sido atribuído ao Banco de Cabo Verde, exclusivamente, as funções de banco central.

O Banco tem sede na cidade da Praia, Ilha de Santiago, podendo ter agências noutras localidades e estabelecer delegações no estrangeiro.

As atribuições do Banco de Cabo Verde são as de banco central da República de Cabo Verde, devendo, nessa qualidade, assegurar e regular a criação, a circulação e o valor da moeda nacional. Enquanto banco central, o BCV tem como atribuição principal a manutenção da estabilidade dos preços e, como objectivo secundário promover, no país, a liquidez, a solvência e o funcionamento adequado de um sistema financeiro assente na estabilidade do mercado e nunca de forma incompatível com o seu objectivo principal. O Banco deve ainda (i) colaborar na execução da política económica global do Governo, para além de colaborar na definição da política monetária e cambial, tendo em vista a manutenção da estabilidade dos preços; (ii) executar, de forma autónoma, a política monetária e cambial; e (iii) deter e gerir as reservas de câmbio oficiais e agir como intermediário nas relações internacionais do Estado.

O BCV detém o exclusivo da emissão de notas e moedas, incluindo as comemorativas e desempenha as funções de conselheiro financeiro do Governo.

No exercício das suas funções no que respeita à execução da política monetária e cambial, compete ao BCV orientar e supervisionar os mercados monetário, financeiro e cambial, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- Regular o funcionamento dos mercados monetários, financeiro e cambial;
- Emitir, se necessário, normas temporárias de emergência que regulem o volume de crédito e as taxas de juro de operações bancárias de natureza comercial;
- Exigir que as instituições de crédito mantenham depósitos junto do Banco, em montantes mínimos estabelecidos e relacionados com a dimensão, tipo ou maturidade dos depósitos respectivos, empréstimos e outras responsabilidades;
- Exercer a supervisão das instituições de crédito e parabancárias;

- Exercer a supervisão da actividade seguradora, resseguradora, mediação de seguros e fundos de pensões, de actividades conexas ou complementares daquelas, bem como de outras que a lei determinar.

De acordo com o estabelecido no artigo n.º 64 da Lei Orgânica, o Banco está isento de todas as contribuições, impostos, taxas, emolumentos e demais imposições, nos mesmos termos que o Estado, não estando sujeito à fiscalização preventiva do Tribunal de Contas.

Conforme estabelecido no artigo n.º 58 da Lei Orgânica, estas demonstrações financeiras foram aprovadas em /Março/2011 e encontram-se publicadas no site do BCV (www.bcv.cv).

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Cabo Verde (PCBCV). As bases para a preparação das demonstrações financeiras contempladas no actual PCBCV assentam nas orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos activos e passivos, baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

De salientar que, devido a insuficiências de informação, não foi ainda possível aplicar as orientações técnicas explicitadas no IAS 19 – Benefícios aos empregados, no que respeita às responsabilidades com pensões e outros benefícios.

Embora o PCBCV não contemple regras específicas sobre as divulgações a efectuar no anexo ao balanço e à demonstração de resultados, o Conselho de Administração, ao reportar a situação financeira do Banco, os seus resultados e operações, segue os princípios e práticas internacionalmente aceites para o sector financeiro, na extensão em que tais práticas sejam consideradas apropriadas no contexto das funções e responsabilidades de um banco central. Assim, as demonstrações financeiras do Banco podem apresentar um menor detalhe sobre os seus activos, passivos, responsabilidades, contingências e riscos que as das instituições financeiras comerciais.

Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2010 são os seguintes:

Especialização do Exercício

O Banco segue o princípio contabilístico da especialização do exercício em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas que são registadas à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Conversão de Activos, Passivos e Resultados Denominados em Moeda Estrangeira

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o escudo cabo-verdiano.

Os activos e passivos do Banco em moeda estrangeira são convertidos para escudos cabo-verdianos com base nas taxas de câmbio médio em vigor na data das demonstrações financeiras.

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
EUR	110,265	110,265
USD	83,031	76,904
CHF	88,389	74,113
DKK	14,792	14,818
GBP	128,186	121,975
SEK	12,234	10,710
NOK	14,102	13,250
XOF	0,168	0,168
CNY	12,537	11,263
SDR	127,871	120,562

Por sua vez os custos e proveitos em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio em vigor à data de liquidação das operações.

O Direito de Saque Especial (SDR) é a unidade contabilística utilizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Operações em Moeda Estrangeira e Apuramento de Resultado Cambial

O apuramento de ganhos ou perdas cambiais de operações realizadas em moeda estrangeira é efectuado diariamente e por referência ao custo médio ponderado (CMP). De acordo com este método, o câmbio médio ponderado de cada divisa é apenas alterado pelos movimentos de entradas de divisas em moeda estrangeira.

Nos termos da NAP 02/2007, o resultado cambial é calculado com base nos seguintes princípios:

- No caso de ocorrer, durante um dia, um volume superior de saídas de moeda do que de entradas de moeda, então as saídas de moeda do dia até ao equivalente das entradas de moeda do dia são valorizadas ao custo médio das entradas de moeda do dia. As restantes saídas de moeda do dia (saídas líquidas) são valorizadas ao custo médio ponderado do dia anterior;
- No caso de ocorrer, durante um dia, um volume superior de entradas de moeda do que de saídas de moeda, então a totalidade das saídas de moeda do dia são valorizadas ao custo médio das entradas do dia. As restantes entradas de moeda do dia afectam o custo médio ponderado do dia anterior ao custo médio das entradas.

O Banco apenas realiza operações cambiais à vista, sendo estas registadas contabilisticamente na data de liquidação das operações. As compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de escudos cabo-verdianos são registadas à taxa de câmbio da transacção. No caso de compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de outra moeda

estrangeira, são registadas em escudos cabo-verdianos pelo contravalor em escudos cabo-verdianos da moeda vendida na data de contrato à taxa de câmbio oficial ("spot").

Os ganhos e as perdas provenientes de alterações na taxa de câmbio são levados às contas de resultados de modo a se cumprir com o disposto na IAS 21 - Efeitos de alteração em taxas de câmbio, com excepção dos ganhos e perdas não realizados de instrumentos não monetários de activos financeiros disponíveis para venda que são reconhecidos em reservas.

Reconhecimento de Ganhos e Perdas em Activos e Passivos

De acordo com as IFRS, os ganhos e perdas provenientes da variação do justo valor são levados às contas de resultados com excepção dos activos classificados como disponíveis para venda cujos juros são apropriados em resultados, enquanto a variação de preços e de câmbio é reconhecida em reservas de reavaliação.

Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está em imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio deve ser removida e reconhecida em resultados do exercício ainda que o activo financeiro não tenha sido desreconhecido. Na alienação desses activos, os ganhos ou perdas também são transferidos para a conta de resultados.

Activos Financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos na data da negociação (trade date) ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir o activo e são desreconhecidos quando:

- Expiram os direitos contratuais do Banco de receber os seus fluxos de caixa;
- O Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detecção; ou
- Não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detecção, tenha transferido o controlo sobre os activos.

Os activos financeiros são registados ao preço de transacção e contabilizados nas contas ao clean price (preço de transacção excluindo quaisquer abatimentos ou juros corridos mas incluindo os custos de transacção inerentes ao preço).

As comissões de custódia e de gestão de conta corrente e outros custos indirectos não são considerados custos de transacção, sendo inscritos na conta de resultados. Também não são considerados como parte integrante do custo médio de determinado activo financeiro.

A classificação dos activos financeiros depende da intenção subjacente à aquisição do investimento e é definida no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados

Esta categoria inclui (i) activos financeiros detidos para negociação e (ii) activos financeiros ao justo valor através de resultados - activos designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor.

Activos financeiros de negociação são títulos transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou compra no curto prazo.

Os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

O Banco não tem instrumentos financeiros derivados.

A carteira de títulos estrangeiros é tratada de acordo com o previsto nesta categoria de activos.

Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos monetários e não monetários, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos detidos até à maturidade ou crédito e outros valores a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em reservas de reavaliação, até que os activos sejam desreconhecidos, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas são transferidos para resultados.

Nesta categoria de activos estão classificados os títulos nacionais e as participações financeiras em Organismos Internacionais.

Investimentos Detidos até à Maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade definida, que uma entidade tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Os investimentos detidos até maturidade são mensurados ao custo amortizado, isto é, deduzidos de prémios ou adicionados de descontos, deduzidos de perdas por imparidade. Os prémios ou descontos são tratados como juros, sendo amortizados à taxa efectiva até à maturidade desses títulos.

Créditos e Outros Valores a Receber

Estes activos são mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa efectiva, sendo deduzidos de perdas de imparidade.

O custo amortizado é a quantia pela qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

O método da taxa efectiva é o método de calcular o custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e de imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Participações Financeiras

As participações financeiras são classificadas como disponíveis para venda, o que implica o seu reconhecimento ao justo valor, com as variações do mesmo, incluindo as variações cambiais, a serem reconhecidas na reserva de reavaliação do justo valor.

Na valorização das participações do Banco, dada a ausência de cotação e de modelos de valorização, utilizou-se o Método de Equivalência Patrimonial na determinação da estimativa do justo valor das participações, com recurso ao relatório e contas das participadas. Entende-se pelo método de equivalência patrimonial o método contabilístico em que um investimento é inicialmente reconhecido ao custo e ajustado posteriormente pela percentagem detida nos capitais próprios da participada. Os resultados do investidor incluem a sua participação proporcional nos resultados da participada.

Os dividendos são reconhecidos na data em que são recebidos.

Imparidade

O Banco avalia com regularidade se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos. Para activos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação e, (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser estimado com razoabilidade.

Considera-se indicador de imparidade quando o decréscimo for superior a 20% ou quando este perdurar por um período prolongado (superior a 6 meses).

No que se refere aos investimentos detidos até maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso os activos tenham uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual determinada com base nas regras de cada contrato. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminuir e esta diminuição estiver objectivamente relacionada com

o evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecido em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminuir, a perda por imparidade anteriormente reconhecida de instrumentos monetários é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com o evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos não monetários não podem ser revertidas.

Para activos categorizados como créditos e saldos a receber, as perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados do exercício, caso num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Investimento em Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Banco detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Banco exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial desde o momento em que o Banco adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Banco iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Banco tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Activos Intangíveis e Activos Fixos Tangíveis

Os activos intangíveis e fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, com excepção dos equipamentos e mobiliário, transitados para o Banco de Cabo Verde aquando do processo de cisão em 1993, tendo sido avaliados nessa altura.

O custo de aquisição corresponde ao preço de compra acrescido de eventuais gastos suportados, directa ou indirectamente, na colocação do bem no local do destino.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas em base duodecimal segundo o método de quotas constantes, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais. Com excepção das alterações às taxas de amortização definidas na Circular Interna (CI) n.º 96/93, de 27 de Maio de 1993 (decorrentes do processo de separação do Banco Comercial do Atlântico) para bens reavaliados, veículos ligeiros/pesados-mistos e equipamentos informáticos, a legislação aplicável no que respeita às taxas de amortização, está contemplada na Portaria n.º 3/84 de 28 de Janeiro e na NAP 4/89. Considera-se que estas taxas não diferem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Anos</u>
Imóveis	25
Obras em imóveis	25
Equipamento informático e de escritório	4 a 5
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	5

Os terrenos e património artístico não são amortizados.

Na ausência de uma avaliação, o valor dos terrenos foi calculado com base na estimativa fiscal, correspondente a 25% do total do valor dos edifícios ao serviço próprio.

O activo intangível do Banco é composto essencialmente por despesas com a aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estas imobilizações são amortizadas no período de 3 anos pelo método das quotas constantes.

O imobilizado em curso encontra-se registado pelo valor total dos custos já incorridos pelo Banco cuja transferência para o imobilizado firme é efectuada quando o bem estiver disponível, iniciando a sua amortização.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, é estimado o valor de recuperação do activo, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido do activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é o mais elevado entre o valor de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Locação Financeira

A locação é classificada como financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade, caso contrário é considerado como operacional.

Como Locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido. O reconhecimento dos juros é feito com base numa taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Como Locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo/passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e, (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

À data de referência, o Banco detinha dois apartamentos cujos contratos configuram uma locação financeira.

Medalhística e Numismática

Os activos referentes a medalhística e numismática são reconhecidos segundo os seguintes critérios:

Normal

Inclui nesta categoria todos os materiais numismáticos (notas e moedas com curso legal, estojos com moedas em ouro, prata, medalhas, álbuns com moedas corrente, medalhas em prata e bronze) adquiridos pelo BCV junto de determinados fabricantes, que se destinam à comercialização junto de coleccionadores tanto dentro como fora do país.

Especial

Agrega alguns materiais numismáticos recebidos em doação ou ofertados pelo fabricante ao BCV:

- Placas acrílicas com algumas notas do BCV incorporadas;
- Notas e moedas retiradas de circulação que se encontram completamente amortizadas (notas do Banco Nacional Ultramarino, as 1^{as} emissões de notas e moedas do BCV);
- Espécimes de notas do BCV oferecidas pelo fabricante no momento da produção das mesmas.

Acervo

Espelha amostras ou exemplares de todos os materiais numismáticos incluindo notas e moedas para o futuro museu do Banco. A valorização contabilística destas moedas segue a mesma lógica aplicada nas duas divisões anteriores, dependendo do tipo do qual foi originada. Ou seja:

- Materiais numismáticos ao preço de custo;
- Notas e moedas correntes ao valor facial;
- Numismática especial (produtos ofertados), ao preço estipulado superiormente.

Responsabilidades com Pensões de Reforma e outros Benefícios

O Banco assegura o pagamento de pensões de reforma e de sobrevivência aos trabalhadores que tenham entrado no Banco até 31 de Dezembro de 1993 e comparticipa nas despesas de tratamento no exterior dos trabalhadores abrangidos por este plano. Estas responsabilidades estão expressas numa provisão registado no Passivo que é anualmente reforçada, conforme se mostrar apropriado nas circunstâncias.

Os empregados do Banco admitidos após 1 de Janeiro de 1994 encontram-se abrangidos pelo Regime de Previdência Social (plano de contribuição definida).

Prémios de Antiguidade

Em conformidade com a Norma Aplicação Permanente (NAP) nº12/2005, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores no activo, quando estes completarem 10, 20 e 30 anos ao serviço da instituição, um prémio de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios. Estas responsabilidades estão expressas numa provisão registado no Passivo que é anualmente reforçada, conforme se mostrar apropriado nas circunstâncias.

Despesas com Fabrico de Notas e Moedas

As despesas com emissão de notas e moedas são reconhecidas como custo quando são liquidadas ao fornecedor.

Notas e Moedas em Circulação

O valor de notas e moedas em circulação corresponde à diferença entre os montantes de notas e moedas emitidas, as existências em caixa no Banco de Cabo Verde e as notas e moedas em trânsito.

As moedas retiradas de circulação, enquanto responsabilidade do Banco perante os detentores das mesmas, são registadas numa conta de Exigibilidades diversas, até que sejam atingidos os respectivos prazos de prescrição.

Reservas

De acordo com o n.º3 do artigo 57º da Lei Orgânica o Banco deverá constituir uma Reserva Geral, à qual afectará no final de cada exercício financeiro: (i) um quarto do

resultado líquido, quando a Reserva Geral não exceder o capital mínimo realizado ou (ii) um sexto do resultado líquido quando a Reserva Geral exceder o capital mínimo e não exceder quatro vezes o seu capital realizado.

Caso o Banco incorra em prejuízo num qualquer exercício, o mesmo deve ser imputado à Reserva Geral e se esta for inadequada para cobrir o montante total do prejuízo, o saldo do prejuízo deverá ser levado para a conta de resultados transitados, a qual deverá ser coberta pelo Governo, num prazo máximo de 60 dias, através da entrega de fundos, títulos negociáveis datados e nos termos, condições e câmbios determinados pelo mercado de montante ou montantes necessários para corrigir o défice.

Metodologia de avaliação

ACTIVO	Metodologia de avaliação/fonte de informação
<p>Ouro</p> <p>Activos sobre exterior</p> <p>Disponibilidades e aplicações</p> <p>Títulos</p> <p>Activos financeiros detidos para negociação</p> <p>Instrumentos derivados com justo valor positivo</p> <p>Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados</p> <p>Activos financeiros disponíveis para venda</p> <p>Investimentos detidos até maturidade</p> <p>Activos sobre Organismos Internacionais</p> <p>Direitos de Saque Especiais</p> <p>Participação em Org. Internacionais ME</p> <p>Participação no Fundo Monetário Internacional MN</p> <p>Activos sobre residentes</p> <p>Financiamento às instituições financeiras</p> <p>Financiamento ao Estado</p> <p>Crédito a outras entidades</p> <p>Titulos nacionais</p> <p>Activos financeiros disponíveis para venda</p> <p>Medalhística/Numismática</p> <p>Investimentos em associadas</p> <p>Activos intangíveis e activos fixos tangíveis</p> <p>Outros activos</p>	<p>Valor de mercado - as IFRS não determinam regras específicas, mas uma grande parte dos bancos centrais têm vindo a seguir esta metodologia de mensuração relativamente ao ouro.</p> <p>Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do periodo</p> <p>Justo valor - Banco Central do Luxemburgo</p> <p>Justo valor</p> <p>Justo valor</p> <p>Justo valor, deduzido de eventuais perdas de imparidade</p> <p>Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade</p> <p>Valor nominal, convertido à taxa de câmbio de mercado</p> <p><i>Equity method (dada a ausência de melhor estimativa de justo valor)</i></p> <p><i>Equity method (dada a ausência de melhor estimativa de justo valor)</i></p> <p>Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade</p> <p>Custo amortizado</p> <p>Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade</p> <p>Justo valor, deduzido de eventuais perdas de imparidade - CVDTF</p> <p>Valor nominal - as IFRS não determinam regras específicas</p> <p><i>Equity method</i>, deduzido de eventuais perdas de imparidade - SISP</p> <p>Custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização e de eventuais perdas de imparidade</p> <p>Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade</p>

PASSIVO	Metodologia de avaliação/fonte de informação
Notas e moedas em circulação	Valor nominal
Responsabilidades para com o exterior	
Responsabilidades para com o exterior ME	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio de mercado
Responsabilidades para com o exterior MN	Valor nominal
Responsabilidades para com residentes	
Responsabilidades para com residentes ME	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio de mercado
Responsabilidade para com residentes MN	Valor nominal
Responsabilidades para com pensões e outros benefícios	Valor presente das responsabilidades determinadas de acordo com estudo actuarial
Outros passivos	Valor nominal

NOTA 3 – DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

	2010	2009
Disponibilidades		
Depósito a ordem no estrangeiro	2.397.989	3.570.219
Notas e moedas estrangeiras em caixa	39.679	53.561
	<u>2.437.668</u>	<u>3.623.780</u>
Aplicações	17.958.235	15.166.731
	<u>20.395.903</u>	<u>18.790.511</u>

A variação positiva verificada na rubrica “Disponibilidades e aplicações” deve-se, fundamentalmente, aos influxos externos provenientes de desembolsos de Parceiros Estratégicos de Desenvolvimento no âmbito da consolidação de projectos de investimento e o efeito da apreciação nominal do dólar americano, não obstante a cedência de divisas às instituições de crédito, no quadro de execução da política monetária e os pagamentos correntes ao exterior.

A sub-rubrica “Depósitos à ordem no estrangeiro” refere-se, essencialmente, os depósitos junto de Bancos Centrais e Comerciais sedeados na União Europeia e nos Estados Unidos da América, conforme se descreve:

	2010	2009
Depósitos à ordem		
EUR	2.121.515	2.933.144
USD	273.111	633.225
Outros	3.297	3.812
Juros	66	38
	<u>2.397.989</u>	<u>3.570.219</u>

Os saldos destas contas encontram-se actualizados ao câmbio médio das divisas a 31 de Dezembro de 2010.

A sub-rubrica “Aplicações” reflecte depósitos a prazo em instituições financeiras no exterior, conforme o quadro que se segue:

BANCOS	PRAÇA	TAXA	MOEDA	
			EURO	USD
Ing Luxembourg SA	Luxembourg	0,980%	5.000.000,00	
Deutsche Bundesbank	Frankfurt	0,540%	5.000.000,00	
Deutsche Bundesbank	Frankfurt	0,521%	4.000.000,00	
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Sa	Buenos Aires	0,860%	5.000.000,00	
Deutsche Bundesbank	Frankfurt	0,672%	5.000.000,00	
Société Générale	Paris	0,760%	5.000.000,00	
Fortis Bank	Brussels	0,810%	5.000.000,00	
Skandinaviska Viska Enskilda Banken AB London	London	0,850%	5.000.000,00	
Bis	Basel	0,360%	5.000.000,00	
Ing Belgium	Brussels	0,840%	4.000.000,00	
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Sa	Buenos Aires	0,910%	5.000.000,00	
Commerzbank	Frankfurt	0,880%	5.000.000,00	
Credit Agricole	Paris	0,900%	5.000.000,00	
Bis	Basel	0,630%	5.000.000,00	
Bnp Paribas	Paris	0,640%	5.000.000,00	
Deutsche Bundesbank	Frankfurt	0,493%	5.000.000,00	
Banque Et Caisse E. De L'etat	Luxembourg	0,900%	5.000.000,00	
Rabobank	London	0,910%	5.000.000,00	
Banco Santander Totta	Lisboa	1,100%	5.000.000,00	
De Nederlandsche Bank	Amsterdão	0,200%	4.300.000,00	
Banque de France	Paris	0,280%		6.000.000,00
Credit Agricole	Paris	0,370%		5.000.000,00
Svenska Handelsbanken AB Stockholm	Stockholm	0,270%		5.000.000,00
Banque de France	Paris	0,270%		5.000.000,00
Nordea Bank AB Stockholm	Stockholm	0,400%		5.000.000,00
Skandinaviska Viska Enskilda Banken AB London	London	0,300%		5.000.000,00
Den Norske Bank ASA Oslo	Oslo	0,250%		4.000.000,00
Banque Et Caisse E. De L'etat	Luxembourg	0,280%		4.000.000,00
Svenska Handelsbanken AB Stockholm	Stockholm	0,250%		6.000.000,00
Banco Santander Ch	Matrid	0,250%		4.000.000,00
D Z Genossen Bank	Frankfurt	0,450%		5.000.000,00
Danskebank AS	Copenhagen	0,260%		5.000.000,00
Skandinaviska Viska Enskilda Banken AB London	London	0,310%		5.000.000,00
Banque Et Caisse E. De L'etat	Luxembourg	0,230%		5.000.000,00
Banque de France	Paris	0,260%		4.000.000,00
Rabobank	London	0,240%		5.000.000,00
Federal Reserve	New York	0,200%		8.900.000,00
TOTAL			97.300.000,00	86.900.000,00

NOTA 4 – TÍTULOS ESTRANGEIROS

	2010	2009
Activos financeiros detidos para negociação		
De Instituições Financeiras - Obrigações	6.486.155	6.657.585
De Emissores Públicos estrangeiros - Obrigações do Tesouro	4.691.395	3.195.548
De Outros não Residentes - Obrigações	0	605.702
	<u>11.177.550</u>	<u>10.458.835</u>

A gestão da carteira de títulos estrangeiros é efectuada pelo Banco Central do Luxemburgo ao abrigo do acordo celebrado com o Banco de Cabo Verde a 14 de Setembro de 2002, o qual tem vindo a ser sucessivamente actualizado (última adenda data de 2010).

As obrigações da carteira de activos financeiros detidos para negociação são denominadas em euros e vencem juros a taxas que variam entre 0,87% e 5,38% e com prazos de vencimento conforme o quadro que se segue:

Em 31-12-2010

	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
Floating Rate Note		494.981		3.197.145	3.692.126
Bonds	687.707	1.261.129	1.075.088	4.189.653	7.213.576
Zero Bonds			271.847		271.847
Total	687.707	1.756.110	1.346.936	7.386.798	11.177.550

Em 31-12-2009

	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
Floating Rate Note	54.985	781.268	444.120	2.414.172	3.694.545
Bonds		821.599	1.787.174	4.155.517	6.764.290
Zero Bonds					
Total	54.985	1.602.867	2.231.294	6.569.688	10.458.835

O acréscimo registado no período em análise deve-se, essencialmente, à aquisição de títulos.

NOTA 5 – ACTIVOS SOBRE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como se segue:

	2010	2009
Activos sobre Organismos Internacionais MN		
Fundo Monetário Internacional	1.088.820	1.077.312
Activos sobre Organismos Internacionais ME		
Direitos de Saque especiais	861.051	990.701
Afreximbank - Bank Africaine d Export- Import		
Realizado	127.490	113.364
Não realizado	(49.819)	(46.142)
	2.027.542	2.135.235

O activo sobre Organismos Internacionais em moeda nacional traduz o contravalor em CVE da quota de Cabo Verde no FMI, no valor de SDR 9.600.000.

A redução do valor relevado em “Direitos de Saque Especiais” (SDR) refere-se, essencialmente, a amortização do empréstimo FMI, no âmbito do Poverty Reduction and Growth Facility (ver nota 14).

No período, os juros recebidos sobre as disponibilidades junto do FMI ascendem a SDR 20.991, cerca de 2.627 milhares de escudos, tendo as comissões suportadas sobre a atribuição cumulativa e empréstimo atingido os SDR 24.831 correspondente a 3.117 milhares de escudos.

O saldo referente à participação no Afreximbank (0,24%) representa o contravalor em milhares de escudos da participação de USD 1.000.000, à taxa de câmbio em vigor a 31 de Dezembro de 2010. Deste total, USD 400.000 encontram-se realizados. A participação detida não confere direito ao controlo ou influência significativa nas decisões desse organismo, o que determina a sua contabilização de acordo com a IAS 39, como Disponível para Venda.

NOTA 6 – CRÉDITO AO ESTADO

	2010	2009
Crédito ao Estado		
Banco Africano de Desenvolvimento - BAD	88.498	88.498
Banco Mundial - BM	6.695	6.695
Associação Internacional p/ o Desenvolvimento - IDA	3.348	3.348
	<u>98.541</u>	<u>98.541</u>

Esta rubrica reflecte os créditos concedidos ao Estado para subscrição de participações em Organismos Internacionais. Estes créditos não vencem juros e foram concedidos por prazo indeterminado.

NOTA 7 – CRÉDITO A OUTRAS ENTIDADES

	2010	2009
Crédito ao pessoal		
Crédito habitação (i)	361.293	321.074
Outros créditos ao pessoal	148.256	118.016
	<u>509.549</u>	<u>439.090</u>
Outros créditos	12.492	22.556
	<u>522.041</u>	<u>461.646</u>

(i) vencem juros à taxa de que varia entre os 2,5% e 11%

O Banco concede créditos aos seus empregados no activo e reformados a uma taxa inferior às taxas praticadas no mercado, nomeadamente crédito à habitação, ao consumo e por motivos de saúde, conforme regulamento interno. De acordo com as IFRS, os empréstimos concedidos abaixo da taxa de mercado devem ser registados no momento inicial ao justo valor. Por se tratar de um crédito com risco muito baixo considerou-se que o valor nominal do crédito é o justo valor do empréstimo. Desta forma, o reconhecimento ao justo valor não tem impacto em balanço, sendo a diferença entre os juros nominais e os juros calculados de acordo com a taxa efectiva para o exercício em análise reconhecida nos proveitos de juros por contrapartida de “Custos com pessoal”. A taxa efectiva corresponde à média das taxas praticadas pelos bancos comerciais para créditos de baixo risco.

A sub-rubrica “Outros créditos ao pessoal” inclui crédito ao consumo concedido aos funcionários sob forma de adiantamento de vencimentos, no valor de 132.898 milhares de escudos (vencem juros a taxas que variam entre 0% e 7,5%), crédito ao pessoal para finalidades diversas, no montante de 10.667 milhares de escudos e adiantamento por motivos de saúde e cumprimento de obrigações fiscais, nos montantes de 3.775 escudos e 916 milhares de escudos, respectivamente (estes sem qualquer remuneração).

Os créditos para finalidades diversas incluem créditos para aquisição de automóvel que vencem juros à taxa de 2%.

Os créditos à saúde quando não justificados vencem juros à taxa de redesconto em vigor na instituição, que em 2010 ascendeu a 7,5%.

A rubrica “Outros créditos” reflecte o empréstimo concedido ao então Instituto de Fomento à Habitação antes do processo de cisão ocorrido em 1993, no montante de 11.092 milhares de escudos, o qual é reconhecido à taxa efectiva de 11%, sendo amortizado anualmente em prestações constantes de 11.803 milhares de escudos com uma taxa nominal de remuneração de 8,5% e o Leasing Financeiro no valor de 1.400 milhares de escudos referente a dois apartamentos arrendados, em regime de locação financeira, situados em Achada S. António.

NOTA 8 – TÍTULOS NACIONAIS

No valor de 7.869.506 milhares de escudos, esta rubrica acusa um decréscimo de 7,51%, o qual se deve, por um lado, à reavaliação desfavorável do justo valor da carteira com base no método dos Cash Flows descontados à taxa de Swap curve (TCMF's) e à taxa interna de títulos com características idênticas (OT's) e, por outro, ao vencimento da segunda parcela das Obrigações do Tesouro. O saldo desta rubrica decompõe-se em:

	2010	2009
Do Estado de Cabo Verde		
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	4.870.515	4.906.014
Obrigações de Tesouro	2.812.557	3.392.613
Outros	186.434	209.466
De outros residentes	13.880	13.880
Imparidade acumulada	(13.880)	(13.880)
	<u>7.869.506</u>	<u>8.508.093</u>

A sub-rubrica “Títulos Consolidados de Mobilização Financeira” (TCMF) reflecte as unidades de participação no International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund (CVDTF) detidas pelo Banco, criadas ao abrigo da lei n.º 69/V/98, no âmbito do processo da redução do peso da dívida interna e alavancagem da economia cabo-verdiana. Estas unidades de participação são remuneradas à taxa de 90% do resultado líquido do CVDTF, que em 2010 foi de 3,80% (2009:4,07%).

Não obstante o carácter de perpetuidade dos TCMF o Estado obriga-se, ao abrigo do artigo 19º da lei acima referida, a adquirir os TCMF num período máximo de 20 anos, a contar da data de aprovação da lei acima referida.

A sub-rubrica “Obrigações do Tesouro”, no valor nominal de 3.080.000 milhares de escudos (2009: 3.360.000 milhares de escudos) refere-se às diversas obrigações emitidas em Agosto de 1999, pelo Estado de Cabo Verde com o objectivo de liquidar os créditos titulados por Protocolos existentes a 31 de Dezembro de 1998. As diversas emissões detidas em carteira têm vencimento anual a partir de 2009 até 2021, no montante de 280.000 milhares de escudos cada, sendo remuneradas à taxa do rendimento anual do CVDTF, que em 2010 foi de 4,13% (2009: 4,40%). No período, verificou-se a amortização da prestação, no montante de 280.000 milhares de escudos.

A sub-rubrica “Outros” inclui o justo valor do direito de receber 5% do rendimento líquido do CVDTF ao abrigo da Lei 69/98, no valor de 162.382 milhares de escudos e o

montante de 5% do rendimento líquido do CVDTF referente ao exercício de 2010 que ascende a 24.052 milhares de escudos.

Por sua vez, a rubrica “De outros residentes” representa a participação detida pelo Banco na empresa SOCAPESCA, no montante de 13.880 milhares de escudos. Encontra-se em situação de imparidade, dado que a empresa está em fase de liquidação.

NOTA 9 – INVESTIMENTO EM ASSOCIADAS

O saldo desta conta refere-se à participação do Banco em 40% no capital social da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento visando a promoção do desenvolvimento do sistema financeiro e do sistema de pagamentos em particular. Esta participação encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial com base nas informações, ainda não auditadas, enviadas pela SISP.

NOTA 10 – MEDALHÍSTICA E NUMISMÁTICA

O saldo desta conta refere-se às existências de medalhas e moedas comemorativas emitidas pelo Banco de Cabo Verde. O decréscimo registado no exercício face ao ano de 2009 deve-se, essencialmente, à venda no mercado de colecionadores.

NOTA 11 – IMOBILIZADO

No período o movimento desta rubrica apresenta-se como se segue:

Em 31-12-2010

	Software	Imóveis	Equipamentos	Património artístico	TOTAL
Saldo em 31-12-2009	19.416	163.012	83.056	4.624	270.108
Custo de aquisição	61.950	369.280	353.367	4.624	789.220
Amortização acumulada	(42.534)	(206.268)	(270.310)		(519.112)
Movimentos em 2010	27.620	(5.657)	43.970	171	66.104
Aquisições	34.162	5.530	70.720	171	110.583
Venda/abate			(5.075)		(5.075)
Amortização do exercício	(6.542)	(11.187)	(26.750)		(44.478)
Anulação de amortização			5.075		5.075
Saldo em 31-12-2010	47.036	157.355	127.027	4.795	336.212

Em 31-12-2009

	Software	Imóveis	Equipamentos	Património artístico	TOTAL
Saldo em 31-12-2008	17.131	174.397	84.688	4.624	280.840
Custo de aquisição	51.793	369.478	332.840	4.624	758.735
Amortização acumulada	(34.662)	(195.081)	(248.152)		(477.896)
Movimentos em 2009	2.285	(11.385)	(1.631)	0	(10.731)
Aquisições	10.223		24.807		35.029
Venda/abate/regularizações	(66)	(198)	(4.280)		(4.544)
Amortização do exercício	(7.871)	(11.187)	(26.325)		(45.384)
Anulação de amortização			4.167		4.167
Saldo em 31-12-2009	19.416	163.012	83.056	4.624	270.108

NOTA 12 – OUTROS

	2010	2009
Operações cambiais com a SISP	104.988	124.594
Outros	22.368	12.543
	<u>127.356</u>	<u>137.137</u>

A rubrica “Operações cambiais com a SISP” reflecte o contravalor em CVE da compra antecipada de moeda estrangeira pela SISP, conforme deliberação do Conselho de Administração.

A rubrica “Outros” representa saldos a regularizar provenientes de diversas operações activas, nomeadamente, as receitas a receber da actividade de supervisão, no valor de 12.221 milhares de escudos e as despesas antecipadas com custos administrativos, no valor de 3.998 milhares de escudos. Inclui, ainda, diversas operações activas a regularizar no valor de 4.045 milhares de escudos, bem como o montante de 1.569 milhares de escudos referente a caixa ATM.

NOTA 13 – NOTAS E MOEDAS EM CIRCULAÇÃO

	2010	2009
Notas e moedas emitidas	(15.625.149)	(15.413.173)
Notas em caixa	5.705.370	5.874.919
Moeda metálica em caixa	15.486	6.708
Notas e moedas em trânsito	20.076	74
	<u>(9.884.217)</u>	<u>(9.531.472)</u>

A rubrica “Notas e moedas em circulação” corresponde à diferença entre o valor das notas e moedas emitidas e o valor das notas e moedas existentes na Tesouraria e em trânsito. A variação verificada nas “Notas e moedas em trânsito” deve-se à remessa de notas para efeitos de testes da nova máquina de escolha e desintegração de notas da área de Tesouraria.

A seguir é apresentada a distribuição de notas e moedas por denominações em circulação:

	31-12-2010		31-12-2009	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
NOTAS	7.067.678	9.419.467	6.522.922	9.079.418
200\$00	1.282.314	256.463	1.091.206	218.241
500\$00	638.206	319.103	538.880	269.440
1.000\$00	2.371.521	2.371.521	2.112.273	2.112.273
2.000\$00	2.468.602	4.937.203	2.474.452	4.948.904
5.000\$00	307.036	1.535.178	306.112	1.530.560
MOEDAS	42.802.030	464.750	41.256.798	452.055
1\$00	24.037.932	24.038	23.023.963	23.024
5\$00	6.503.889	32.519	6.283.458	31.417
10\$00	4.911.987	49.120	4.772.840	47.728
20\$00	3.474.674	69.493	3.407.512	68.150
50\$00	2.233.139	111.657	2.166.539	108.327
100\$00	1.570.387	157.039	1.537.272	153.727
200\$00	52.237	10.447	52.229	10.446
250\$00	10.800	2.700	6.000	1.500
1.000\$00	6.486	6.486	6.486	6.486
2.500\$00	500	1.250	500	1.250
TOTAL	49.869.708	9.884.217	47.779.720	9.531.472

NOTA 14 – RESPONSABILIDADES PARA COM O EXTERIOR

	2010	2009
Responsabilidades para com o exterior ME		
Atribuição cumulativa-FMI	(1.172.405)	(1.105.391)
Empréstimo de m/l prazo Org. Internacionais	(711.216)	(848.875)
	<u>(1.883.621)</u>	<u>(1.954.266)</u>
Responsabilidades para com o exterior MN		
Depósitos à Ordem	(1.668.979)	(1.517.106)
	<u>(3.552.600)</u>	<u>(3.471.372)</u>

A sub-rubrica “Atribuição cumulativa – FMI” reflecte a responsabilidade referente à atribuição dos Direitos de Saque Especiais perante o FMI (SDR 9.168.679) decorrente da participação naquele Organismo Internacional. A variação no período deve-se à flutuação cambial.

A sub-rubrica “Empréstimo de m/l prazo Organismos Internacionais” regista o financiamento concedido pelo FMI, no âmbito do Poverty Reduction and Growth Facility, por um período de 10 anos, com 5,5 anos de carência e vence juros à taxa de 0,5% a.a.

Em 2010 apresenta um saldo de SDR 5.562.000 (711.216 milhares de escudos) tendo registado um decréscimo de 16,22% face a 2009, o qual se deve ao efeito da amortização das doze prestações do empréstimo obtido junto do FMI em 2002, no valor de SDR 1.479.000 (188.970 milhares de escudos) tendo suportado juros, no montante de SDR 770, equivalente a 103 milhares de escudos.

A rubrica “Responsabilidades para com exterior MN” representa os depósitos à ordem em moeda nacional de Organismos Internacionais junto do Banco. O acréscimo registado em 2010 deve-se, essencialmente, ao reforço do depósito de CEDEAO, no âmbito do protocolo sobre prélèvement communautaire e à reavaliação da participação do Banco junto do FMI.

NOTA 15 – RESPONSABILIDADES PARA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

	2010	2009
Responsabilidades p/c/ Instituições financeiras MN		
Depósitos à ordem	(12.226.731)	(13.881.777)
Facilidades permanentes de liquidez - absorção	(3.500.000)	(3.100.000)
Operações passivas de política monetária	(3.365.830)	(2.943.844)
Títulos de Intervenção Monetária	(747.818)	(348.743)
Títulos de Regularização Monetária	(2.618.012)	(2.595.101)
	<u>(19.092.561)</u>	<u>(19.925.621)</u>
Responsabilidades p/c/ Instituições financeiras ME		
Depósitos à ordem	(1.333)	(1.160)
	<u>(19.093.894)</u>	<u>(19.926.781)</u>

A sub-rubrica “Depósitos à ordem” traduz os depósitos em CVE constituídos pelas instituições financeiras que servem o duplo objectivo de conta de liquidação e de retenção das disponibilidades mínimas de caixa (DMC), os quais não são remunerados. O regime de

reservas mínimas de caixa visa, essencialmente, a estabilização das taxas de juro do mercado monetário e maior eficiência dos instrumentos de transmissão de política monetária. Constituem base de incidência das DMC as responsabilidades por depósitos e outras responsabilidades para com residentes e não residentes, em moeda nacional e estrangeira, com excepção das com o BCV e com as outras instituições sujeitas a DMC, conforme a Circular Série A, nº 157 de 08-11-2010.

A sub-rubrica “Facilidades permanentes de absorção de liquidez” reflecte depósitos Overnight, os quais são remunerados à taxa de 1,75%, criadas com o objectivo de permitir às instituições participantes o ajustamento de desequilíbrios temporários de tesouraria.

A sub-rubrica “Operações passivas de política monetária” reflecte as aplicações em Títulos de Intervenção Monetária (TIM) com o objectivo de absorver e remunerar os excedentes de liquidez, por um prazo até 1 ano, bem como os Títulos de Regularização Monetária (TRM) de muito curto prazo (até 14 dias), que para além de absorver e remunerar a liquidez excedentária, tem o objectivo de diminuir a volatilidade das taxas de juro no mercado monetário interbancário.

Os TRM e os TIM são remunerados à taxa média de 4,25% e 4,39%, respectivamente.

A sub-rubrica “Depósitos à ordem” releva o contravalor dos depósitos à ordem em moeda estrangeira constituídos pelas instituições financeiras no Banco.

NOTA 16 – RESPONSABILIDADES PARA COM O ESTADO

	2010	2009
Responsabilidades p/c/ o Estado MN		
Tesouro-Conta Caixa	(3.679.635)	(2.343.902)
Tesouro-Conta Investimento	(2.436.719)	(2.228.242)
Tesouro-Fundo de Reg. Dívida Pública Interna	(22.182)	(22.182)
	<u>(6.138.536)</u>	<u>(4.594.326)</u>
Responsabilidades p/c/ o Estado ME		
Tesouro-Conta Investimento	(1.012.129)	(477.241)
Tesouro-Fundo de Reg. Dívida Pública Interna - CVTF	(330)	(306)
	<u>(1.012.459)</u>	<u>(477.547)</u>
	<u>(7.150.995)</u>	<u>(5.071.873)</u>

A rubrica “Responsabilidades p/c/ o Estado MN” reflecte, basicamente, os depósitos à ordem do Estado enquanto caixa do Tesouro (art. 29º da Lei Orgânica do BCV) e os depósitos relativos a Projectos do Tesouro financiados por instituições estrangeiras, os quais não são remunerados.

A rubrica “Responsabilidades p/c/o Estado ME” representa o contravalor de depósitos à ordem em moeda estrangeira de Projectos do Tesouro financiados por instituições estrangeiras, não remunerados, com excepção dos fundos desafios do Millenium Challenge Corporation (MCC) concedidos no âmbito do programa de ajuda financeira e capacitação institucional implementado pelo Estado Norte Americano. Os fundos MCC são

remunerados à taxa de juro da Federal Reserve deduzida de uma margem de 100 pontos base para denominações em USD e à taxa de facilidade de absorção de liquidez praticada pelo Banco de Cabo Verde para os denominados em CVE.

NOTA 17 – RESPONSABILIDADES PARA COM O FUNDO DE PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS

A evolução da provisão para responsabilidades com pensões e outros benefícios no decorrer do exercício resume-se como se segue:

	2010	2009
Responsabilidades para com Fundo de pensões		
Saldo inicial	(2.512.520)	(2.407.429)
Pensões pagos no exercício:		
de reforma	125.314	126.263
de sobrevivência	12.146	10.597
Despesas com tratamento no exterior	16.007	4.459
Reforço no exercício (ver Nota 27)		
A cargo do Banco		
de reforma	(208.328)	(208.684)
de sobrevivência	(20.669)	(18.082)
de tratamento no exterior	(7.132)	(6.941)
Variação reservas para fundo pensões		
A cargo dos trabalhos no activo (*)	(11.317)	(12.704)
	<u>(2.606.499)</u>	<u>(2.512.520)</u>
Responsabilidades para com Prémio de antiguidade		
Saldo Inicial	(32.302)	(32.512)
Prémios pagos no exercício	3.293	2.615
Reforço no exercício (ver Nota 27)	(3.347)	(2.405)
	<u>(32.356)</u>	<u>(32.302)</u>
Outros benefícios		
Saldo Inicial	(31.350)	(31.350)
Variação outros benefícios	31.350	0
	<u>0</u>	<u>(31.350)</u>
	<u>(2.638.855)</u>	<u>(2.576.172)</u>

(*) Trabalhadores admitidos até 31 de Dezembro de 1993

Em 31 de Dezembro de 2010 a provisão para responsabilidades com pensões e outros benefícios ascende a 2.638.855 milhares de escudos, representando um acréscimo de cerca de 62.638 milhares de escudos face a 2009, o qual se deve, essencialmente, ao reforço da provisão correspondente a 1,5 do valor das pensões pagas em 2010.

As Responsabilidades referentes a despesas de tratamento no exterior são comparticipadas pelos trabalhadores no activo¹, reformados e pensionistas em 2% e, pelo Banco, em 3%.

¹ Trabalhadores admitidos até 31 de Dezembro de 1993

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	2010	2009
Exigibilidades diversas	(332.371)	(351.707)
Custo a pagar	(41.686)	(73.001)
Receitas com proveito diferido	(14.958)	(13.070)
Outras contas de regularização passiva	(19.684)	(15.197)
	<u>(408.699)</u>	<u>(452.975)</u>

A rubrica “Exigibilidades diversas” inclui:

- 306.050 milhares de escudos referentes às notas retiradas de circulação cuja responsabilidade do Banco perante os detentores permanece até expirar o respectivo prazo de prescrição de 10 anos, conforme art.º 9º da Lei Orgânica;
- 25.997 milhares de escudos relativos à aplicação de 2% sobre os prémios simples de seguro automóvel obrigatório que serve para cobertura de sinistros (quando o responsável é desconhecido, ou não beneficie de seguro válido ou ainda tenha sido declarado a falência da seguradora), no âmbito do “Fundo de Garantia Automóvel”. O Fundo de Garantia Automóvel integrou-se no Banco de Cabo Verde por imposição do Decreto-lei nº 56/96 de 26 de Dezembro, subsidiariamente pelo Decreto-lei nº 17/2003, não tendo o Banco qualquer responsabilidade para com o Fundo de Garantia Automóvel, para além do valor acima registado; e
- 324 milhares de escudos respeitantes ao abono para falhas concedidos aos funcionários de caixas de tesouraria.

A rubrica “Custos a pagar” inclui a especialização de custos administrativos, no valor de 33.122 milhares de escudos e as comissões a pagar relativas a gestão da carteira pelo Banco Central do Luxemburgo, no valor de 8.563 milhares de escudos.

A rubrica “Receitas com proveitos diferidos” agrega as transferências de valores à guarda registados em contas Extrapatrimoniais para o activo (Numismática). A regularização desta conta é efectuada aquando da venda do material numismático.

A rubrica “Outras contas de regularização passiva” no valor de 19.684 milhares de escudos reflecte diversos valores aguardando a regularização para serem integrados nas respectivas contas destacando-se os juros recebidos a mais de Obrigações do Tesouro, no valor de 9.072 milhares de escudos e as rendas de propriedades no montante de 3.182 milhares de escudos.

NOTA 19 – CAPITAIS PRÓPRIOS

Capital

De acordo com a Lei Orgânica, o capital do Banco, no valor de 200.000 milhares de escudos, foi integralmente subscrito e realizado pelo Estado de Cabo Verde.

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação no valor de 21.633 milhares de escudos acusa uma variação negativa significativa face a 2009 reflectindo a adequação do justo valor da carteira de activos financeiros disponíveis para venda, com base no método dos Cash Flows descontados à taxa de Swap curve (TCMF's) e à taxa interna de títulos com características idênticas (OT's).

Resultado transitado

O montante de 152.958 milhares de escudos reflecte, essencialmente, as alterações de políticas contabilísticas resultantes da convergência para as orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos activos, baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). A variação positiva observada deve-se à incorporação do resultado de exercício de 2009.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Reserva geral		
Saldo em 1 de Janeiro	0	(271.231)
Transf.p/ Resultados Transitados	<u>0</u>	<u>271.231</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>0</u>	<u>0</u>
Reservas de reavaliação		
Saldo em 1 de Janeiro	(314.552)	(647.902)
Variação justo valor ADPV*	<u>292.919</u>	<u>333.350</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>(21.633)</u>	<u>(314.552)</u>
Total Reservas	<u>(21.633)</u>	<u>(314.552)</u>
Resultados transitados		
Saldo em 1 de Janeiro	602.313	845.635
Resultado líquido ano anterior	(417.050)	29.166
Outras variações	(32.305)	(1.257)
Transf. de reservas legal	<u>0</u>	<u>(271.231)</u>
	<u>152.958</u>	<u>602.313</u>

* Activos financeiros disponíveis para venda

O valor de 32.305 milhares de escudos na rubrica “ Outras variações” refere-se, essencialmente, à reversão da provisão reconhecida no passivo associada ao Fundo Social, conforme Deliberação do CA de 13 de Dezembro de 2010.

NOTA 20 – RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS E DE CUSTOS E PROVEITOS EQUIPARADOS

	2010	2009
Juros e proveitos equiparados		
Operações com o exterior		
Títulos Estrangeiros		
Instituições Financeiras - Obrigações	(179.045)	(244.366)
Emissores Públicos estrangeiros - Obrigações do Tesouro	(107.329)	(65.380)
Outros não Residentes - Obrigações	(2.900)	(16.762)
	<u>(289.274)</u>	<u>(326.508)</u>
Depósitos a Prazo	(70.168)	(132.733)
Depósitos à ordem	(18.834)	(4.910)
Outros	(2.627)	(499)
	<u>(380.903)</u>	<u>(464.650)</u>
Operações com residentes		
Títulos nacionais		
Obrigações de Tesouro	(138.768)	(160.160)
Direito a receber dos 5% do CV Trust Fund	(24.163)	(25.625)
	<u>(162.931)</u>	<u>(185.785)</u>
Crédito ao Pessoal		
Crédito habitação	(18.352)	(20.721)
Outros créditos	(7.644)	(7.474)
	<u>(25.996)</u>	<u>(28.195)</u>
Credito às Instituições Financeiras	(16.897)	(6.380)
Crédito a outras entidades	(1.897)	(3.126)
	<u>(207.721)</u>	<u>(223.486)</u>
	<u>(588.624)</u>	<u>(688.136)</u>
Juros e custos equiparados		
Responsabilidades para com o Exterior		
Juros de empréstimo m/l/p Organismos Internacionais	103	4.603
Juros de outros depósitos não residentes	0	169
	<u>103</u>	<u>4.772</u>
Responsabilidades para com Residentes		
Responsabilidades para com Instituições Financeiras		
Título de Regularização Monetária	138.406	132.670
Título de Intervenção Monetária	12.195	145.492
Facilidades permanentes de absorção de liquidez	7.803	13.715
	<u>158.404</u>	<u>291.877</u>
Responsabilidades para com o Estado	391	673
	<u>158.795</u>	<u>292.550</u>
	<u>158.898</u>	<u>297.322</u>
	<u></u>	<u></u>
Resultado líq.de juros e de custos e proveitos equiparados	<u><u>(429.725)</u></u>	<u><u>(390.814)</u></u>

O acréscimo do “Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados” deve-se à diminuição dos custos com a execução da política monetária, pese embora a redução das taxas de juro no mercado internacional com impacto directo nos rendimentos de operações com o exterior.

Em 2010, as taxas médias de emissão dos títulos de operações passivas de política monetária atingem TIM: 4,38% (2009: 5,45%); TRM: 4,25% (2009: 5,25%) e Taxa de absorção de liquidez: 1,75% (2009: 2,75%).

Os “Juros do empréstimo m/l/p Organismos Internacionais” representam os juros pagos ao FMI, no âmbito do Poverty Reduction and Growth Facility, cuja diminuição é explicada pela redução do capital em dívida.

A rubrica “Responsabilidades para com o Estado” espelha os juros pagos ao Millennium Challenge Account² (MCA) e ao Tesouro referente ao stock financeiro. No período acusa uma variação negativa decorrente da redução de taxa de juro das denominações em dólar.

NOTA 21 – RESULTADO LÍQUIDO EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	2010	2009
Resultado realizado em operações cambiais	(44.897)	(6.567)
Ganhos em operações financeiras		
Não realizadas	(130.847)	(471.665)
Realizadas	(1.465)	(212.613)
Ganhos realizados em outros valores activos	(831)	(1.496)
	<u>(133.142)</u>	<u>(685.774)</u>
Perdas em operações financeiras		
Não realizadas	300.297	33.911
Realizadas	17.075	45.848
	<u>317.372</u>	<u>79.759</u>
Resultado líquido em operações financeiras	<u>139.333</u>	<u>(612.582)</u>

A redução do “Resultado líquido em operações financeiras” deve-se à diminuição dos ganhos conjugado com o aumento das perdas em operações financeiras, pese embora a variação positiva do resultado em operações cambiais associado às mais-valias apuradas na efectivação de operações em dólares.

A variação dos ganhos e perdas em operações financeiras fica a dever-se, essencialmente, à reavaliação desfavorável do justo valor dos activos financeiros detidos para negociação.

Os “Ganhos realizados em outros valores activos” reflectem o reconhecimento das mais-valias na venda de material numismático.

² Os fundos do MCA foram concedidos pelo Governo norte-americano e são remunerados à taxa de juro da *Federal Reserve* deduzida de uma margem de 100 pontos base para denominações em USD e à taxa de facilidade de absorção de liquidez praticada pelo Banco de Cabo Verde para os denominados em CVE. A *Fed Funds rate*, em 31 de Dezembro de 2010, situa-se num intervalo de [0 - 0,25%], enquanto a taxa de absorção de liquidez situa-se em 1,75%.

NOTA 22 – RESULTADO LÍQUIDO DE COMISSÕES

	2010	2009
Comissões recebidas		
Transacções de intermediação	(891)	(568)
Transferencias	0	(11)
	<u>(891)</u>	<u>(579)</u>
Comissões pagas		
Gestão de fundo	34.226	33.249
Atribuição cumulativa - FMI	3.117	880
Outras	1.868	1.482
	<u>39.211</u>	<u>35.611</u>
Resultado líquido de comissões	<u>38.320</u>	<u>35.031</u>

As “Transacções de intermediação” reflectem as comissões provenientes de ordens de pagamento do exterior a favor de clientes de instituições de crédito.

A “Gestão de fundo” refere-se à comissão paga no âmbito do contrato de gestão de carteira assinado com o Banco Central do Luxemburgo enquanto as “Outras” reflectem as despesas com os correspondentes.

NOTA 23 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

	2010	2009
Titulos nacionais		
Titulos Consolidados de Mobilização Financeira	(174.294)	(185.681)
Activos sobre Organismos Internacionais	0	(1.516)
	<u>(174.294)</u>	<u>(187.197)</u>

O decréscimo dos “Rendimentos de instrumentos de capital” reflecte a remuneração dos TCMF’s a uma taxa inferior à de 2009 (2010: 3,80%; 2009: 4,07%).

NOTA 24 - RESULTADO EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Reflecte a apropriação do resultado líquido da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento (SISP) na proporção da participação do BCV naquela instituição.

NOTA 25 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

	2010	2009
Ganhos não realizados em operações cambiais		
Ganhos em reservas cambiais	(2.048.689)	(98.232)
Perdas não realizados em operações cambiais		
Perdas em reservas cambiais	1.733.046	137.371
	<u>(315.643)</u>	<u>39.139</u>

A variação verificada deve-se à reavaliação de activos e passivos denominados em dólares ao câmbio médio (2010: 83,031; 2009: 79,289).

NOTA 26 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	2010	2009
Outros proveitos e ganhos de exploração		
Receitas da actividades de Supervisão	(25.313)	(22.771)
Outros proveitos e ganhos operacionais	(6.504)	(11.405)
	<u>(31.817)</u>	<u>(34.176)</u>
Outros custos e perdas de exploração		
Subsídios e Donativos	3.794	5.178
Contribuição p/assistência financeira internacional	2.635	2.917
Outros custos e perdas operacionais	862	1.901
	<u>7.291</u>	<u>9.996</u>
Outros resultados de exploração	<u>(24.527)</u>	<u>(24.180)</u>

Os “Outros proveitos e ganhos operacionais” espelham, basicamente, as receitas provenientes de multas e encargos cobradas por transporte ilegal de valores ao abrigo do Decreto-lei 25/98, no valor 1.594 milhares de escudos e a recuperação de crédito e juros no montante de 2.921 milhares de escudos.

A sub-rubrica “Subsídios e donativos” agrega os apoios concedidos às actividades de carácter cultural e artístico e de promoção social, enquanto a sub-rubrica “Contribuição para assistência financeira internacional” reflecte os custos suportados com a assistência financeira internacional.

Por sua vez, a sub-rubrica “Outros custos e perdas operacionais” representa, particularmente, a constituição de provisão para crédito com imparidade.

NOTA 27 - CUSTOS COM O PESSOAL

	2010	2009
Remunerações		
De empregados	228.990	217.648
De órgãos de gestão e fiscalização	24.340	23.521
	<u>253.330</u>	<u>241.169</u>
Encargos sociais		
Pensões de reforma	208.328	208.684
Assistência médica	23.956	16.640
Pensões de sobrevivência	20.669	18.082
Contribuição para Previdência Pública	14.144	12.042
Contribuição para tratamento no exterior	7.132	6.941
Outros	5.012	3.954
	<u>279.241</u>	<u>266.343</u>
Outros custos com o pessoal	40.468	40.415
	<u>573.039</u>	<u>547.927</u>

Os custos com pessoal acusam um acréscimo de 4,58% face a 2009, o qual se deve à actualização salarial, à política de promoção e progressão na carreira e ao reforço do quadro de pessoal.

Os “Encargos sociais” referem-se a:

- Custos com pensões de reforma e sobrevivência incluem as contribuições facultativas e ordinárias para o Fundo de Pensões nos montantes de 206.198 milhares de escudos (2009: 204.911 milhares de escudos) e 22.799 milhares de escudos (2009: 21.855 milhares de escudos), respectivamente. A contribuição facultativa do Banco corresponde a 1,5 das pensões pagas no exercício e a contribuição ordinária corresponde a 18% das remunerações;
- Encargos com assistência médica e medicamentosa, no valor de 23.956 milhares de escudos (2009: 16.640 milhares de escudos) e o reforço do fundo para tratamento de pessoal no exterior, cujo montante atinge 7.132 milhares de escudos (2009: 6.941 milhares de escudos);
- Encargos para a Previdência Social são comparticipados pelo Banco em 15%;
- Outros encargos sociais incluem contribuição para prémio de antiguidade, no valor de 3.293 milhares de escudos (2009: 2.405 milhares de escudos), abono de família aos empregados do quadro de pessoal do Banco, no valor de 822 milhares de escudos (2009: 926 milhares de escudos), os subsídios de funeral, no montante de 593 milhares de escudos (2009: 324 milhares de escudos) e os custos com seguro de acidentes de trabalho, de 304 milhares de escudos (2009: 300 milhares de escudos).

A rubrica “Outros custos com o pessoal” abarca os custos com formação e valorização do pessoal, no montante de 15.727 milhares de escudos (2009: 14.031 milhares de escudos), custos com actividades de carácter social, no valor de 8.382 milhares de escudos (2009: 7.224 milhares de escudos), 14.496 milhares de escudos (2009: 17.067 milhares de escudos) relativos à bonificação de taxas de juro e 1.783 milhares de escudos (2009: 2.094 milhares de escudos) relacionados com a melhoria das condições de salubridade nos locais de trabalho.

NOTA 28 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

	2010	2009
Fornecimentos de terceiros		
Água e electricidade	13.557	11.798
Material informático	5.626	3.905
Material de consumo corrente	3.309	2.459
Outros	4.731	3.969
	<u>27.223</u>	<u>22.131</u>
Serviços de terceiros		
Comunicações	24.547	22.213
Honorários	19.604	24.194
Serviços especializados	15.847	13.211
Conservação e reparação	14.279	7.244
Deslocações, estadias e representações	12.763	13.261
Seguros	6.297	3.900
Publicidade e edições	4.132	4.887
Outros	32.417	7.282
	<u>129.886</u>	<u>96.192</u>
	<u>157.108</u>	<u>118.323</u>

O saldo de “Honorários” inclui serviços de advogados, no montante de 1.267 milhares de escudos (2009: 1.167 milhares de escudos), os custos com os serviços de auditoria, no valor de 5.398 milhares de escudos (2009: 5.185 milhares de escudos) e os custos relacionados com serviços de consultoria, no montante de 11.626 milhares de escudos (2009:

16.816 milhares de escudos) associados, essencialmente, aos projectos de desenvolvimento do sistema financeiro e assistência jurídica à Auditoria de Mercado de Valores Mobiliários, incluindo revisão de legislação de Mercados de Capitais.

NOTA 29 - CUSTOS COM EMISSÃO E DESTRUIÇÃO DE NOTAS E MOEDAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Custos com destruição de notas	718	687
Custos com emissão de notas e moedas	273	35.786
	<u>991</u>	<u>36.473</u>

NOTA 30 – RESULTADO

Resultado do Exercício

O resultado do exercício ascende a 4.520 milhares de escudos positivos e acusa um decréscimo significativo em relação a 2009, o qual se deve, essencialmente, à deterioração do resultado em operações financeiras e ao agravamento dos custos administrativos de funcionamento.

Rendimento Integral

A Demonstração do Rendimento Integral (DRI) tem como objectivo evidenciar o resultado económico do Banco de modo a proporcionar maior transparência aos resultados. Na DRI são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos directamente no capital próprio cujos itens estão demonstrados na nota 19.

NOTA 31 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na Demonstração de Fluxo de Caixa em moeda estrangeira o item “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreende, para além das notas e moedas em caixa, os depósitos à ordem e as disponibilidades junto do FMI.

NOTA 32 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2010, apresentavam a seguinte discriminação:

	2010	2009
Garantias e avales prestados	(2.500)	(2.500)
Valores recebidos em caução	204.653	204.653
Valores recebidos em depósito	(51.954.439)	(49.585.279)
Crédito abatido ao activo	705.379	0
Outras contas extrapatrimoniais	(66.707.237)	(71.112.435)
Contas de regularização	86.983	87.660

Os “Valores recebidos em caução” dizem respeito aos imóveis hipotecados ao Banco no âmbito dos créditos concedidos antes da separação do Banco Comercial do Atlântico.

A rubrica “Valores recebidos em depósito” inclui: (i) os títulos desmaterializados emitidos pelo Estado de Cabo Verde (OT, BT e TCMF), (ii) as promissórias do Estado a favor de organismos internacionais, e (iii) os títulos de participação no Cabo Verde Development Trust Fund.

O “Crédito abatido ao activo” representa créditos vencidos, totalmente provisionados, dos quais 557.753 milhares de escudos relativos ao crédito de natureza comercial que por força do protocolo assinado aquando da separação da vertente comercial em 1993, ficaram domiciliados no Banco de Cabo Verde e 146.941 milhares de escudos referentes ao crédito concedido sob forma de acordos de pagamentos bilaterais assinados com o Governo de Cuba (linha de crédito) em USD.

A rubrica “Outras contas extrapatrimoniais” inclui 65.916.672 milhares de escudos referente a notas e moedas prontas a emitir, que se encontram nos cofres do Banco.

A rubrica “Contas de Regularização” regista o saldo líquido de valores activos e passivos decorrentes do processo de cisão ocorrido em 1993, onde foram destacadas do Banco, as vertentes comercial e desenvolvimento, que deram origem ao Banco Comercial do Atlântico em 1993. Naquela data, os valores encontravam-se em balanço a aguardar regularização tendo sido decidido pelo Conselho de Administração retirar o saldo líquido dos valores activos e passivos do Balanço, por utilização de uma provisão, tendo sido relevados em extrapatrimoniais, por forma a reflectir os direitos e as responsabilidades inerentes ao BCV.

NOTA 33 – GESTÃO DE RISCO

A definição de políticas, procedimentos e sistemas de gestão de riscos constituem princípios que permitem assegurar a protecção dos activos de uma instituição e a forma como se processa a gestão e controlo de riscos é fundamental para a garantia da fiabilidade da informação financeira.

É da competência exclusiva do Banco de Cabo Verde a definição e implementação da Política Monetária tendente a garantir a estabilidade dos preços e a assegurar a solidez e credibilidade do regime cambial. Particularmente, este último carece de um volume óptimo de reservas cambiais que permitam ao banco garantir a plena convertibilidade do escudo de Cabo Verde.

A gestão das reservas externas pauta-se pelos Princípios da Prudência, da Consciência e da Ética Profissional. Estes princípios servem de orientação à definição de objectivos pretendidos com as reservas externas:

- Preservação do capital
- Liquidez
- Rendibilidade

A avaliação de riscos pelos bancos centrais envolve o equilíbrio de diversos objectivos, desde objectivos de política macroeconómica, tais como a política monetária e cambial, a aspectos microeconómicos, como a definição de benchmarks e a avaliação da gestão. Por outro lado, todo o processo que passa pela avaliação, acompanhamento, controlo

e informação sobre a exposição ao risco é conduzido com a separação total entre aqueles que geram as actividades que originam o risco.

A decisão de como se processa a segregação de funções é da competência da Administração. No Banco de Cabo Verde existe uma repartição clara de responsabilidades entre o Front Office que assume os riscos financeiros, o Back Office responsável pelo processamento de operações e o Middle Office que procede a avaliação e controle de riscos.

O Banco de Cabo Verde possui duas grandes carteiras de instrumentos financeiros com características e políticas de risco diferentes:

- **Instrumentos Financeiros Destinados à Administração de Reservas Externas**

Obedecendo às Normas Orientadoras de Gestão de Reservas (NOGR), instrumento aprovado pelo Conselho de Administração do Banco onde se estabeleceu uma carteira de referência que reflecte os objectivos e preferências, as restrições e limites a serem observados no processo de investimento, a gestão é realizada através da utilização de um conjunto de instrumentos financeiros que melhor se adequam aos objectivos da gestão.

Por outro lado, as reservas externas têm como objectivo garantir o pagamento da dívida externa soberana enquanto caixa do Tesouro, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade da economia a choques externos.

- **Instrumentos Financeiros Destinados à Execução da Política Monetária**

Enquanto autoridade monetária o BCV não está sujeito às limitações decorrentes da gestão de activos e passivos em moeda nacional, no controlo da liquidez do sistema financeiro.

As notas seguintes apresentam os principais riscos financeiros a que a gestão de reservas está exposta e a política de gestão adoptada.

NOTA 33.1 – RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez está relacionado com a impossibilidade ou dificuldade de mobilização de fundos num dado momento, bem como com a profundidade de uma dada emissão que são aferidas pelo volume de negociações ou o spread bid/ask do activo financeiro, sem que haja alteração significativa do preço do instrumento.

- **Instrumentos Financeiros Destinados à Administração de Reservas Externas**

A política de gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que o BCV cumpra todos os compromissos financeiros assumidos. Para o efeito, existe uma política de diversificação de vencimentos e o estabelecimento de limites visando garantir que os instrumentos adquiridos possam ser negociados no mercado, sem provocar movimentos bruscos nos preços dos activos.

A monitorização deste risco é efectuada através da análise à estrutura por prazos dos investimentos, que à data do reporte apresentava a seguinte posição, em euros:

Depósito à vista	33.288.255
Depósito a prazo	151.248.623
Obrigações	101.369.882
Total	285.906.760

- Instrumentos Financeiros Destinados à Execução da Política Monetária**

O quadro que se segue espelha a desagregação por instrumentos e prazos de vencimentos das intervenções da instituição, no âmbito de execução da política monetária.

	Data emissão	Data Vencimento	Valor
TRM	27-12-2010	10-01-2011	1.320.000
	20-12-2010	03-01-2011	1.300.000
TIM	23-12-2010	24-01-2011	750.000
Facilidade de Abs.de Liquidez	31-12-2010	03-01-2011	3.500.000
Total			6.870.000

NOTA 33.2 – RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está associado à possibilidade de incumprimento das obrigações de um dado emitente ou contraparte.

- Instrumentos Financeiros Destinados à Administração de Reservas Externas**

Conforme definido nas NOGR, as operações estão sujeitas a critérios de elegibilidade e limites de exposição. Existem limites por contraparte e para a carteira como um todo, que consideram o montante de recursos que pode ser aplicado em cada instituição, bem como o rating mínimo e o prazo máximo admissíveis.

A avaliação do risco de crédito é, essencialmente, apoiada na classificação das agências de rating.

Os investimentos em títulos devem ser efectuados em activos e instituições com notação em pelo menos uma das seguintes instituições de rating: a Standard & Poor's, a Moody's Investor Services e a Fitch Ratings.

À data do reporte, a carteira de depósitos apresentava a seguinte estrutura por contraparte:

Instituição	Investimento acumulado (EUR)	Limite*	Disponível	Peso
DZ Bank (Frankfurt)	7.530.120	17.502.449	9.972.328	4%
BNP Paribas	10.000.000	17.502.449	7.502.449	6%
BNP Paribas Paris	5.000.000			
BNP Fortis SA NV	5.000.000			
ING Group	9.000.000	17.502.449	8.502.449	5%
ING Luxembourg	5.000.000			
ING Belegium	4.000.000			
BBVA (Madrid)	10.000.000	17.502.449	7.502.449	6%
Credit Agricole (Paris)	8.765.060	17.502.449	8.737.389	5%
BCEE (Luxembourg)	11.777.108	17.502.449	5.725.341	7%
BES (Lisboa)	0	17.502.449	17.502.449	0%
Banco Santander	8.012.048	17.502.449	9.490.401	5%
Banco Santander Madrid	3.012.048			
Banco Santander Totta	5.000.000			
Banco Santander London	0			
Citibank (New York)	2.287.740	17.502.449	15.214.709	1%
Societe General (Paris)	5.000.000	17.502.449	12.502.449	3%
Commerzbank (Frankfurt)	8.765.060	17.502.449	8.737.389	5%
Svenska Handelsbanken (Stockolm)	9.518.072	17.502.449	7.984.377	5%
Denske Bank (Copenhagen)	3.765.060	17.502.449	13.737.389	2%
Den Norske Bank (Oslo)	3.012.048	17.502.449	14.490.401	2%
SEB (London)	7.530.120	17.502.449	9.972.329	4%
Rabobank (London)	8.765.060	17.502.449	8.737.389	5%
Nordea AB (Stockolm)	0	17.502.449	17.502.449	0%
Total Bancos Privados	113.727.499			65%
Deutsche Bundesbank	19.000.000			11%
Banque de France	11.295.181			6%
De Nederlandsche Bank	14.300.000			8%
Bank for International Settlement	10.000.000			6%
Federal Reserve Bank of New York	6.701.807			4%
Total Bancos Central	61.296.988			35%
Total	175.024.487			100%

*Limite em relação ao valor da carteira

A estrutura por rating é a que se segue:

Instituições	País	S&P	Mood's	Fitch
Sociedade General	França	A1	P1	F1+
ING	LUX/BE	A1	P1	F1
BNP Paribas	França	A1+	P1	F1+
Commerzbank	Alemanha	A1	P1	F1+
Rabobank	Reino Unido	A1+	P1	F1+
Svenska Handelsbanken	Suécua	A1+	P1	F1+
Den Norske bank	Noruega	A1	P1	F1
DZ Bank	Alemanha	A1	P1	F1+
Credit Agricole	França	A1+	P1	F1+
Banco Santander	PT/ES/UK	A1+	P1	F1+
BCEE	Luxemburgo	A1+	P1	n.r
danske Bank	Dinamarca	A1	P1	F1+
SEB	Reino Unido	A1	P1	F1
BBVA	Espanha	A1+	P1	F1+
Citibank (NY)	EUA	A1	P1	F1+

n.r - not rated

A 31 de Dezembro de 2010, a carteira de títulos apresentava a seguinte composição:

Tipo de instrumento	Rating	Moeda	Valor Nominal	Cupão	Emissor	Data de Maturidade
BDS>1	AA	EUR	3.000.000	4,25%	REPUBLIKA SLOVENIJA	05-02-2012
BDS>1	AAA	EUR	1.000.000	3,13%	NIBC BANK NV	17-02-2012
BDS>1	A-	EUR	4.000.000	3,90%	TREASURY 3.9% 2012	05-03-2012
BDS>1	AA	EUR	1.000.000	3,25%	BNP PARIBAS	27-03-2012
BDS>1	AA-	EUR	3.000.000	3,50%	CASSA DEPOSITI PRESTITI	24-04-2012
BDS>1	AA	EUR	2.000.000	2,75%	BONOS Y OBLIG DEL ESTADO	30-04-2012
BDS>1	AAA	EUR	2.500.000	5,00%	REPUBLIC OF AUSTRIA	15-07-2012
BDS>1	AAA	EUR	3.000.000	4,63%	BK NEDERLANDSE GEMEENTEN	13-09-2012
BDS>1	AAA	EUR	3.000.000	4,25%	FINNISH GOVERNMENT	15-09-2012
BDS>1	AA	EUR	3.000.000	5,25%	AUST & NZ BANKING GROUP	20-05-2013
BDS>1	AAA	EUR	3.000.000	1,25%	KFW	17-06-2013
BDS>1	AAA	EUR	5.000.000	3,63%	EUROPEAN INVESTMENT BANK	15-10-2013
BDS>1	AAA	EUR	2.500.000	5,00%	CSSE DE REF DE L'HABITAT	25-10-2013
BDS<1	AAA	EUR	4.000.000	3,88%	HSBC BANK PLC	09-11-2011
BDS<1	AA-	EUR	2.000.000	5,25%	ERSTE GROUP BANK AG	14-12-2011
BDS<1	AAA	EUR	3.000.000	5,25%	REPUBLIC OF AUSTRIA	04-01-2011
BDS<1	AAA	EUR	3.000.000	2,75%	GERMAN POSTAL PENSIONS	18-01-2011
BDS<1	A+	EUR	2.000.000	4,50%	DEUTSCHE BANK AG	07-03-2011
BDS<1	AA-	EUR	2.000.000	5,13%	CREDIT SUISSE LONDON	04-04-2011
BDS<1	AAA	EUR	2.800.000	4,75%	EUROPEAN INVESTMENT BANK	15-04-2011
BDS<1	AA	EUR	2.500.000	3,38%	SANTANDER INTL DEBT SA	21-04-2011
BDS<1	AAA	EUR	1.700.000	4,00%	BAYERISCHE LANDESBANK	05-05-2011
BDS<1	AAA	EUR	1.000.000	5,38%	IXIS CORP & INVESTMENT	06-07-2011
BDS<1	AAA	EUR	2.500.000	1,50%	FRENCH TREASURY NOTE	12-09-2011
FRN	AA-	EUR	2.500.000	0,00%	BUONI ORDINARI DEL TES	14-10-2011
FRN	A	EUR	500.000	1,22%	CASSA DI RISPARM BOLZANO	20-06-2011
FRN	AA+	EUR	4.000.000	0,87%	BELGIUM KINGDOM	22-06-2011
FRN	AA	EUR	2.500.000	1,58%	SANTANDER INTL DEBT SA	26-04-2012
FRN	AA	EUR	2.500.000	1,08%	CREDIT AGRICOLE (LONDON)	27-04-2012
FRN	AA	EUR	3.000.000	1,27%	BNP PARIBAS	21-06-2012
FRN	A	EUR	1.000.000	1,30%	MORGAN STANLEY	20-07-2012
FRN	AAA	EUR	2.500.000	1,14%	RABOBANK NEDERLAND	08-10-2012
FRN	A	EUR	1.000.000	1,35%	GOLDMAN SACHS GROUP INC	04-02-2013
FRN	A-	EUR	1.000.000	1,28%	HSBC FINANCE CORP	28-10-2013
FRN	AA+	EUR	5.000.000	1,43%	HSB NORDBANK AG	12-11-2013
FRN	A	EUR	2.000.000	1,33%	MORGAN STANLEY	29-11-2013
FRN	A	EUR	1.000.000	1,30%	MERRILL LYNCH & CO	31-01-2014
FRN	AA	EUR	4.000.000	1,15%	GE CAPITAL EURO FUNDING	03-04-2014
FRN	AA-	EUR	4.000.000	2,06%	CCTS EU	15-12-2015

Por prazos, os instrumentos subdividem-se como se segue:

Curto prazo	A1	62%
Longo prazo	AAA	17%
	AA	11%
	A	9%
Total		100%

O risco de crédito é, também, gerido através da selecção dos emitentes cuja origem é restrita a uma lista de países elegíveis, definidos nas Normas Orientadoras de Gestão de Reservas.

Com efeito, a distribuição geográfica à data do reporte é a seguinte:

ZE	80,20%
US	6,20%
UK	0,30%
NON-ZE	13,30%
Total	100,00%

• Instrumentos Financeiros Destinados à Execução da Política Monetária

A carteira de títulos do BCV é composta por Títulos de intervenção e Títulos de Regularização Monetária, que são utilizados para absorver a liquidez excedentária no sistema (Ver nota 33.1).

NOTA 33.3 – RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste em perdas que resultam de alterações adversas no preço dos activos financeiros.

Representa o valor que a instituição poderá perder se os preços dos activos se alterarem. Pode ser medido como o ganho ou a perda potencial de uma carteira de activos, associados a um movimento de preços com uma determinada probabilidade, num determinado horizonte temporal.

O controlo e a manutenção do risco de mercado em níveis considerados adequados são assegurados mediante a imposição de limites estratégicos e táticos.

O risco de mercado é constituído por diferentes classes de risco, nomeadamente de taxas de juro e cambial.

Risco de Taxas de Juro

È o risco resultante das alterações nas taxas de juro que afectam o justo valor e o fluxo financeiro futuro dos instrumentos.

O risco de taxa de juro é medido e monitorizado através da Modified Duration, que há data do relatório apresentava os seguintes valores por tipo de carteira:

Carteira	MD
Investimento	0,74
Liquidez	0,15

Risco de Taxas de Câmbio

O risco cambial diz respeito à oscilação do valor dos activos e passivos titularizados em moeda estrangeira. O risco de taxa de câmbio é calculado sobre a posição global em moeda estrangeira sendo a posição em euros não computada para o efeito do cálculo das posições abertas longas ou curtas, dada a paridade existente face à moeda nacional.

O risco de câmbio é gerido através da abordagem de gestão de activos e passivos, no qual se pretende ter sempre, no curto prazo, posições cobertas (matched positions) das principais moedas, o euro (EUR) e o dólar americano (USD).

A composição cambial dos activos é a seguinte:

	2010	2009
EUR	217.963.262	216.506.443
USD	67.913.607	43.894.191
Outros	29.892	4.200.907
Total	285.906.761	264.601.541

NOTA 33.4 – RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é o risco de perdas originadas pelo mau funcionamento de sistemas informáticos, de sistemas de transmissão e da inadequação ou falhas dos processos internos, das pessoas ou em consequência de eventos externos. Para a prevenção e controlo desse risco, o BCV possui sistemas de controlos internos de acordo com as características de suas actividades, bem como regulamentos que estabelecem as competências de cada departamento e as atribuições de seus gestores e, ainda, normas que definem os critérios e procedimentos para todas as actividades da instituição.

O cumprimento desses normativos e a observância dos sistemas de controlo interno são acompanhados pelo Gabinete de Auditoria Interna, a quem compete zelar pela regularidade dessas acções. Adicionalmente, cada departamento zela pelo cumprimento dos normativos instituídos referentes às operações sob sua responsabilidade e com a periodicidade trimestral os directores e equiparados reúnem-se para atestar e avaliar os níveis de controlos instituídos e propor medidas que se julgar necessárias.

O Comité de Segurança e Compliance foi criado em Dezembro de 2009 e visa a adopção dos princípios da boa Governança Corporativa. Tem como atribuição principal dar continuidade ao processo de fortalecimento da imagem da instituição que passará pela melhoria do sistema de controlo interno, identificação e resposta aos riscos inerentes às actividades, da qualidade da informação prestada, contribuindo para o reforço e a implementação de um sistema baseado na credibilidade, segurança e integridade da informação.



Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Cabo Verde ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, a Demonstração dos resultados, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras contendo um resumo das principais políticas contabilísticas e outras informações explicativas.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, baseada no nosso exame que foi conduzido de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos o exame de modo a obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Um exame envolve a execução de procedimentos destinados a obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Um exame também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Bases para Opinião com Reservas

6 Conforme se refere nas alíneas l) e m) da Nota 2.2 das Notas às demonstrações financeiras, o Banco, assumiu o compromisso de i) relativamente aos empregados admitidos até 31 de Dezembro de 1993, pagar em prestações pecuniárias, pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência, e de compartilhar as despesas de tratamento médico no exterior e ii) de pagar aos seus colaboradores no activo um prémio de antiguidade quando estes completarem um determinado número de anos ao seu serviço. A cobertura destas responsabilidades é assegurada directamente pelo Banco, existindo para tal provisões para pensões

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 163 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

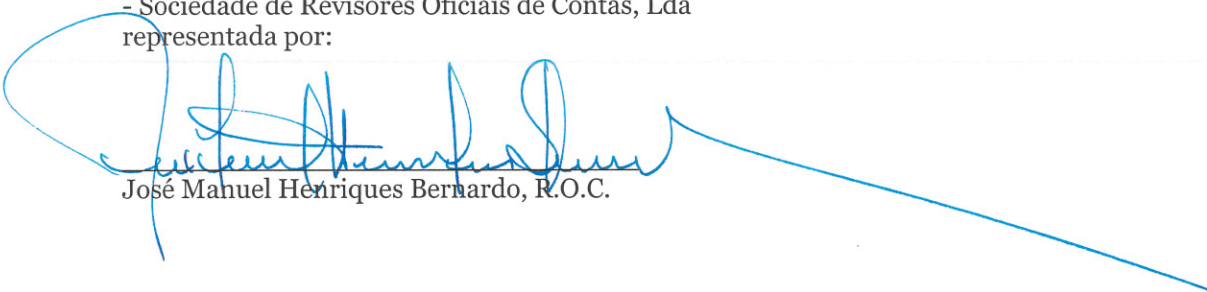
e para prémios de antiguidade, que em 31 de Dezembro de 2010 ascendiam a ECV 2.606.499 milhares e ECV 32.356 milhares, respectivamente. O estudo actuarial mais recente de que o Banco dispõe reporta-se a 31 de Dezembro de 2006 e apenas contempla as responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, as quais nessa data foram estimadas em cerca de ECV 2.090.000 milhares, pelo que nestas circunstâncias, por falta de informação relevante e actualizada, não nos encontramos em condições de concluir em que medida as quantias constantes nas demonstrações financeiras anexas, relativas a pensões de reforma e sobrevivência, despesas de tratamento médico no exterior e prémios de antiguidade, expressam adequadamente as responsabilidades assumidas.

Opinião com Reservas

7 Em nossa opinião, excepto quanto aos eventuais efeitos do assunto mencionado no parágrafo nº 6 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Cabo Verde em 31 de Dezembro de 2010, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa no exercício então findo, em conformidade com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Cabo Verde, os quais se encontram resumidos na Nota 2.2 das Notas às demonstrações financeiras.

Lisboa, 30 de Março de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Handwritten signature in blue ink, appearing to read 'José Manuel Henriques Bernardo'.

José Manuel Henriques Bernardo, R.O.C.



Banco de Cabo Verde